

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CAMPO GRANDE-MS, 21 DE DEZEMBRO DE 2009.

NELSON TRAD FILHO
Prefeito Municipal

LEI n. 4.786, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2009.

DENOMINA DE RUA MAIR VIEIRA DE ALMEIDA A TRAVESSA B, LOCALIZADA NA VILA SARGENTO AMARAL.

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu, **NELSON TRAD FILHO**, Prefeito Municipal de Campo Grande, Capital do Estado de Mato Grosso do Sul sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica denominada de **RUA MAIR VIEIRA DE ALMEIDA**, a Travessa B, localizada na Vila Sargento Amaral.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CAMPO GRANDE-MS, 21 DE DEZEMBRO DE 2009.

NELSON TRAD FILHO
Prefeito Municipal

LEI n. 4.787, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2009.

INSTITUI O PLANO MUNICIPAL DE CULTURA DE CAMPO GRANDE-MS PARA O PERÍODO 2010-2020.

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu, **NELSON TRAD FILHO**, Prefeito Municipal de Campo Grande, Capital do Estado de Mato Grosso do Sul, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica instituído o Plano Municipal de Cultura de Campo Grande-MS para o período de 2010-2020, conforme especificado no Anexo Único desta Lei.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CAMPO GRANDE-MS, 23 DE DEZEMBRO DE 2009.

NELSON TRAD FILHO
Prefeito Municipal

SUMÁRIO

MENSAGEM DO PREFEITO – PROJETO DE LEI	05
LISTA DE FIGURAS, GRÁFICOS, QUADROS E TABELAS.....	10
APRESENTAÇÃO	12
1. INTRODUÇÃO	14
1.1 Sistema Nacional de Cultura	16
1.1.1 Estrutura do SNC	17
1.1.2 Elementos Constitutivos do Sistema	18

1.2 Sistema Municipal de Cultura	19
2. RECURSOS PARA A CULTURA	21
2.1 Participação da Cultura no Orçamento Municipal	21
2.2 Composição do Orçamento para a Cultura	23
2.3 Recursos da FUNDAC	24
2.4 Recursos do FMIC – Fundo Municipal de Investimentos Culturais	26
2.5 Investimento Per Capita em Cultura em Campo Grande	27
3. FORMAÇÃO CULTURAL DE CAMPO GRANDE	28
3.1 Povos e Raças	28
3.1.1 Paraguaiois	29
3.1.2 Japoneses	29
3.1.3 Portugueses	29
3.1.4 Árabes e Armênios	29
3.1.5 Italianos	29
3.1.6 Espanhóis	30
3.1.7 Alemães	30
3.1.8 Bolivianos	30
3.1.9 Índios	31
3.1.10 Negros	32
4. METODOLOGIA	34
4.1 Sensibilização e Planejamento	36
4.2 Abertura Oficial	36
4.3 Oficina de Elaboração das Propostas	36
4.4 Plenária	37
4.5 Pesquisa com Especialistas	37
4.6 Elaboração do Documento Preliminar	38
4.7 Leitura Coletiva das Propostas do Plano Municipal de Cultura de Campo Grande	38
4.8 Elaboração do Documento Final	38
4.9 Aprovação do Plano pelo Conselho Municipal de Cultura	38
4.10 Apresentação do Plano	38
5. HISTÓRICO DAS MANIFESTAÇÕES CULTURAIS EM CAMPO GRANDE E OS PRINCIPAIS DESAFIOS NO PLANO NACIONAL DE CULTURA	39
5.1 ARTES CÊNICAS EM CAMPO GRANDE	39
5.1.1 Teatro	39
5.1.2 Dança	42
5.1.3 Circo	43
5.2 ARTES CÊNICAS - DESAFIOS DO PLANO NACIONAL DE CULTURA	44
5.2.1 Ampliar o público e valorizar a inovação e a diversidade da produção teatral brasileira	44
5.2.2 Valorizar e estimular a circulação das diversas práticas de dança	44
5.2.3 Estimular a valorização dos repertórios tradicionais e das novas modalidades circenses	45
5.3 AUDIOVISUAL EM CAMPO GRANDE	45
5.3.1 Cinema, Fotografia e Vídeo	45
5.4 AUDIO VISUAL – DESAFIOS DO PLANO NACIONAL DE CULTURA	49
5.4.1 Os desafios de tornar o Brasil um grande produtor e exportador de audiovisual	49
5.5 ARTES PLÁSTICAS EM CAMPO GRANDE	50
5.6 ARTES VISUAIS - DESAFIOS DO PLANO NACIONAL DE CULTURA	53
5.6.1 Ampliar o reconhecimento da multiplicidade das artes e dos artistas visuais	53
5.7 MÚSICA EM CAMPO GRANDE	53
5.7.1 Cordas e Orquestras	55
5.8 MÚSICA - DESAFIOS DO PLANO NACIONAL DE CULTURA	58

5.8.1 Tornar a música popular brasileira um elemento dinamizador da cidadania e da economia	58	8.5.2 Fortalecimento do órgão de Gestão Pública da Cultura	119
5.8.2 Estabelecer uma política nacional de formação profissional, pesquisa, registro e difusão da música de concerto	59	8.5.3 Editais Públicos	120
5.9 LITERATURA EM CAMPO GRANDE	60	8.5.4 Equipamentos Culturais	122
5.10 LITERATURA - DESAFIOS DO PLANO NACIONAL DE CULTURA	61	9. Acompanhamento e Avaliação do Plano Municipal de Cultura de Campo Grande 2010 – 2020	124
5.10.1 Ampliar o acesso à produção de obras literárias	61	BIBLIOGRAFIA	125
5.11 ARTESANATO EM CAMPO GRANDE	62	ANEXOS	
5.12 PATRIMÔNIO CULTURAL DE CAMPO GRANDE	65	LISTA DE FIGURAS	
5.12.1 Festa de São Benedito	68	FIGURA 1 – Estrutura do Sistema Nacional de Cultura	17
5.12.2 Festa dos Santos Reis	70	FIGURA 2 – Elementos do Sistema Nacional de Cultura	18
5.12.3 Festa de Nossa Senhora de Caacupé	70	FIGURA 3 – Processo dos Trabalhos	36
5.12.4 Bon-Odori	71	LISTA DE GRÁFICOS	
5.12.5 A Feira Central	71	GRÁFICO 1 – Evolução do Orçamento do Município 2006-2009	22
5.12.6 Culinária Campo-Grandense	72	GRÁFICO 2 – Evolução do Orçamento para a Cultura 2006-2009	22
5.13 Educação Patrimonial	77	GRÁFICO 3 – Evolução da Participação da Cultura no Orçamento do Município 2006-2009	23
5.14 PATRIMÔNIO CULTURAL – DESAFIOS DO PLANO NACIONAL DE CULTURA	78	GRÁFICO 4 – Composição do Orçamento da Cultura 2006-2009	24
5.14.1 Proteger e promover o patrimônio artístico e cultural e dinamizar a atuação dos museus	78	GRÁFICO 5 – Composição dos Recursos da FUNDAC 2006-2009	25
5.14.2 Reconhecer e promover as condições de produção e fruição das culturas populares	79	GRÁFICO 6 – Evolução dos Recursos para o FMIC 2006-2009	27
5.14.3 Reconhecer e apoiar as expressões e o patrimônio cultural afro-brasileiro	79	LISTA DE TABELAS	
5.14.4 Reconhecer e valorizar as culturas indígenas e suas expressões simbólicas como vetor de enriquecimento humano	80	TABELA 1 - Representatividade do Orçamento da Cultura no Município	21
5.14.5 Promover a culinária como registro e expressão da diversidade brasileira	81	TABELA 2 – Composição do Orçamento da Cultura	23
6. VISÃO DE FUTURO PARA A CULTURA EM CAMPO GRANDE 2020	82	TABELA 3 - Composição dos Recursos da FUNDAC	25
7. DIRETRIZES DO PLANO	83	TABELA 4 - Repasses anuais ao FMIC 2006-2009	27
8. PROPOSTAS DO PLANO MUNICIPAL DE CULTURA DE CAMPO GRANDE	85	TABELA 5 - Valor Per Capita investido em cultura na população	27
8.1 INCENTIVO, PROTEÇÃO E VALORIZAÇÃO DA CULTURA CAMPO- GRANDENSE	85	LISTA DE QUADROS	
8.1.1 Proteção e Valorização da Cultura	85	QUADRO 1 – Propostas - Proteção e Valorização da Cultura Campo-Grandense	85
8.1.2 Descentralização da Cultura	87	QUADRO 2 – Propostas para Descentralização da Cultura	88
8.1.3 Diversidade Cultural	89	QUADRO 3 – Propostas para Valorização da Diversidade Cultural	89
8.2 ECONOMIA DA CULTURA	92	QUADRO 4 – Propostas para Fomentar e Financiar a Produção Cultural	93
8.2.1 Fomento e Financiamento à Produção Cultural	93	QUADRO 5 – Propostas para Incentivar e Fortalecer o Turismo Cultural	94
8.2.2 Turismo Cultural	94	QUADRO 6 – Propostas para Fortalecer o Sistema de Incentivos Culturais	96
8.2.3 Sistema de Incentivos à Cultura	96	QUADRO 7 – Propostas para o Sistema Municipal de Indicadores Culturais	97
8.2.4 Sistema Municipal de Informações Culturais	97	QUADRO 8 – Propostas para Proteção e Valorização do Patrimônio	99
8.3 PATRIMÔNIO CULTURAL	98	QUADRO 9 – Propostas para o Patrimônio Cultural Afro-Brasileiro	101
8.3.1 Patrimônio Cultural Material e Imaterial	98	QUADRO 10 – Propostas para o Patrimônio Cultural Indígena	103
8.3.2 Patrimônio Cultural Afro-Brasileiro	100	QUADRO 11 – Propostas para o Resgate do Patrimônio da Rede Ferroviária	105
8.3.3 Patrimônio Cultural Indígena	102	QUADRO 12 – Propostas para dinamização de Museus, Arquivos, Bibliotecas e Centros de Memória	107
8.3.4 Resgate da Memória da Ferrovia	104	QUADRO 13 – Propostas para Educação Patrimonial	109
8.3.5 Dinamização da atuação dos Museus, Bibliotecas, Arquivos e Centros de Memória	105	QUADRO 14 – Propostas para Investimento na Formação Profissional	111
8.3.6 Educação Patrimonial	108	QUADRO 15 – Propostas para Investimento na Formação Cultural e de Público	113
8.4 FORMAÇÃO PROFISSIONAL E DE PÚBLICO	110	QUADRO 16 – Propostas para Integração Comunicação e Cultura	116
8.4.1 Formação Profissional	110	QUADRO 17 – Propostas para Democratização da Gestão da Cultura	118
8.4.2 Formação Cultural e de Público	112	QUADRO 18 – Propostas para Fortalecimento do Órgão de Gestão Pública da Cultura	119
8.4.3 Cultura e comunicação	115		
8.5 GESTÃO PÚBLICA E DEMOCRÁTICA DA CULTURA	117		
8.5.1 Democratização da Gestão	117		

QUADRO 19 – Propostas para Fortalecer a Realização de Editais

Públicos121

QUADRO 20 – Propostas para Valorização e Preservação dos

Equipamentos Públicos de Cultura123

APRESENTAÇÃO

O Plano Municipal de Cultura de Campo Grande (2010-2020), é um documento que objetiva fundamentar, regulamentar e desenvolver políticas públicas de cultura necessárias ao município.

Essas Políticas são focadas em ações que busquem a valorização da cultura local e regional. Desta forma, faz-se necessário a elaboração e institucionalização de programas e projetos estratégicos em diversas áreas de atuação da sociedade, concretizando assim, a relação entre cultura e desenvolvimento.

O Plano Municipal é peça fundamental na construção do Sistema Municipal de Cultura e também para a consolidação das políticas públicas de cultura no processo de implementação do Sistema Nacional de Cultura.

O Plano Municipal de Cultura de Campo Grande a partir de sua construção coletiva, que teve um processo com várias etapas e que perdurou por 6 meses, de maio à outubro, passa a ser um aglutinador de idéias e propostas apresentadas por intelectuais, artistas, produtores, gestores públicos e privados e dos cidadãos campo-grandenses.

Construído num processo democrático pelo Poder Público e Sociedade Civil, o Plano significa a consolidação de um grande pacto político no campo da cultura e a institucionalização das políticas públicas de cultura, indo além de Políticas de Governo para tomarem-se Políticas de Estado e que ao ser transformado em Lei pela Câmara de Vereadores, terá garantida a sua continuidade.

O Plano apresenta o histórico, diagnósticos e desafios a serem enfrentados na área cultural da cidade de Campo Grande, formula diretrizes gerais e indica as principais operações a serem desenvolvidas pelo governo municipal em cinco setores estratégicos que agrupam tematicamente as propostas de ações a serem implementadas nos próximos dez anos.

O Plano Municipal de Cultura de Campo Grande foi elaborado com referenciais da proposta do Plano Nacional de Cultura aprovada pelo Conselho Nacional de Política Cultural.

ATHAYDE NERY DE FREITAS JUNIOR

Diretor Presidente da FUNDAC
Presidente do Conselho Municipal de Cultura

1. INTRODUÇÃO

O Ministério da Cultura vem atuando desde o ano de 2003 para enfrentar um dos seus maiores desafios referentes à gestão das políticas públicas culturais, que é organizar e equilibrar o direito à fruição e produção da cultura pelos cidadãos, com o modelo tripartite de federalismo, instituído pela Constituição Brasileira de 1988.

Assim como a área da Saúde e da Assistência Social, que possuem arranjos muito complexos de atuação, envolvendo as três esferas federativas e a sociedade, a Cultura precisa organizar sistemicamente suas políticas e recursos, por meio de articulação e pactuação das relações intergovernamentais, com instâncias de participação da sociedade, de forma a dar um formato político-administrativo mais estável e resistente às alternâncias de poder.

A organização sistêmica, portanto, é uma aposta para assegurar continuidade das políticas públicas da Cultura, definidas como políticas de Estado que tem por finalidade última, garantir a efetivação dos direitos culturais constitucionais dos brasileiros.

A partir dos resultados obtidos em outras políticas públicas, como o SUS na saúde, e por demanda constante no Plano Nacional de Cultura, aprovada pelo CNPC - Conselho Nacional de Políticas Culturais - o Governo Federal decidiu apostar no Sistema Nacional de Cultura (SNC) e desde então muitas etapas foram realizadas: a assinatura pela União, Estados e Municípios do Protocolo de Intenções visando criar as condições institucionais para a implantação do SNC; a realização das Conferências de Cultura (municipais, intermunicipais, estaduais e nacional), que mobilizaram o setor em todo o país; a criação do Sistema Federal de Cultura; a reorganização do Conselho Nacional de Política Cultural e o ciclo das Oficinas do Sistema Nacional de Cultura; a elaboração do Plano Nacional de Cultura e o seu debate público, com Seminários realizados em todos os Estados e Distrito Federal; a implementação de programas e projetos do Governo Federal, em especial o Programa Mais Cultura, em parceria com Estados e Municípios; a redefinição, no plano nacional, da política de financiamento público da cultura com a apresentação e debate da nova legislação que institui o Programa de Fomento e Incentivo à Cultura - Profic.

Todas essas iniciativas criaram expectativas favoráveis ao SNC. Ações paralelas no âmbito do Minc, como a criação dos Colegiados Setoriais (Música, Teatro, Dança, Artes Visuais, Circo e Livro e Leitura) e a reestruturação administrativa do ministério reforçaram aqueles passos. No Congresso Nacional, a aprovação da Emenda Constitucional nº 48/2005 que cria o Plano Nacional de Cultura, bem como a apresentação das emendas, ainda em tramitação, a nº 416/2005, que cria o Sistema Nacional de Cultura, a nº 150/2003, que vincula a receita orçamentária da União, Estados e Municípios ao desenvolvimento cultural e a nº 236/2008, que insere a cultura no rol dos direitos sociais, completam o quadro.

Afinal, como prevê a seção que trata da Cultura na Constituição Federal (CF) no artigo 215, *"O Estado garantirá a todos, o pleno exercício dos direitos culturais"*. Uma análise da Constituição Brasileira, feita a partir dessa proposta de lista dos direitos culturais, permite constatar que todos, de alguma forma, estão ali referidos: o direito à identidade e à diversidade cultural (Art. 18, parágrafo 4º, Art. 215, Art. 216 e Art. 231); o direito à livre criação (Art. 5º, IV e Art. 220, caput), à livre fruição ou acesso (art. 215, caput), à livre difusão (Art. 215, caput) e à livre participação nas decisões de política cultural (art. 216, parágrafo 1º); o direito autoral (art. 5º, XXVII, XXVIII e XXIX) e à cooperação cultural internacional (Art. 4º, II, III, IV, V, VI, VII, IX e parágrafo único).

Isso posto, constata-se que no que tange à Cultura, a Constituição Brasileira na verdade é explícita e bastante avançada. Sobre essa base é possível construir o Sistema Nacional de Cultura, mesmo porque a própria Constituição Federal estabelece o princípio da cooperação entre os entes federados (União, Estados, Municípios e Distrito Federal), que têm competências comuns sobre várias políticas públicas (incluindo a cultural), desde que mantidas as respectivas autonomias e a atribuição da União para estabelecer normas gerais.

Sendo assim, o sucesso do Sistema Nacional de Cultura, depende do fortalecimento institucional da gestão cultural no país com a qualificação nos planos federal, estadual e municipal, dos gestores públicos e dos conselheiros de cultura, que são os responsáveis por sua implementação.

A realização das Conferências Municipais, Estaduais e Distrital ao longo deste ano de 2009 e, em março de 2010, da 2ª Conferência Nacional de Cultura, possibilita que haja um grande debate e a mobilização da sociedade para impulsionar a aprovação destes instrumentos legais, e, principalmente, para implementar, além do Nacional, os Sistemas Estaduais e Municipais de Cultura. No espaço que cabe a participação da Sociedade Civil nesse processo, é fundamental promover a criação ou reestruturação dos Conselhos de Política Cultural, com a sua democratização e constituição como peças centrais, pois, são os elementos que darão legitimidade e garantirão a participação e o controle social nos sistemas de cultura.

1.1 Sistema Nacional de Cultura

O Sistema Nacional de Cultura pode ser entendido assim, como um modelo de gestão e promoção conjunta de políticas públicas de cultura, pactuadas entre os entes da federação e a sociedade civil, que tem como órgão gestor e coordenador o Ministério da Cultura em âmbito nacional, as secretarias estaduais/distrital e municipais de cultura ou equivalentes em seu âmbito de atuação, configurando desse modo, a direção em cada esfera de governo.

Trata-se, portanto, de um novo paradigma de gestão pública da cultura no Brasil, que tem como essência a coordenação e cooperação intergovernamental com vistas à obtenção de economicidade, eficiência, eficácia, equidade e efetividade na aplicação dos recursos públicos. O SNC é integrado pelos sistemas municipais, estaduais e distrital de cultura, e pelos sistemas setoriais, que foram e serão criados. Os principais objetivos são:

- Estabelecer um processo democrático de participação na gestão das políticas e dos recursos públicos na área cultural;
- Articular e implementar políticas públicas que promovam a interação da cultura com as demais áreas sociais, destacando seu papel estratégico no processo de desenvolvimento;
- Promover o intercâmbio entre os entes federados para a formação, capacitação e circulação de bens e serviços culturais, viabilizando a cooperação técnica entre estes;
- Criar instrumentos de gestão para acompanhamento e avaliação das políticas públicas de cultura desenvolvidas no âmbito do Sistema Nacional de Cultura;
- Estabelecer parcerias entre os setores público e privado nas áreas de gestão e de promoção da cultura.

1.1.1 Estrutura do SNC



FIGURA 1 – Estrutura do Sistema Nacional de Cultura
Fonte: Sistema Nacional de Cultura – Ministério da Cultura

1.1.2 Elementos Constitutivos do Sistema

Nessa arquitetura mista, os elementos constitutivos do Sistema Nacional de Cultura, que devem ser instituídos nos Estados e Municípios são:

- Órgãos Gestores da Cultura
- Conselhos de Política Cultural
- Conferências de Cultura
- Planos de Cultura
- Sistemas de Financiamento à Cultura
- Sistemas Setoriais de Cultura (quando pertinente)
- Comissões Intergestores Tripartite e Bipartites
- Sistemas de Informações e Indicadores Culturais
- Programa Nacional de Formação na Área da Cultura



FIGURA 2 – Elementos do Sistema Nacional de Cultura
Fonte: Sistema Nacional de Cultura – Ministério da Cultura

1.2 Sistema Municipal de Cultura

Nesse contexto é que se insere o Plano Municipal de Cultura de Campo Grande, como uma importante e fundamental peça de composição e gestão do Sistema Municipal de Cultura.

A sua elaboração evitará o desencontro de iniciativas e a sobreposição de ações e permitirá o estabelecimento e o acompanhamento adequado de metas na área cultural.

É tarefa dos municípios a completa organização do seu Sistema de Cultura.

Em Campo Grande, temos alguns elementos constitutivos do Sistema que ainda precisam ser demandados e outros adequados ou melhorados. É preciso criar os Sistemas Setoriais de Cultura, com vistas à articulação e integração das diversas áreas da cultura, atendendo sempre os princípios de participação e controle social, criar na esfera administrativa a Secretaria de Cultura com a manutenção da Fundação Municipal de Cultura para a completa gestão da política cultural; implantar o Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais, conforme parâmetros do Sistema Nacional, implementar de forma integrada, programas e projetos de capacitação e aprimoramento de setores e instituições culturais específicos.

A simples criação desses elementos não nos garante a inserção no Sistema Nacional de Cultura, temos ainda, que adequar os elementos constitutivos disponíveis na nossa cidade para o funcionamento harmonioso com a Política Nacional.

Dessa forma é necessário: integrar-se ao Sistema Nacional e Estadual de Cultura, institucionalizar e implementar o Plano Municipal de Cultura, reestruturar o Conselho Municipal de Política Cultural, garantindo o funcionamento e a composição de, no mínimo, 50% de representantes da Sociedade Civil, eleitos democraticamente, reestruturar o Sistema Municipal de

financiamento à Cultura, em especial o Fundo Municipal de Cultura, garantindo recursos para o seu funcionamento; realizar as Conferências Municipais de Cultura, previamente às Conferências Estaduais e Nacionais, seguindo o calendário estabelecido pelo Ministério da Cultura, apoiar a realização e participar das Conferências Estaduais e Nacionais de Cultura, fomentar a participação social por meio de Fóruns Municipais de Cultura, promover a integração com outros Municípios, com o Estado e a União, para a promoção de metas culturais conjuntas, inclusive por meio de consórcios públicos.

Com essas iniciativas geradas, já em vias de formação, deverão ocorrer mais aceleradamente mudanças nas políticas públicas de cultura em todos os níveis da federação. Desta forma, a sociedade civil irá constituindo novos contornos para o sistema, e essas mudanças levarão à reelaboração dos espaços já constituídos localmente e independentemente do sistema.

2. RECURSOS PARA A CULTURA

2.1 – Participação da Cultura no Orçamento Municipal

A participação dos recursos destinados à cultura, se considerados os geridos pela FUNDAC, ainda não contemplam o maior anseio de artistas, produtores, agentes e gestores, que é a destinação de 1% do orçamento do município.

No período de 2006 à 2009, os recursos destinados à cultura começaram representando 0,61% em 2006, passando para 0,79% em 2007, 0,70% em 2008 e apresentaram uma significativa redução e para 0,52% em 2009.

Nesse período utilizado como referência, repara-se que não há uma evolução lógica do orçamento da cultura, como há no orçamento do governo municipal. Enquanto no governo há um crescimento constante, na cultura há uma oscilação tendenciosa para baixo, atingindo seu pior patamar de representatividade em 2009.

TABELA 1 - Representatividade do Orçamento da Cultura no Município

ÍTEM	2006	2007	2008	2009
ORÇAMENTO MUNICÍPIO (R\$)	878 735 000,00	1 068 980 000,00	1 289 293 571,00	1 588 088 000,00
RECURSOS PARA A CULTURA (R\$)	5 401 159,60	8 466 314,10	9 097 693,59	8 185 863,78
PARTICIPAÇÃO DA CULTURA NO ORÇAMENTO	0,61%	0,79%	0,70%	0,52%

Fonte: Logos Consultoria

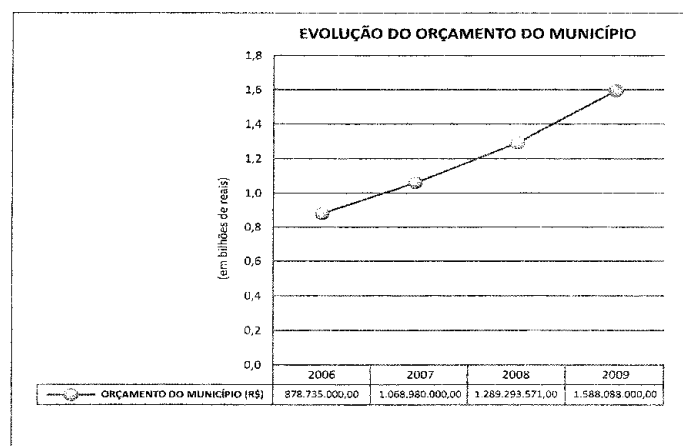


GRÁFICO 1 – Evolução do Orçamento do Município 2006-2009
Fonte: Logos Consultoria

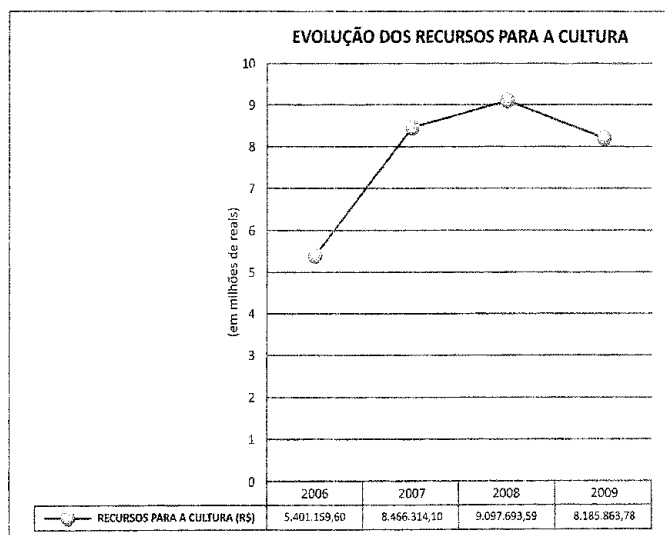


GRÁFICO 2 – Evolução do Orçamento para a Cultura 2006-2009
Fonte: Logos Consultoria

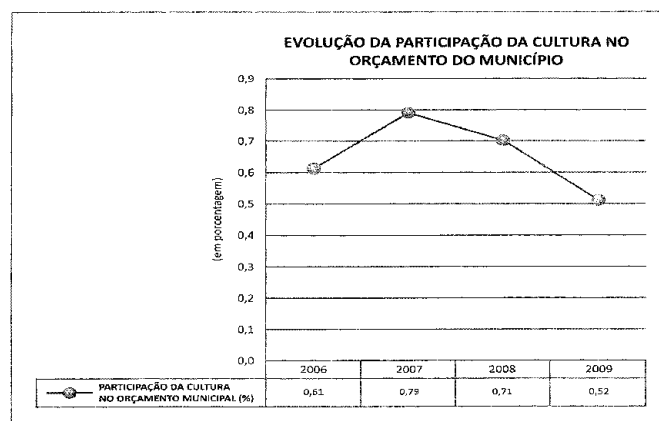


GRÁFICO 3 – Evolução da Participação da Cultura no Orçamento do Município 2006-2009
Fonte: Logos Consultoria

2.2 – Composição do Orçamento para a Cultura

Os recursos que compõem o orçamento da cultura em Campo Grande, geridos pela FUNDAC, dividem-se mais especificamente em Recursos da FUNDAC e Recursos do FMIC – Fundo Municipal de Investimentos Culturais.

TABELA 2 – Composição do Orçamento da Cultura

ÍTEM	2006	2007	2008	2009
RECURSOS PARA A CULTURA	5 401 159,60	8 466 314,10	9 097 693,59	8 185 863,78
FUNDAC	5 171 354,13 (95,75%)	8 216 314,10 (97,05%)	8 656 065,59 (95,15%)	8 004 450,78 (97,79%)
FMIC	229 805,47 (4,25%)	250 000,00 (2,95%)	441 628,00 (4,85%)	181 413,00 (2,21%)

Fonte: Logos Consultoria

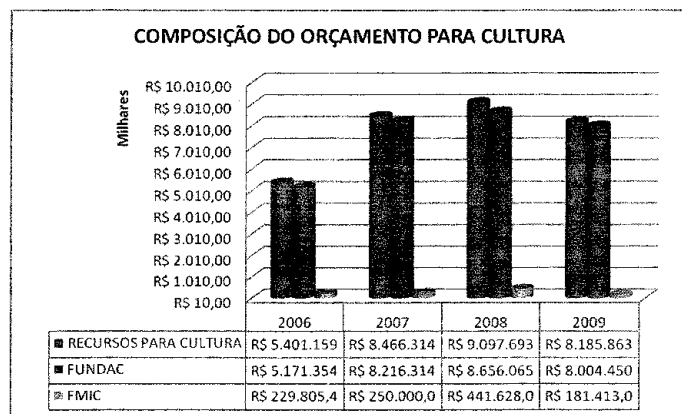


GRÁFICO 4 – Composição do Orçamento da Cultura 2006-2009
Fonte: Logos Consultoria

2.3 – Recursos da FUNDAC

Os recursos destinados diretamente à FUNDAC, têm ao longo dos anos, representado mais que 95 % do orçamento da cultura no município de Campo Grande. Sua composição está dividida basicamente em:

- **Recursos do Tesouro:** São aqueles obtidos por transferência direta e destinados à despesas com pessoal da FUNDAC e pagamento de eventos, ações e projetos executados pela Fundação. Representam praticamente a totalidade de recursos disponibilizados para a cultura em Campo Grande, atingindo nos últimos anos aproximadamente 96% dos recursos da FUNDAC.
- **Recursos Próprios Indiretos:** São aqueles destinados à realização de projetos, ações e eventos, porém, obtidos através de parceria com a iniciativa privada. Embora sua participação em valores absolutos tenha mais que dobrado em 2009 em relação aos anos anteriores, atingindo R\$ 271 735, 40; na prática, sua representatividade no todo do orçamento da FUNDAC não ultrapassa os 3,4%.
- **Recursos de Convênios:** São aqueles destinados à realização de projetos, ações e eventos com recursos obtidos junto ao Ministério da Cultura. Essa fonte de recursos, que no exercício de 2005 para 2006, já representou 8% de recursos da FUNDAC, veio se reduzindo significativamente nos últimos anos, atingindo irrisórios R\$ 30 164,88 ou 0,38% do orçamento em 2008-2009.

TABELA 3 - Composição dos Recursos da FUNDAC

FONTE (R\$)	2006	2007	%	2008	%	2009	%
RECURSOS DO TESOUREIRO	4.704.904,34	7.893.380,09	67,77	8.278.954,97	4,89	7.702.550,50	-5,96
RECURSOS PRÓPRIOS INDIRETAS	52.250,00	100.500,00	92,34	116.525,00	15,95	271.735,40	133,2
RECURSOS DE CONVENIOS	414.199,79	222.454,01	-46,29	260.585,62	17,14	30.164,88	-88,42
TOTAL GERAL	5.171.354,13	8.216.314,10	58,88	8.656.065,59	5,35	8.004.450,78	-7,53

Fonte: PMCG/SEPLANFIC

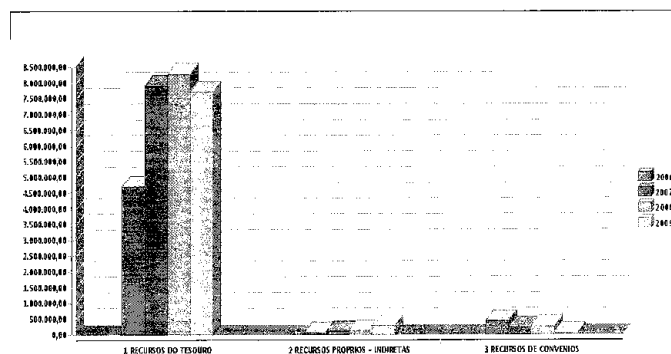


GRÁFICO 5 – Composição dos Recursos da FUNDAC 2006-2009
Fonte: PMCG/SEPLANFIC

2.4 Recursos do FMIC – Fundo Municipal de Investimentos Culturais

O Fundo Municipal de Investimentos Culturais de Campo Grande, foi criado pela Lei 4.079 de 29 de setembro de 2003 e alterado no art. 2º, pela Lei 4.444 de 14 de fevereiro de 2007.

O FMIC foi criado para apoiar projetos estritamente culturais com a finalidade de estimular e fomentar a produção histórico – artístico e cultural do município de Campo Grande. Porém, os dados recentes, demonstram que o montante de recursos disponibilizados são insuficientes e estão muito aquém de proporcionar o alcance de seus objetivos.

No ano de 2006, os recursos do FMIC somaram R\$ 229 805, 47, representando 4,25% do total de recursos da cultura em Campo Grande, já em 2007, esse montante foi de R\$ 250 000,00 e embora maior em valores absolutos, representaram apenas 2,95% do total de recursos para a cultura. Já em 2008, houve um acréscimo importante no montante de recursos para R\$ 441 628,00, o que significou 4,85% de participação do FMIC nos recursos da cultura, porém, em 2009 registra-se apenas R\$ 181 413,00 o que significa uma drástica redução nos recursos do FMIC, significando apenas 2,21% do total de recursos para a cultura em Campo Grande.

Os dados referentes à orçamento e investimentos em cultura no município, remetem à urgente necessidade de se rediscutir a questão. É necessário encontrar alternativas de captação e vinculação de recursos novos para a cultura, seja através de projetos, parcerias, renúncia e compensação fiscal ou ainda, de novas fontes.

Outro fator importante e agregador, é o incremento de recursos do FMIC com parte do 1% do orçamento do município destinado à cultura, além da possibilidade de obtenção de recursos via transferência dos fundos nacional e estadual de cultura previstos no funcionamento do Sistema Nacional de Cultura, ora em implementação.

TABELA 4 - Repasses anuais ao FMIC 2006-2009

ITEM	2006	2007	2008	2009
RECURSOS DO FMIC	229.805,47	250.000,00	441.628,00	181.413,00

Fonte: PMCG/SEPLANFIC

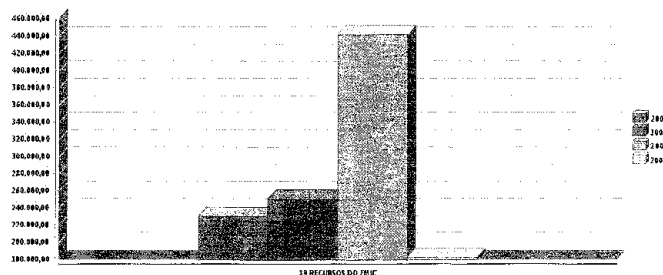


GRÁFICO 6 – Evolução dos Recursos para o FMIC 2006-2009
Fonte: PMCG/SEPLANFIC

2.5 – Investimento Per Capita em Cultura em Campo Grande

Utilizando-se como referência os dados de 2009, podemos dizer que os investimentos per capita em cultura realizados em Campo Grande – R\$ 10,84 - quando comparados apenas às 27 capitais, estão dentro da média nacional obtida em 2005, que é de R\$ 10,25. Porém, distante de cidades como Boa Vista (RR), Recife (PE), Vitória (ES) e Brasília (DF), que também em 2005 já atingiam o patamar acima de R\$ 20,00 de investimento per capita em cultura.

TABELA 5 - Valor Per Capita investido em cultura na população

ANO	POPULAÇÃO * (HAB)	INVESTIMENTO EM CULTURA ** (R\$)	INVESTIMENTO PER CAPITA (R\$)
2009	755 107	8 185 863,78	10,84

* Fonte: IBGE

** Fonte: PMCG/SEPLANFIC

3 . FORMAÇÃO CULTURAL DE CAMPO GRANDE

O povoamento iniciado na região onde hoje se localiza o Parque Florestal Antônio de Albuquerque (Horto Florestal) expandiu-se por fazendas e chácaras que davam suporte à economia local. Os proprietários também mantinham residências na sede da vila, já um importante entreposto comercial. Em decorrência disso surgiram armazéns, bares e estalagens e, pela proximidade com a fronteira, os paraguaios tomaram-se presentes trazendo algumas influências de sua terra: a polca e a guarânia, na música; a chipa e o puchero, na comida; a pala, na vestimenta; e o tereré, no lazer.

No final do século XIX, em 26 de agosto de 1899, Campo Grande passou à condição de município, recebendo a partir daí importantes transformações urbanas.

A identidade campo-grandense começou a ser delineada a partir de 1909 com a vinda de significativos contingentes de trabalhadores para a construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil. Eram japoneses, europeus, árabes, paraguaios e bolivianos.

Na ocupação urbana da cidade, a herança deixada pelos pioneiros caboclos e sertanejos foi de tenacidade e coragem para vencer circunstâncias difíceis na sobrevivência em ambiente inóspito. Aos valores transmitidos pelos primeiros povoadores foram incorporadas contribuições de homens e mulheres de vários países, numa mistura de povos e culturas que impuseram ao campo-grandense um espírito cosmopolita.

3.1 Povos e Raças

Na participação efetiva dos estrangeiros destacam-se algumas etnias que construíram a estrutura populacional e ajudaram a compor a “cara” do campo-grandense:

3.1.1 Paraguaio

Antes de qualquer brasileiro pisar o chão de Mato Grosso do Sul, os paraguaios já por aqui transitavam. Pode-se dizer que eles contribuíram quase anonimamente na construção da cidade. Foram os primeiros imigrantes da vila, trazendo sua cultura pastoril e depois trabalhando no entreposto comercial. A partir de 1905 formaram núcleos de moradores, preservando entre seus membros o idioma guarani, a religiosidade e algumas manifestações culturais.

3.1.2 Japoneses

Os japoneses que vieram para Campo Grande a partir de 1908 eram na maioria nativos da região de Okinawa. Trabalharam inicialmente na construção da ferrovia e depois na lavoura, no cultivo de hortifrutigranjeiros. Formam na região uma das três maiores colônias japonesas do país.

3.1.3 Portugueses

Os portugueses tiveram prerrogativas para entrar livremente no país e formam a maior colônia entre os povos europeus. Estabeleceram-se no comércio, construção civil e principalmente no ramo de hotelaria e restaurantes onde ainda podem ser encontrados membros da etnia.

3.1.4 Árabes e Armênios

A maioria dos imigrantes árabes e armênios vieram em busca da paz e estabilidade, diante dos conflitos, políticos, econômicos e religiosos em seus territórios no Oriente Médio. Chegaram em Campo Grande no início do século XX, estabelecendo-se inicialmente em Corumbá. Trabalharam como mascates, na venda de mercadorias em fazendas e percorrendo as ruas da cidade, e posteriormente instalaram casa de comércio de roupas, tecidos, sapatos e armazinhos na Rua Calógeras, na Rua 14 de Julho e adjacências.

3.1.5 Italianos

Os primeiros italianos chegaram no final do século XIX e fixaram-se inicialmente em Corumbá, deslocando-se posteriormente para Campo Grande. Vindos das regiões da Sicília e da Calábria foram pioneiros em alguns ramos de indústrias, como de bebidas e panificação.

3.1.6 Espanhóis

O maior contingente de espanhóis radicou-se em Campo Grande a partir da década de 1920 dedicando-se, principalmente, a atividades no comércio e na construção civil, destacando-se em trabalhos artesanais e como mão-de-obra especializada.

3.1.7 Alemães

Os alemães chegaram na década de 1920 para estabelecer núcleos coloniais em terras próximas à ferrovia. A maioria não se adaptou à região, mas vários membros aqui se radicaram trabalhando como professores em escolas de Campo Grande.

3.1.8 Bolivianos

Pela proximidade da fronteira, os bolivianos imigraram a partir da implantação da ferrovia, chegando a Campo Grande em busca de novas oportunidades. Sua descendência mantém as expressões da cultura, principalmente na culinária.

A presença de militares também foi decisiva para o processo de evolução urbana, no início dos anos de 1920. Com a instalação do Comando Militar em Campo Grande e, posteriormente, da Base Aérea, foram criadas vilas residenciais exclusivas que passaram a abrigar servidores transferidos para a região. Além de delimitar área de ocupação física, os militares assumiram posições importantes no cotidiano local, destacando-se a participação no ensino, pois atuavam nas escolas como professores de diversas disciplinas, trazendo experiências das mais diversas localidades do país.

Em 1953 o município passou a ter seus limites atuais, com a emancipação de localidades vizinhas. Pessoas de outros Estados começavam a buscar Campo Grande como opção de vida na década de 1950 e

representavam 25% da população. A construção da rodovia ligando Cuiabá ao sul do país fez da cidade um ponto de convergência regional que passou a receber novos contingentes de migrantes sulinos em busca de oportunidades na agropecuária.

O maior fluxo migratório da cidade aconteceu a partir da divisão do Estado, em 1977, destacando-se uma intensa participação de paranaenses, gaúchos e catarinenses e pessoas oriundas das regiões Centro-Oeste, Sudeste e Nordeste do país, com prevalência da migração sulista. A sua cultura, divulgada pelos Centros de Tradição, já é bem conhecida, e apesar do contraste dos números, essa tradição fez a polca paraguaia perder terreno para o vanerão e o chamamé, ritmos dos pampas. E além do tradicional churrasco, nem sempre a erva-mate é usada com a água fria do tereré, pois, convive com o vapor fumegante do chimarrão.

Campo Grande abrigou, desde a sua criação, um misto de culturas nacionais e estrangeiras e talvez seja esse o seu maior encanto. Nessa diversidade pode-se afirmar que cada um tem no coração, a sua cidade.

3.1.9 Índios

Pesquisas sobre a história do povoamento de Campo Grande mostram dados referentes a menos de dois séculos e neles não há indicação sobre quais as etnias indígenas que teriam ocupado a região, antes da chegada dos pioneiros, no século XIX. Terena era provavelmente o povo indígena que por aqui habitava quando a comitiva fundadora de José Antônio Pereira chegou. Estudos científicos registram mais de uma dezena de sítios arqueológicos no município, com destaque para o chamado sítio Córrego Prosa localizado no Parque das Nações Indígenas, onde foram encontrados vestígios de ocupações humanas.

Atualmente a presença de índios e seus descendentes em Campo Grande pode ser observada em grupos que se dedicam à produção e venda de produtos agrícolas no comércio ambulante, feiras livres e também na praça em frente ao Mercado Municipal. De forma organizada, já contando com o Conselho Municipal Indígena, inúmeras famílias de índios terena estão instaladas nas aldeias urbanas localizada no bairro Tiradentes (Marçal de Souza), Nova Lima (Água Bonita) e Jd. Centro-Oeste (Darcy Ribeiro). Na escola do conjunto habitacional onde fica a aldeia Marçal de Souza, é ministrado o ensino da língua nativa e um memorial foi implantado para preservar os valores da etnia.

3.1.10 Negros

As primeiras comunidades negras instalaram-se no sul de Mato Grosso, no final do século XIX, formadas por grupos africanos que deixaram fazendas do leste e nordeste brasileiro em busca de nova vida após a escravidão, havendo indícios de que elementos da raça tenham participado das caravanas dos pioneiros no início do povoamento.

Se Campo Grande nasceu por obra de mineiros, provavelmente a presença negra também faz parte dessa origem uma vez que Minas era mestiça e consistia numa sociedade menos fechada que a nordestina. Por outro lado, há registros que documentam a existência da escravidão em terras sul-mato-grossenses como Paranaíba, Corumbá, Miranda e Nioaque. Lembremos também que, com José Antônio Pereira, vieram escravos.

Em 1890, o ex-escravo Dionísio Vieira e sua comitiva estabeleceram-se na região de Jatobá, a cerca de 47 quilômetros de Campo Grande, onde até hoje seus descendentes vivem de forma organizada. O local ocupado exclusivamente por negros, só recentemente passou a abrigar pessoas de outras raças. Vivendo da agricultura de subsistência, a comunidade tem uma associação para apoiar suas atividades e preservar tradições, a exemplo da dança da catira, uma de suas principais manifestações culturais.

A partir de 1905, a participação dos negros na região tornou-se efetiva e expandiu-se com a vinda da ex-escrava Eva Maria de Jesus (tia Eva) e familiares que se fixaram numa área afastada do centro, no Bairro São Francisco. Iniciava-se ali a formação de um pequeno núcleo populacional de afro-descendentes, tendo como referência a Igreja São Benedito. A comunidade congrega atualmente cerca de 300 descendentes e tem na comemoração do seu padroeiro um dos principais eventos do calendário cultural da cidade.

Olhando para Campo Grande, não se pode negar a existência de uma diversidade cultural que contribui para reforçar as variadas expressões que aqui se manifestam. É na diferença que os diversos grupos sociais se reconhecem.

Parece tratar-se de uma apresentação desordenada, na qual estão reunidos aspectos culturais diversos. Todos eles, porém, criados no imaginário dos diferentes povos que aqui se estabeleceram e que, convivendo no mesmo espaço, aculturam-se à medida que preenchem suas necessidades criando, diariamente, as expressões culturais. Ao mesmo tempo, contribuem para a manutenção das tradições ancestrais, garantindo assim a preservação da memória dessas raízes que dão suporte à identidade campo-grandense.

Esse é o nosso maior patrimônio, posto que essa diversidade é que nos permite construir e consolidar uma identidade cultural voltada principalmente para a tolerância e convivência perfeita entre todos os povos.

4. METODOLOGIA

O planejamento é um instrumento de grande utilidade para a *organização da ação* dos atores e agentes, orientando as iniciativas e gerando uma convergência e articulação das diversas formas de intervenção na realidade. Desta forma, o planejamento contribui para a *mobilização das energias sociais* e constitui uma *referência para a implementação das ações* que podem desatar o processo de transformação na direção e objetivos definidos pela sociedade.

O planejamento é fundamental também para *sistematizar e conferir racionalidade e interação lógica às ações e atividades diversificadas no tempo*, aumentando a eficácia e eficiência das ações e seus impactos positivos na realidade. Representa uma forma de controle sobre o futuro e de fundamentação das escolhas e prioridades, para otimizar as forças, mecanismos e recursos escassos da sociedade, evitando os desperdícios e a improvisação.

Segundo Buarque (1995), os planos são, antes de tudo, um *instrumento de negociação* com os parceiros potenciais – tanto na fase de elaboração quanto após a produção do documento-síntese – e de *aglutinação política dos atores*, na medida em que expressa, de forma técnica e organizada, o conjunto das decisões e compromissos sociais. Além disso, o planejamento e os planos conferem transparência às opções e decisões tomadas pela comunidade, explicitando os objetivos e as prioridades.

O planejamento representa uma forma de a sociedade exercer o poder sobre o seu futuro, rejeitando a resignação e partindo para iniciativas que definam o seu destino.¹ Deste ponto de vista, é uma “aposta no futuro”, a principal matéria-prima do planejamento, que orienta e molda a vontade dos

¹ Este subitem aproveita e resume parte dos documentos Sérgio C. Buarque. “Metodologia de Planejamento do Desenvolvimento Sustentável” – IICA (mimeo), Recife, 1995; e Sérgio C. Buarque. “Desarrollo Sostenible – Metodología de Planeamiento – Experiencia del Nordeste de Brasil” – IICA-BMZ/GTZ, San José, 1997, com as complementações pertinentes para uma abordagem municipal.

atores e as decisões coletivas. Parte do princípio que o futuro pode ser construído pela sociedade, mas entende que esta construção do futuro tem raízes na história, no passado recente e na realidade atual, definidora dos limites do possível. Como um instrumento para “fazer o seu destino”, o planejamento é o espaço de *construção da liberdade da sociedade dentro das circunstâncias*, delimitando o terreno do possível para implementar as mudanças capazes de moldar a realidade futura.

De um modo geral, o planejamento é o processo de construção de um projeto coletivo capaz de implementar as transformações necessárias na realidade que levem ao futuro desejado.

Como o planejamento envolve decisões e escolhas de alternativas em torno de objetivos coletivos, o cálculo que precede e preside a ação passa por uma negociação e formulação política. Toda escolha coletiva envolve interesses e percepções, especialmente sobre o que se pretende alcançar no futuro, que são diferenciados em qualquer grupo social, particularmente em sociedades complexas e de grande dimensão.

O processo de planejamento deve se estruturar em um conjunto de atividades de forma articulada e organizada, seguindo uma *seqüência lógica* que assegure racionalidade e participação da sociedade no processo decisório. Esta seqüência de atividades deve, por um lado, combinar o processo técnico e a negociação política, e, por outro, integrar a forma ascendente e descendente de análise e formulação de prioridades. De forma esquemática, procurou-se trabalhar com o seguinte esquema na elaboração do Plano Municipal de Cultura de Campo Grande.



FIGURA 3 – Processo dos Trabalhos
Fonte: Logos Consultoria

4.1 Sensibilização e Planejamento

Nesta etapa foram realizadas as orientações gerais para a comissão organizadora do evento para definição de tarefas de cada integrante. Foi também realizado o treinamento da equipe da FUNDAC que acompanhou os trabalhos na oficina de elaboração das propostas do Plano. Paralelamente, foi iniciado através de reuniões temáticas, convites coletivos e individuais a grupos e artistas para participarem da oficina de elaboração das propostas do Plano Municipal de Cultura.

4.2 Abertura Oficial

Foi realizada a abertura oficial do evento de elaboração do Plano no dia 02 de julho de 2009, na presença de representantes das mais diversas manifestações artísticas e autoridades do município de Campo Grande, onde, Prefeitura, Câmara de Vereadores e Artistas comprometeram-se em apoiar a execução do Plano Municipal de Cultura, com enfoque na construção das diretrizes e resultados do PNC - Plano Nacional de Cultura.

4.3 Oficina de Elaboração das Propostas

No dia 03 de julho de 2009, foram formados 5 (GT's), Grupos de Trabalho, com os participantes do evento. Os GT's seguiram os temas discutidos na elaboração do PNC e identificaram para a realidade local, *quais*

os principais problemas a serem enfrentados, além de apresentarem propostas de ações que solucionem os problemas. Cada GT elegeu:

- 1 Moderador
- 1 Coordenador
- 1 Relator

O **Moderador** - do quadro da FUNDAC, foi o responsável pela condução dos trabalhos .

O **Coordenador** – escolhido entre os participantes do GT, foi o responsável por organizar e orientar os procedimentos de trabalho do grupo.

O **Relator** - também escolhido entre os participantes do GT, foi o responsável em fazer os registros da discussão e preparar a apresentação das propostas do grupo.

- Cada GT indicou entre seus membros, 2 representantes para posteriormente , participarem da redação final do plano .

4.4 Plenária

No dia 04 de julho de 2009, cada GT fez a apresentação em plenária do relatório com os principais problemas identificados, as principais ações propostas e como desenvolvê-las, além de identificarem as principais realizações que desejam para a cultura em Campo Grande no decorrer dos próximos dez anos.

Após a apresentação de cada GT, foi aberta a discussão entre todos os participantes do evento para inclusões, alterações e ajustes de propostas.

4.5 Pesquisa com Especialistas

Para agregar maior quantidade de contribuições ao PMC, foram elencados diversos atores do meio artístico e cultural, que na impossibilidade de presenciar a oficina, fizeram suas contribuições através de questionário previamente elaborado dentro do contexto do Plano, entre os meses de junho e agosto.

4.6 Elaboração do Documento Preliminar

A FUNDAC, a Consultoria e os representantes indicados por cada GT se reuniram para ajustes na redação das propostas que será a base do Plano Municipal de Cultura de Campo Grande. Após a redação elaborada por esse grupo, agregação da Pesquisa com especialistas e demais documentos anteriores de consulta à classe artística, foi feita uma leitura coletiva das propostas com os participantes da oficina e convidados.

4.7 Leitura Coletiva das Propostas do Plano Municipal de Cultura de Campo Grande

Nesta etapa, realizada no dia 17 de setembro de 2009, todos os participantes da oficina de elaboração das propostas do Plano Municipal de Cultura de Campo Grande foram convidados a participar da leitura coletiva do conteúdo ajustado das propostas para fazer as últimas alterações, antecedendo a finalização do documento que contém o Plano, sua aprovação pelo Conselho Municipal de Cultura e seu envio para a Câmara Municipal de Campo Grande.

4.8 Elaboração do Documento Final

Após a leitura coletiva, foram feitos os últimos ajustes nas propostas e iniciada a redação e formatação final do texto do Plano Municipal de Cultura de Campo Grande.

4.9 Aprovação do Conselho Municipal de Cultura

Após sua redação final, o Plano foi encaminhado ao Conselho Municipal de Cultura de Campo Grande e aprovado pelo seu presidente.

4.10 Apresentação do Plano

Em evento aberto à população, o Plano Municipal de Cultura foi apresentado e entregue para toda a população de Campo Grande.

5. HISTÓRICO DAS MANIFESTAÇÕES CULTURAIS EM CAMPO GRANDE E DESAFIOS DO PLANO NACIONAL DE CULTURA

5.1 ARTES CÊNICAS EM CAMPO GRANDE

5.1.1 Teatro

Até meados da década de 1920 em Campo Grande, o que se poderia chamar de produção local na área de teatro eram esquetes ou encenações simples realizadas em residências, escolas, clubes e cinemas.

A década de 1930 pode ser considerada um divisor de águas na criação do teatro campo-grandense. O marco foi a chegada da atriz Conceição Ferreira na cidade e a estréia do seu primeiro grupo teatral, em 1932. Por coincidência, ou prenúncio da futura denominação de Cidade Morena, a peça foi "Cabocla Bonita", autoria de Marques Porto e Ary Sayão.

Anos mais tarde o teatro passou a se tornar prática educativa nas escolas, a partir do trabalho pioneiro da Irmã Ângela Vitale, no então recém-criado Colégio Nossa Senhora Auxiliadora.

Em Campo Grande o teatro sempre fez parte do sistema educativo dos religiosos salesianos, desde a criação do Ginásio Municipal, atual Colégio Dom Bosco, aos chamados Oratórios, onde crianças e jovens recebem evangelização.

Até 1960, as produções de variedades no teatro e na dança ocorreram de forma ocasional, enquanto no Rio de Janeiro e São Paulo eram encenadas peças de autores estrangeiros.

Esse fato e a implantação dos primeiros cursos de nível superior integrando acadêmicos e estudantes do ensino médio na cidade motivaram a criação do Teatro Universitário Campo-grandense (TUC).

O movimento teatral no Mato Grosso uno teve início na década de 1970, apenas com a cara e a coragem, na época da ditadura militar. Os atores se autodenominavam "fazedores" de teatro. Sofriam repressões ao discutir sobre política nos palcos.

O *teatro de resistência* torna-se uma característica dessa manifestação cultural em Campo Grande. A maioria das pessoas que trabalha nas atuais trupes é originária de grupos formados em escolas e universidades.

A década de 1970 pode ser considerada das mais produtivas para o teatro também pela inauguração do Teatro Glaucê Rocha, em novembro de 1971, no campus da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

Ainda nos anos 70, surge a Associação Campo-grandense de Teatro Amador (Acata). Essa entidade teve vida breve e motivou a união de grupos locais para criar, em 1979, a Federação Sul Mato-grossense de Teatro Amador (Fesmata) que estreitou vínculos com o pessoal da categoria e possibilitou sua participação em festivais e congressos nacionais.

A década de 1990 marcou a forte presença do teatro infantil com ênfase para apresentações em escolas, clubes e associações de bairros, enquanto o teatro adulto "sofre com a ausência de espectadores provocada por fatores diversos, entre os quais a falta de suporte financeiro, de divulgação na mídia e a presença maciça da televisão no universo da vida sul mato-grossense".

Em 1995, duas importantes decisões marcaram a trajetória da Federação Sul mato-grossense como órgão representativo da categoria. Decidiu-se pela retirada do termo Amador, pois a Federação entendeu que os diversos conceitos de arte cênica, sob denominações diversas como teatro popular, teatro independente, teatro de vanguarda, teatro universitário e teatro amador, entre outras, podem ser absorvidas no termo teatro, de maneira simples e abrangente.

Dessa forma, sedimentou-se a sigla Fesmat para designar a entidade da categoria, unindo grupos dispersos por todo o Estado.

Atualmente, o teatro em Campo Grande revela uma diversidade de grupos e companhias criados principalmente a partir da implantação do estado de Mato Grosso do Sul, em 1979. Esses grupos encontraram em atividade algumas formações remanescentes do chamado teatro de resistência.

A grande maioria das formações teatrais ainda investe no teatro adulto em busca de público e prestígio para suas produções, mas diante de inúmeras dificuldades e pouca receptividade, a tendência tem sido repetir ,ou, continuar a investir no teatro infantil, campo de atuação para a grande maioria dos grupos em atividade. Levar o teatro às escolas e vice-versa faz parte do roteiro de muitos grupos campo-grandenses, com algumas propostas de teatro-educação.

Para viabilizar seus espetáculos, e diante da impossibilidade de acessar técnicas básicas por questões de ordem econômica, os grupos têm em seus elencos atores-coringas que trabalham na direção, produção, cenografia, adereços, sonoplastia e iluminação dos espetáculos, além, é claro, de sua divulgação. Com isso ocorre entre várias companhias da cidade uma grande rotatividade de pessoal, principalmente nas atividades de apoio e direção.

Grandes e pequenas trupes têm algumas características comuns, como a criação coletiva e a abordagem de peças infantis e irmanam-se em reivindicações básicas para a categoria, como a constante busca de patrocínio e apoio do poder público, na formação de público para as artes cênicas e na reivindicação de curso superior na área.

5.1.2 Dança

A dança clássica aparece em Campo Grande, primeiramente, nos auditórios das escolas e era ensaiada por professores leigos, sendo que os primeiros cursos começam a ocorrer na década de 40.

Nos anos 60, o Conservatório Santa Cecília, proporcionava aulas de música, dança e declamação. As apresentações eram feitas no Circulo Militar, no Clube Surian e no Colégio Auxiliadora.

Esse início, ainda que possa parecer nostálgico, é importante para observar que, em quase meio século, houve uma profissionalização da dança em Campo Grande, favorecendo seu desenvolvimento e firmando seu espaço.

Na década de 70, o surgimento das academias dá novos rumos à dança em Campo Grande, com a formação de grupos atuantes até nossos dias.

A primeira academia foi a Ballet Arte, criada em 1972. Já em 1974 inovou a dança no Estado, voltando-se para a natureza e os animais da região, com músicas de compositores sul-mato-grossenses. Os cenários e os figurinos passaram a enfatizar os temas regionais, como *Sanga Puitã* e *Inocência*.

As atividades sempre foram intensas não só em teatros, clubes ou academias em seus eventos de final de ano. A partir da década de 1980 a dança foi democratizada, com grupos atuando em praças, bairros e ruas, abrindo novos espaços para a arte. A diversidade cultural e a migração decorrente da formação do novo Estado enriqueceram os espetáculos de dança com coreografias inspiradas em etnias, como as colônias árabe, paraguaia, japonesa e, também os povos indígenas.

Em 13 de janeiro de 1985 foi fundada a Associação Sul-Mato-Grossense de Profissionais de Dança, com o objetivo de promover o desenvolvimento da dança em Mato Grosso do Sul.

O trabalho incansável de Sarah Figueiró, que só deixou a presidência em 1998, possibilitou a realização da I Mostra Sul-Mato-Grossense de Dança, que a partir da quinta edição transformou-se no Festival Sul-Mato-Grossense de Dança, que ocorre até hoje, com a participação de academias e grupos de dança da região e de outros Estados. Os festivais contam com a presença de renomados profissionais da dança que, ao mesmo tempo, compõem a comissão julgadora dos trabalhos apresentados e oferecem cursos aos participantes.

A grande contribuição das mostras e festivais foi a formação de plateia para os espetáculos, embora o campo-grandense não compareça em grande número aos eventos locais, ao contrário do que acontece quando as peças são do eixo Rio-São Paulo.

Entre as diversas manifestações de arte, a dança tem sido instrumento revelador da diversidade cultural de Campo Grande. Do clássico à dança de rua, passando pela dança do ventre e danças de salão, os mais variados estilos vêm sendo disseminados em academias, grupos e formações em escolas e universidades locais. Inúmeras formações de dançarinos persistem em sua atividade na Capital mostrando o panorama atual dos mais variados estilos dessa manifestação artística.

Atualmente, o alto custo das produções de peças teatrais e espetáculos de dança desestimula suas realizações. Para produzir tais eventos é importante a união e a persistência de produtores e artistas, contando com a parceria de empresas privadas e órgãos públicos.

5.1.3 Circo

Falar de circo é falar da mais autêntica das manifestações culturais de um povo, pois embaixo da lona colorida, temos música, teatro, dança, cenografia e figurino e, por trás de tudo isso, o mais importante: a figura do artista circense, que é um polivalente, atuando em várias funções ao mesmo tempo. São músicos, bailarinos, ginastas, mágicos, adestradores e o personagem mais querido do público – o palhaço.

Infelizmente, essa arte está cada vez mais ausente do povo campo-grandense, seja pela falta de incentivos à atividade circense, que leva nossa população a procurar formas alternativas de manifestações culturais (televisão, rádio e cinema), seja pela falta de espaço adequado à instalação de tendas para esse fim e até o custo do ingresso para assistir a um espetáculo.

5.2 ARTES CÊNICAS - DESAFIOS DO PLANO NACIONAL DE CULTURA

5.2.1 Ampliar o público e valorizar a inovação e a diversidade da produção teatral brasileira

A exemplo das demais linguagens artísticas, o teatro requer uma política de financiamento que sustente o desenvolvimento, a produção e a circulação de suas obras. Por conta de sua natureza de espetáculo vivo, dependente da interação de elementos cênicos e da presença simultânea e física do público, trata-se de uma modalidade de expressão artística irredutível à reprodução em escala pela indústria cultural.

Nesse contexto, o teatro carece de oportunidades de autonomia financeira equivalentes às cadeias produtivas do audiovisual, música popular ou literatura. Esse panorama se agrava por conta das disparidades regionais na oferta de infra-estrutura de apoio à produção e fruição teatral, bem como pela distribuição irregular dos meios de capacitação de atores e técnicos e de formação de público. Entre os principais desafios estão a necessidade de apoio à pesquisa e produção dramática e cênica, revitalização dos circuitos nacionais e regionais e construção de espaços culturais que promovam a circulação e o acesso das diversas expressões teatrais existentes no país.

5.2.2 Valorizar e estimular a circulação das diversas práticas de dança

A rica oferta da produção brasileira na área de dança está restrita a uma pequena parcela da população. O intenso diálogo entre tradição e inovação, cultura experimental e cultura popular, não é apresentado de modo amplo e contínuo ao público. A dependência de modelos de financiamento baseados em mecanismos de renúncia fiscal não superou ainda o problema da exclusão de grande parte das manifestações coreográficas do acesso às fontes de financiamento e oportunidades de difusão e preservação. É preciso promover a formação de público e dos artistas, estimular a circulação da produção, garantir que as atividades realizadas no país sejam identificadas, registradas e divulgadas e estabelecer modelos sustentáveis de manutenção dos grupos de baile e da pesquisa na linguagem da dança.

5.2.3 Estimular a valorização dos repertórios tradicionais e das novas modalidades circenses

O circo constitui uma forma de expressão fundamental na formação cultural brasileira, por conta de sua itinerância e sua capacidade de influência em todo o território. Mesmo sendo tradicional, essa expressão adquire formas contemporâneas que se articulam permanentemente com outros setores da cultura. A linguagem chegou ao Brasil por volta de 1830, e aqui se adaptou às condições locais, constituindo-se em uma das mais importantes manifestações das artes cênicas. Depois de atingir seu apogeu na primeira metade do século XX, sofreu as consequências da remodelação das formas tradicionais e perdeu público devido à popularização das linguagens do cinema e da televisão.

Nos anos 80, surgiram iniciativas de rearticulação do circo e de revitalização de sua riqueza, obtida graças à apropriação de elementos de diferentes culturas, linguagens artísticas e manifestações regionais. A diversidade de práticas circenses coloca desafios específicos para a elaboração de uma política para o setor. Cabe ao poder público e em especial à Funarte criar condições para que o circo brasileiro possa ver suas demandas e precariedades resolvidas com apoio, capacitação e acesso a espaços dotados de condições satisfatórias de infra-estrutura e localização para suas apresentações.

O Estado deve, ainda, promover a pesquisa e a preservação da memória das atividades circenses, visando o reconhecimento dessa tradição e a criação de programas de circulação de espetáculos, principalmente em regiões de maior isolamento geográfico.

5.3. AUDIOVISUAL EM CAMPO GRANDE

5.3.1 Cinema, Fotografia e Vídeo

Sob essa denominação, ainda que não de todo apropriada, pensamos especificamente nas produções do cinema, da fotografia e do vídeo. Artes que se foram aperfeiçoando ao longo do tempo, decorrentes dos avanços técnicos e tecnológicos.

O cinema e a fotografia também ajudam a documentar a história de Campo Grande e de um estado que respira juventude. O estudo dos principais realizadores no campo do audiovisual que atuaram na região é revelador para o resgate e a afirmação dos costumes do povo, da geografia em transformação, dos símbolos culturais.

Em 1956 o cine-jornalismo dá início à história do cinema em Campo Grande, quando são filmados os primeiros documentários da cidade e, no ano seguinte, 1957, através de uma câmera 35mm, filma-se os célebres Jogos Noroestinos, realizados em Campo Grande. Foram feitos aproximadamente "60 filmes no gênero, inclusive uma dezena de fitas educativas".

Em 1967, teve início em Campo Grande o movimento cineclubista, com a fundação, por um grupo de professores universitários, do Cineclube Campo Grande. Como se sabe, o cineclubismo brasileiro garantiu, às regiões e cidades distantes do eixo cultural Rio-São Paulo, a presença das melhores e mais importantes produções cinematográficas nacionais e internacionais. Além da projeção dos filmes eram organizados debates com a participação de diretores, atores e intelectuais, desempenhando, inclusive, um papel político fundamental para a época.

Em Campo Grande, o cineclube, integrado ao Movimento Nacional de Cineclubes, promoveu também cursos e debates. Em 1974 foi realizado o Encontro Nacional de Cineclubes em Campo Grande. Realizou-se ainda a Semana do Cinema Nacional em convênio com a Cinemateca do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro.

O cinema de animação fez parte das atividades do Cineclube de Campo Grande, iniciando suas atividades em 1984, através do Núcleo de Cinema de Animação. O objetivo do Núcleo era desenvolver com adultos e crianças as técnicas próprias dessa linguagem. O principal projeto, denominado Projeto Pantanal, estava ligado à educação ambiental, favorecendo a produção de centenas de filmes de animação, realizados por crianças. Em 1988, o trabalho do Núcleo conquistou o prêmio Estímulo, na ONU, concorrendo com diversos países.

Para se ter uma idéia da importância dessa atividade cultural, o primeiro cinema de Campo Grande, o Cine Brasil, foi aberto em 1910, seguido pelo Trianon, onde aconteceu a *avant-première* de *Alma do Brasil* na cidade. Concorria com o Cine Central, que possuía uma orquestra para animar os filmes. Tivemos ainda os Cines Rio Branco, o Guarani, mais tarde chamado Central. Em 1926, surgem os cines Santa Helena, o Rialto e o Alhambra, que movimentaram a vida cultural da cidade. Através dos filmes, as pessoas encontravam referências de toda ordem: comportamento, moda, música, etc. Na década de 60, foram inaugurados os cines Acapulco e Jalisco.

Na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul funcionaram o Autocine e o cinema do Teatro Glaucê Rocha. Todos esses cinemas foram desativados.

A reflexão sobre a produção audiovisual leva a querer entender o porque de haver investimento nos produtos comercial e institucional, porém os filmes de longa e curta-metragem e os documentários, isto é, os produtos culturais, não recebem a mesma atenção, porque exigem um outro tipo de

investimento e tempo de produção. Há campo para o desenvolvimento de documentário cultural, altamente rentável porque de fácil comercialização, que poderia fomentar outros tipos de produtos culturais.

A escassez de dinheiro para concretizar sonhos em película, não impediu a prática do cinema de autor de nossos incansáveis cineastas. A geração recente busca se unir para garantir as suas produções. O vídeo, mais acessível, parece ser uma promessa alentadora e a Associação de Cinema e Vídeo de Mato Grosso do Sul, criada em 2003, tenta promover intercâmbios entre os novos realizadores.

O pioneiro Festival Latino-Americano de Cine e Vídeo, realizado em 1999, 2000 e 2002 e o Festival de Cinema de Campo Grande o FestCine Pantanal, são exemplos de que muita coisa mudou no campo do audiovisual.

A capital já sedia, desde 2002, um cinema de arte, o CineCultura, espaço que foi se afirmando ao longo do tempo em termos de público e qualidade de exibição de som e imagem, destacando-se pela seleção de filmes fora do circuito comercial.

Como toda a produção exige método, estudo, disciplina, a manutenção da habilitação Rádio e TV no curso de Comunicação Social da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), além do curso de Artes Visuais e a Especialização em Imagem e Som da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), têm contribuído tanto na reflexão teórica quanto na produção de exemplos inovadores de vídeoarte e experimentações audiovisuais menos convencionais.

Atualmente, a cidade conta com cinemas e a programação é simultânea aos lançamentos em circuito nacional. No entanto, não conta, ainda, com um espaço para a exibição de produções independentes, sejam elas locais, nacionais ou internacionais.

No campo da fotografia, a afirmação se deu pela cobertura de eventos, o retrato de personalidades e o trabalho de fotojornalismo, que contava com a vitrine dos jornais e revistas da época.

A fotografia, cuja invenção possibilitou o aparecimento do cinema e provocou modificações na linguagem da pintura, tem entre suas funções a de documentar. Hoje é possível, através de imagens fotográficas, reconstituir períodos históricos em todos os seus aspectos. No entanto, a fotografia pôde negar-se a essa restrição "realista-factual" e alçar a condição de nova arte, exigindo do fotógrafo-artista novos resultados.

O grande número de imagens de Campo Grande torna-se um verdadeiro ensaio fotográfico, onde o olhar do fotógrafo consegue concentrar detalhes e ângulos que se transformarão no instante precisamente perpetuado. Cada fotografia conta uma história.

Atualmente, a fotografia se liberta dos seus instrumentais tradicionais e abraça o digital, com recortes que fogem do retrato puro e simples e beiram o abstrato.

A fotografia artística, jornalística, de retrato, ou de experimentação digital, conta com mais divulgação em exposições organizadas em locais com luz apropriada e estúdios equipados com alta tecnologia.

O momento parece ser promissor ao desenvolvimento da linguagem fotográfica e do cinema. Com uma produção já referenciada, a manutenção dos registros audiovisuais deve ser incentivada possibilitando sua apreciação por um público cada vez mais criterioso.

5.4 AUDIO VISUAL – DESAFIOS DO PLANO NACIONAL DE CULTURA

5.4.1 Os desafios de tornar o Brasil um grande produtor e exportador de audiovisual

O conteúdo audiovisual brasileiro é um ativo de importância cada dia mais estratégico na vida nacional e na inserção global do país. A emergência de novos meios de difusão digital, especialmente a televisão e a internet de banda larga, oferece uma oportunidade decisiva para a distribuição e a exibição da produção audiovisual em língua portuguesa.

Nesse contexto, é preciso reconhecer a centralidade da televisão na cultura brasileira, que está presente em 98% dos lares do país. No entanto, apesar do crescimento relevante de nossa produção, o mercado cinematográfico brasileiro ainda está concentrado nas mãos de poucas empresas internacionais. Por outro lado, os canais de televisão contrariam uma prática global, produzindo quase tudo o que veiculam de conteúdos nacionais. Restringem, assim, o espaço para a produção independente e a expressão da diversidade. Por isso, o Brasil precisa regionalizar sua infra-estrutura de produção, fortalecendo produtores, distribuidores e programadores nacionais diante da enorme demanda de conteúdo que surge com os novos canais de exibição.

O Brasil tem o enorme desafio de apoiar a produção e a distribuição desses conteúdos nacionais e de regular a atividade econômica, para garantir espaço e competitividade à produção de todo o território. A desvinculação entre televisão aberta e produção independente sempre foi um entrave para o desenvolvimento de um modelo de indústria audiovisual mais republicano.

O Estado deve apoiar essa aproximação também por meio de mecanismos de fomento.

No cinema, há ainda os desafios da qualificação da formação, da desconcentração e do fortalecimento tecnológico – além do apoio a novos agentes econômicos que possam atuar nessa complexa e exigente economia de forma competitiva. Por fim, deve-se aproveitar as oportunidades da era digital para estimular a proliferação de formas de registro e expressão audiovisual.

5.5 ARTES PLÁSTICAS EM CAMPO GRANDE

O percurso das artes plásticas pode ser pontuado grosso modo em três momentos: o período de Mato Grosso unificado até 1967; da fundação da Associação Mato-grossense de Artes (1968-1972) até 1977 quando da Divisão do Estado; e o período propriamente sul-mato-grossense até nossos dias.

Ainda que não possa descrever com precisão as mudanças ocorridas, houve um longo processo de questionamento e transformação nas linguagens artísticas, que incorporaram em suas formas expressivas os novos elementos decorrentes do desenvolvimento político e sócio-econômico da região.

Antes da década de 1960 havia pouca movimentação nas artes plásticas do estado, principalmente sob o enfoque de movimento cultura. Essa situação passou a mudar com a *Primeira Exposição dos Pintores Mato-Grossenses* em 1966, quando aportou nesta terra o conceito de arte moderna para o conhecimento do grande público. Até então, registrava-se somente o talento de alguns artistas isolados em seu tempo, alguns professores de pintura e exposições de alunos.

Nos anos 60, desenvolve-se a partir de Campo Grande o primeiro movimento, propriamente dito, nas artes plásticas, que resultaria na formação de um grupo de artistas regionais, atuando em diversos pontos no Estado.

Em 1967, com a fundação da Associação Mato-grossense de Arte – AMA, concretiza-se o movimento das artes plásticas no Estado.

Os anos 70 incumbem-se de varrer os limites geográfico-culturais e de inscrever os artistas de Mato Grosso no cenário nacional. A obra de Humberto Espindola, centrada na bovinocultura, projeta-se internacionalmente.

Com a concretização da divisão política do Estado, Mato Grosso do Sul procurou dar continuidade ao movimento, promovendo seus artistas através de exposições permanentes, temporárias e itinerantes, além de Salões de Arte a partir de 1979.

Visando primeiramente estimular a produção artística no Estado, os Salões tiveram um papel fundamental pela capacidade de catalizar novos valores, além de submetê-los à avaliação crítica que lhes garantisse a permanência. Foram os seguintes: Salão do Artista Jovem (1979/80); Salão de Pintura de Mato Grosso do Sul (1979/80); Salão de Artes Plásticas de Mato Grosso do Sul (1982/ 83/ 84/ 85/ 86/ 88/ 93); Salão Tríptico Mato-grossense (1987); Salão de Artes de Dourados (1985/ 87/ 89/ 91/ 93).

Desse modo, pode-se apontar para uma mudança significativa na linguagem artística sul-mato-grossense que, mesmo assentando suas bases no espaço regional, não se compraz no limite – ainda que positivo do regionalismo, mas permite a coexistência de outras linguagens revelando o caráter plural da arte contemporânea.

Os anos 80 caracterizam-se por momentos de euforia, como o da criação da Secretaria de Estado da Cultura, extinta em 1990, e outros menos incentivadores, onde apenas a determinação dos artistas impulsionam a produção.

A partir de 1990, verifica-se uma acentuada tendência na quebra de rigidez nas composições bem como uma busca constante de apropriação das linguagens da arte contemporânea. A necessidade de reflexão sobre as formas artísticas introduzem novos nomes e novas modalidades.

Campo Grande constrói aos poucos sua história cultural e o faz com a certeza de que as artes são imprescindíveis ao desenvolvimento humano. Conta para isso com a presença de artistas determinados, que se voltam para a busca de uma linguagem contemporânea de ruptura com um possível regionalismo homogeneizador, e com o apoio de um público receptivo.

5.6 ARTES VISUAIS - DESAFIOS DO PLANO NACIONAL DE CULTURA

5.6.1 Ampliar o reconhecimento da multiplicidade das artes e dos artistas visuais

O campo das artes visuais não expressa efetivamente uma valorização equitativa das expressões simbólicas das diferentes regiões e grupos populacionais brasileiros, tanto no que diz respeito ao circuito expositivo quanto às cadeias econômicas relacionadas a essa linguagem. O desconhecimento público e a carência de espaços de reflexão sobre a história da arte brasileira restringem a circuitos de elite a avaliação e a circulação da produção, legitimada por poucos representantes do pensamento crítico e estético. É necessário desenvolver atividades que levem à formação de público e ao reconhecimento da multiplicidade dos artistas visuais. Entre as principais estratégias para a superação dessa problemática estão o fortalecimento do ensino e da pesquisa sobre as artes visuais, a ampliação de sua visibilidade na mídia, o apoio financeiro à produção, difusão e desconcentração das cadeias produtivas e o fortalecimento da gestão pública dos espaços de fruição da estética visual.

5.7 MÚSICA EM CAMPO GRANDE

A alma campo-grandense revela a cultura multifacetada da cidade, caracterizada pela modernidade e sedimentada em fortes raízes regionais.

Nativos e migrantes aqui absorvem as influências da globalização e registram as tradições da terra em múltiplas atividades do cotidiano, mas certamente é a Música a mais expressiva forma de manifestação da riqueza e diversidade cultural.

Os primitivos ocupantes do município campo-grandense, são considerados os precursores da arte musical da região, considerando-se que missionários jesuítas, alguns sendo músicos de excelente formação, utilizavam cantigas e músicas para evangelizar e aos indígenas era ensinado cantar e tocar instrumentos, sob inspiração da música européia.

A partir da herança indígena, "é impossível analisar a trajetória da música regional sem rever as correntes migratórias que fazem parte do processo de formação do Estado iniciado em 1524".

Com a oficialização do Tratado de Madri, a partir de 1775, migrantes portugueses deslocaram-se para a área do Pantanal e formaram, no final do século XVIII, o maior grupo de desbravadores da região. Com eles vieram suas tradições, dentre elas a música e danças, como o siriri e o cururu.

No século XIX, em núcleos populacionais da região do então Mato Grosso, surgem manifestações do chamado canto falado em peças de teatro musicado e em apresentações de óperas. Na música popular prevalecem os seresteiros e os cantadores de modinhas. No final do mesmo século, o término da Guerra do Paraguai viria marcar a história da música regional e, particularmente, a campo-grandense. Encerrado o conflito, uma onda de povoadores chegou ao sul do então Mato Grosso.

Na rotina do campo-grandense evidenciava-se nesse período uma preferência cada vez maior pela música sertaneja que recebia influências diversas, além da sua origem indígena. Aliada à modinha, trazida pelos colonizadores portugueses, esse tipo de música viria a ser formado por gêneros diversos dos quais o catira e o cururu são manifestações ainda encontradas em pontos isolados nas circunvizinhanças de Campo Grande, e em grupos de folclore.

Por volta de 1920 tornara-se significativo o número de imigrantes que aqui aportavam em busca de trabalho, somados aos militares radicados pela recente implantação dos quartéis. Esse novo contingente de moradores trazia também suas tradições e o gosto musical de suas regiões, de origem européia, convivendo de forma harmoniosa com a prevalência local da chamada música caipira, tocada ao som da sanfona e sintonizada com a forte vocação ruralista do povo campo-grandense.

Nos anos de 1950, em Campo Grande o canto orfeônico era matéria dos programas das escolas primárias e secundárias.

Paralelamente, na música sertaneja a moda de viola tornou-se a manifestação mais expressiva no meio artístico regional, na metade dos anos de 1950. Acompanhava os tropeiros que, por meio de longas letras, contavam seus causos, fatos e histórias permeadas por refrões e solos instrumentais.

O final da década de 1970 foi um marco para a cultura regional com a divisão do Estado e a conseqüente expansão sócio-econômica de Campo Grande como pólo de desenvolvimento regional. A cidade intensificava suas atrações nos finais de semana com bailes e discotecas no Clube Libanês, Clube Surian, Clube Noroeste, Clube Cruzeiro, Associação Okinawa, Rádio Clube e Círculo Militar.

Podemos dizer que a diversidade musical em Campo Grande entrou na era da globalização e reconhecer que a música sul-mato-grossense agrada a todos os gostos musicais. O som da moda de viola, do rasqueado, do chamamê, da polca paraguaia e, agora, da polca-rock revela uma herança musical que tem raízes em grupos indígenas do tronco tupi-guarani e

influências de migrações de toda parte que emergem em compassos musicais e lembram o sotaque de sua gente, sem esquecer de outros ritmos que estão sendo introduzidos pelos artistas locais como o axé, pagode baiano e rock (em seus diversos estilos), funck, rap e samba, entre tantos outros. E a música erudita e instrumental ganha cada vez mais espaços e adeptos.

5.7.1 Cordas e Orquestras

A tradição por instrumentos de cordas na música campo-grandense tem motivado grandes formações e justificam a qualidade das orquestras que desenvolvem suas atividades na capital. As articulações para formar o primeiro grande conjunto de músicos ocorreram na década de 1940 e desde então são mantidas várias iniciativas no setor como:

A Orquestra Sinfônica de Campo Grande (OSCG), que embora as iniciativas para a sua formação sejam da década de 1940, sua primeira apresentação foi registrada em 1950. A OSCG foi desativada em 1989.

Os grupos da Orquestra Filarmônica de Mato Grosso do Sul, Coral da Academia de Música de Câmara existiram de 1982 a 1985.

Em 1985 foi fundada a Sociedade Coral e Orquestra Clássica de Mato Grosso do Sul, integrando Coral, Orquestra Clássica, Conjunto Renascentista de Música de Câmara e Orquestra Jovem da SCOR. O caráter didático das apresentações, com objetivo de formação de público para a música de concerto, é característica dos grupos musicais da SCOR.

A Orquestra de Câmara do Pantanal, criada em junho de 2001, e em 2005 foi formada a Orquestra Barroca de Mato Grosso do Sul composta por músicos distribuídos nos naipes de violinos, violas e violoncelos e a eles juntam-se outros instrumentistas, é uma orquestra independente e em seus concertos tem interpretado preferencialmente obras do período barroco.

A Orquestra Jovem da Fundação Barbosa Rodrigues é composta principalmente por alunos da Rede Municipal de Ensino e funciona desde abril de 2005 como orquestra-escola. Com repertório tendo função didático-pedagógica, sua formação é de crianças entre 9 e 11 anos.

A Escola de Música Escala Educação Musical mantém a Camerata de Violões e Camerata de Cordas, a primeira conta com violonistas e a segunda com instrumentistas entre violinistas, violetistas e violoncelistas. Objetiva principalmente o aprimoramento técnico e artístico dos participantes estimulando a prática musical em conjunto.

Formado por professores de música o Instrumental Arte Viva tem repertório de música popular, regional e clássica, com destaque para os sons da guarânia, chamamê e polca paraguaia. Criado em 2004, o conjunto tem instrumentistas no violino, violão, teclado, flauta e percussão.

O Quarteto de Cordas Mozart é composto por violinos, viola e violoncelo, e foi formado em novembro de 2000, vinculado à Universidade Para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal (Uniderp).

Com formação originária das bandas militares de Campo Grande, o Quinteto Haendel existe desde 1994. Seu repertório abrange períodos da história da música erudita e popular, com execução de obras originais e/ou adaptadas.

Alunos e professores do projeto de educação musical e instrumental da Fundação de Cultura do Estado formam a Orquestra de Violões do Projeto Musicalizando.

A música em Campo Grande é a expressão de uma cidade plural, com tendência e interações que evidenciam sua história e desenvolvimento. Em consonância com os pioneiros, traços da tradição foram mantidos e a

modernidade proporciona a manifestação de talentos que fazem prosperar a música em Campo Grande, sob as mais diversas formas e gêneros.

Nessa perspectiva, a educação musical cada vez mais se caracteriza como processo que apresenta unidade e fomenta a sua identidade cultural. A busca pelo conhecimento e pesquisa se entrelaçam na implantação de cursos e na valorização de uma produção com qualidade,

O curso superior de música, implantado em julho de 2002 na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, trouxe para Campo Grande a habilitação de profissionais e a possibilidade de fomentar estudos e pesquisas numa área até então desprovida de registros e trabalhos acadêmicos. O curso é uma resposta às perspectivas da cultura local no incremento da educação musical na cidade.

O cenário musical campo-grandense mostra nos dias de hoje um processo de multiculturalidade evidenciando o jeito de ser das pessoas e que tem a música como a mais instigante manifestação da cultura local. Com a intensa migração, houve a absorção de gêneros musicais de vários lugares, no chamado caldeamento cultural, e a retomada de uma geração local que mudou o roteiro da história musical.

Para quem imaginava, no início da ocupação urbana, a prevalência de ritmos de origem estrangeira, o que se viu foi o crescimento da tradicional música caipira ou sertaneja.

Atualmente, a produção musical em Campo Grande tem aumentado consideravelmente, embora faltem ações para que as nossas raízes musicais não caiam no esquecimento e sejam colocadas em local de destaque tanto em nossa comunidade quanto em outras regiões do país. Essas ações são de longo prazo e devem ser implementadas junto com o trabalho na área educacional, onde a base é formada e introjetada e com isso teremos uma cultura forte e reconhecida nacionalmente.

Nessas ações é preciso considerar três fatores que dão o caráter musical da cidade. O primeiro é a produção musical que dá a "cara" para o Estado, com suas influências gaúcha e paraguaia, a polca, o chamamé. O segundo fator é o mercado, com menos preconceitos, menos guetos e um ambiente favorável à criação, por exemplo, da polca-rock e à inspiração nos ritmos regionais incorporados na música sertaneja. O terceiro ponto é o fomento à educação, fundamental para desenvolver o talento e o dom de cada um.

5.8 MÚSICA - DESAFIOS DO PLANO NACIONAL DE CULTURA

5.8.1 *Tornar a música popular brasileira um elemento dinamizador da cidadania e da economia*

A música popular é um dos patrimônios da cultura brasileira mais valorizados no País e no mundo. O Brasil tem uma música diversificada em dezenas de gêneros e públicos e que se relaciona de maneiras distintas com os diversos segmentos da população. O campo musical é de permanente inovação e boa parte de sua produção é auto-sustentável, com pouco apoio do Estado. Porém, existem fortes desequilíbrios na economia da música brasileira, expressa na sua dependência de gravadoras e distribuidoras estrangeiras atuantes no Brasil, que não possuem o compromisso com a ampliação e a diversificação dos repertórios.

Os preços cobrados pelos CDs, DVD's e ingressos para espetáculos são altos para boa parte da população, o que favorece o crescimento da informalidade. Nesse contexto, o setor carece de políticas transparentes de financiamento, fiscalização e difusão, necessárias para a superação das

dificuldades decorrentes de uma rede de oferta de formação profissional mal distribuída no território e da operação desregulada da indústria fonográfica.

Essa economia promove parcela dos artistas, mas exclui diversas manifestações musicais tradicionais e inovadoras, devido ao seu exclusivo enfoque comercial. As gravadoras e selos brasileiros de pequeno e médio porte têm se fortalecido progressivamente, articulando-se em feiras de negócios nacionais e internacionais, mas suas estruturas ainda não contemplam toda a variedade da música brasileira, enquanto, por outro lado, os músicos auto-produtores têm sido aliados de projetos de apoio por parte dos órgãos competentes.

O Estado necessita, portanto, qualificar e ampliar as estruturas de formação musical, por meio de programas de arte-educação articulados pelo poder público em seus vários âmbitos. É necessário fortalecer o circuito de festivais de música e suas articulações com as universidades, gravadoras independentes e rádios públicas e comunitárias. Cabe ao Estado desenvolver políticas para o setor a fim de evitar a segregação dos vários atores da cadeia produtiva, como compositores, músicos e pequenas empresas, de maneira a evitar a concentração regional e empresarial. É necessário, ainda, fortalecer a regulação da gestão coletiva dos seus direitos autorais e promover a transparência por meio da supervisão das entidades arrecadadoras privadas.

5.8.2 *Estabelecer uma política nacional de formação profissional, pesquisa, registro e difusão da música de concerto*

Sem ter alcançado o mesmo prestígio social das expressões populares, a música de concerto brasileira carece de uma política ampla de valorização e expansão de seu repertório. O problema afeta tanto a produção de períodos mais remotos, como o colonial e romântico, quanto a história recente dos ciclos moderno e contemporâneo. A oferta de ensino de teoria e escrita musical está restrita a poucos conservatórios públicos e privados, a escolas superiores desigualmente distribuídas pelo território e a algumas iniciativas locais realizadas, especialmente, por instituições como as igrejas protestantes.

A falta de um mercado de trabalho consolidado e de circuitos de apresentação adequados dificulta a afirmação profissional abrangente, com oportunidades iguais para todos os estratos demográficos e menos dependente do reconhecimento do exterior. Cabe ao Estado fomentar e induzir a inversão desse cenário, com ações voltadas à ampliação da edição de partituras e registros sonoros e audiovisuais e ao aumento da oferta de cursos de formação técnica, profissional e superior. Além disso, é preciso dar apoio ao aprimoramento de orquestras e conjuntos, constituir redes de salas para a circulação de espetáculos, estimular a difusão musical na mídia e no sistema de ensino formal e promover a organização, preservação e pesquisa de acervos.

5.9 LITERATURA EM CAMPO GRANDE

Na década de 30, como a fonte mais importante para o estudo das primeiras manifestações literárias campo-grandenses foi fundada a revista Folha da Serra. Essa revista foi editada mensalmente de 1931 a 1940.

Através de suas páginas, é possível uma visão dos conceitos que norteavam a produção literária na época, bem como recompor o quadro histórico através da perspectiva de seus colaboradores. De leitura instigante, apresenta assuntos variados de um corpo fixo de escritores, entre eles, artigos de Filologia, História e Cultura Geral do professor Severino de Queirós, contos de Valério Almeida, temas da História de Luiz Alexandre de Oliveira, crítica literária de Arnaldo Serra e poesias de Clodomiro Bastos.

Outro fato relevante para a história da literatura da cidade é a fundação da Academia de Letras e História de Campo Grande, em 30 de outubro de 1971, com o objetivo de reunir as pessoas interessadas na leitura, no estudo e no debate da literatura. O nome Academia de Letras e História de Campo Grande foi mantido até o final de 1978, quando, às vésperas da instalação do novo Estado, foi transformada em Academia Sul-Mato-Grossense de Letras, denominação mantida até hoje.

Na Academia Sul-Mato-Grossense de Letras, antecipando-se a outras Academias, a presença feminina das Letras de Campo Grande é fato que merece ser relevado, lá temos a presença de Oliva Enciso, Inah Machado Metello, Henedina Hugo Rodrigues e Maria da Glória Sá Rosa, entre seus primeiros membros.

A crônica ocupa um lugar de destaque na literatura campo-grandense, sendo, entre os gêneros literários, o que apresenta uma maior produção.

A literatura contemporânea, livre de preceitos retóricos e aberta às buscas individuais do artista, permite ao leitor uma busca ao prazer da leitura.

Campo Grande abriga um dos maiores nomes da poesia brasileira contemporânea, Manoel de Barros, nascido em Cuiabá, em 1916.

Contrária às representações estereotipadas do discurso literário regionalista, a obra de Manoel de Barros impõe-se a partir da articulação de jogos sonoros, desvios de normas e formas, apontando para a polissemia necessária ao objeto de arte. Nesse sentido é única e incomparável.

A literatura em Campo Grande abriga em sua origem o conceito geral de poesia, que significa produção, criação. O fazer literário implica, assim, uma realidade diferente da realidade concreta. É, acima de tudo, ficção e decorre de um trabalho incansável com a palavra.

5.10 LITERATURA - DESAFIOS DO PLANO NACIONAL DE CULTURA

5.10.1 Ampliar o acesso à produção de obras literárias

Não obstante o vigor histórico e o surgimento de novos autores observado nas últimas décadas, a diversidade da expressão literária brasileira ainda padece de um desenvolvimento incompleto de suas capacidades de expressão e circulação social. Parte significativa do problema resulta das restrições de acesso aos círculos de sua produção e fruição. Por conta disso, o público leitor permanece reduzido e as gerações mais recentes de escritores penam para encontrar canais de ampla difusão pública, quadro que afeta principalmente as redes de cultura regionais menos integradas à mídia dos grandes centros urbanos.

Apesar disso, iniciativas da sociedade civil ao longo do tempo vêm buscando, ainda que de forma incipiente, a aproximação entre autor, livro e leitor. São saraus, cooperativas de escritores, intermediadores de leituras e autores ocupando espaços públicos, entre outras atividades. É preciso aliar a esses esforços uma política educacional que incorpore de fato os valores da literatura – especialmente aquela não utilizada pela educação – ao alargamento real do acesso e à valorização da produção literária nacional e estrangeira, tanto de autores consagrados quanto de talentos iniciantes. A estes é necessário também oferecer apoio nos processos de formação, produção e aproximação com os leitores. O trabalho em rede é fundamental para a aproximação e o intercâmbio entre todos os envolvidos no processo literário.

5.11 ARTESANATO EM CAMPO GRANDE

Na história do artesanato campo-grandense merece enfoque especial o fazer artesanal que envolveu a instalação dos pioneiros, por volta de 1890, na construção de suas casas e na fabricação manual de utensílios. Segundo historiadores, os mineiros usufruíram da experiência do índio, com o pau-a-pique; do negro, com o barro de sopapo e a taipa de pau-a-pique, uma técnica utilizada no Brasil desde o período colonial. Foram influências das culturas negra e indígena na feitura de pequenas edificações e objetos, com exemplares remanescentes hoje expostos no Museu José Antônio Pereira.

Carro de boi, carreta, engenho, pilão e baú são exemplos de objetos de função utilitária manufaturados na época. As redes cuidadosamente trançadas e armadas nas varandas de fazendas, ainda hoje acolhem o sono das pessoas no meio rural, que persiste num hábito advindo dos indígenas. Ainda nas fazendas, artefatos rudimentares como os mochos, canastras e baús de madeira são passados de pais para filhos, sendo também fabricados nas cercanias por pessoas habilidosas que, por meio do ofício artesanal, comercializam esses objetos, em resposta às novas tendências de consumo.

A produção do artesanato em Campo Grande apresenta-se de forma diversificada e, com a crescente valorização do ofício artesanal, alguns tipos de trabalho estão imprimindo uma nova "cara" para os produtos da terra, a partir da utilização de matéria-prima regional, como a argila, fibras, madeira e sementes.

Iniciativas de desenvolvimento nas áreas de produção, gerenciamento e comercialização estão preparando artesãos para assumirem o novo espaço que se abre no mercado. No entanto, muito ainda precisa ser feito.

Herança dos indígenas, nossos primeiros artesãos, a produção de peças em *cerâmica* é uma das mais importantes manifestações do artesanato campo-grandense. A arte indígena dos Terena, que tem no aproveitamento do barro, ou argila, uma das principais características de sua cultura, predomina em objetos utilitários ou decorativos encontrados em exposições, feiras e lojas de artesanato. São vasos, panelas, tigelas e potes em formatos diversos, além de reprodução de animais sempre com a mesma coloração e os traços em branco, marcas do principal grupo de indígenas aldeados no município e regiões vizinhas.

Em Campo Grande os trabalhos artesanais em *madeira* priorizam a marcenaria de pequenas peças, o entalhe e a escultura. Os tipos de materiais mais utilizados são o marfim, cedro, pinus e madeiras residuais de marcenarias como o bálsamo, a aroeira e o cedro, entre outras.

Nessa linha de artesanato os produtos mais encontrados na região são os entalhes artísticos, utensílios de cozinha, alguns tipos de móveis e pequenos objetos decorativos. Inspirada na realidade regional, a reprodução de esculturas de carro de boi é referência desse tipo de produção, além da fauna do Pantanal com o tuiuiú, onça e jacaré, entre outras peças. A maioria dos acabamentos é feita com seladora, verniz fosco, verniz brilhante, cera e pintura acrílica sobre madeira. As peças são comercializadas em diversos pontos da cidade, principalmente em feiras e lojas especializadas em decoração.

No setor de *fibras e tecelagem*, as artesãs têm pouco domínio de conhecimento sobre matérias-primas existentes. Utilizam fios industriais como barbantes, fios mistos de lã para tapete, bem como linhas industrializadas compradas no comércio, vindas de centros maiores. Verificou-se um grande interesse dessas trabalhadoras na introdução de novas matérias-primas e diferenciação de seus produtos para atingirem novos mercados.

Um dos mais promissores segmentos da produção artesanal em Campo Grande é a fabricação das chamadas *biojóias*, ou *ecojóias*, com a

utilização de matéria-prima encontrada na natureza, onde se destacam as sementes. São peças que podem ser complementadas por fibras vegetais como o buriti e o caraguatá, além de osso ou chifre de boi, entre outros materiais. O aproveitamento de sementes da região do Cerrado resulta numa infinidade de recursos na montagem e aplicação de colares, pulseiras, cintos e outros acessórios para o vestuário, a serem aplicados a partir da criatividade do artista. Exemplos das sementes podem ser encontrados em parques e reservas das áreas urbanas de Campo Grande.

Em meio à pluralidade que marca a identidade campo-grandense, a atividade ganha força, potencializando recursos e a capacidade de sua gente. Como importante fonte geradora de trabalho e renda, é o artesanato que se revela como expressiva manifestação da cultura popular, vindo ao encontro da crescente busca pelo singular.

Com as rápidas mudanças que estão transformando o jeito de ser das pessoas, a produção artesanal torna-se registro de tradições, usos e costumes, bem como veículo de emoção.

Envolvendo seus mais variados aspectos, estima-se que cerca de sete mil pessoas, ou 1% da população campo-grandense esteja envolvida no processo do fazer artesanal e desse total, aproximadamente três mil artesãos se entrelaçam em diversas associações da categoria, distribuídas pelos 78 municípios do Estado. Como em outras regiões do país, em Campo Grande, 90% das pessoas que trabalham o artesanato, se ocupam do chamado artesanato doméstico na execução de trabalhos manuais, sendo que a maioria sobrevive numa visão assistencialista do ofício.

Estima-se que 90% dos trabalhos realizados nessa área são manuais, quase sempre confeccionados sem a preocupação dos autores em assumir uma identidade cultural e a consequente valorização do seu ofício. A maioria absoluta dos artesãos depende da renda do seu trabalho para o sustento da família e ainda necessita imprimir qualidade e singularidade aos seus produtos.

Diante de uma realidade econômica desfavorável, a força do artesanato desponta como real opção para aumentar as oportunidades de trabalho e renda e diminuir os altos índices de desemprego vigentes no país.

5.12 PATRIMÔNIO CULTURAL DE CAMPO GRANDE

A imagem da chegada dos primeiros moradores, retratada no *Monumento aos Pioneiros*, remete aos idos de 1872 quando os desbravadores, vindos em carros de boi, iniciam a formação do povoado construindo ranchos de palha e sapé na confluência dos córregos Prosa e Segredo, em área do atual *Parque Florestal Antonio de Albuquerque*, conhecido como Horto Florestal. Na época, o alinhamento dos ranchos tomou a feição de rua, diferente do que ocorreu na maioria das antigas cidades onde os agrupamentos situavam-se ao redor da igreja e das prefeituras que se tornavam os embriões dos núcleos populacionais. No Arraial de Campo Grande a construção da capela ocorre anos depois.

No final do século XIX, Campo Grande já na condição de vila, teve prescritas as primeiras normas para sua expansão, ocasionada pela vinda de novos moradores que se intensifica com o passar dos anos. Entre esses destaca-se a chegada, por volta de 1905, da ex-escrava, Eva Maria de Jesus Vida, a lendária Tia Eva, que se instala em área próxima ao atual bairro São Francisco.

O primeiro Código de Posturas, em 1905, define entre outras medidas, o aforamento, ou contrato de domínio, de terrenos municipais, a edificação de prédios e reparos. Essas normas são reforçadas na primeira

planta da cidade, aprovada em 1909 como Plano de Alinhamento de Ruas e Praças.

No traçado urbano estava prevista uma área institucional onde localiza-se a atual Praça Ary Coelho, destinando-se também áreas para a Praça da República, hoje Praça do Rádio Clube, e Praça da Concórdia, atual Praça Aquidauana. Por ser um plano de expansão, dimensionava as diretrizes de crescimento futuro da cidade entre três córregos. A leste, o córrego Prosa, ao norte o córrego Maracaju (atualmente canalizado) e, ao sul, o córrego Segredo.

A tendência de incorporar novas propostas urbanísticas prevalece em Campo Grande com a elaboração da planta da cidade adotando idéias burguesas, como destacado por alguns pesquisadores. Tendo sua expansão inicial baseada em atividades estritamente ligadas à pecuária, um novo e importante impulso motiva o desenvolvimento local com a chegada dos trilhos e a consequente vinda de migrantes. É estruturado o Conjunto dos Ferroviários, formado pela Estação Ferroviária, vila residencial e área anexa com suas ruas revestidas em paralelepípedos. Símbolo de uma época de prosperidade, sua importância tem respaldo no tombamento do chamado Sítio Histórico que, localizado na Vila Noroeste, abrange além da Estação alguns trechos das ruas 14 de Julho, dos Ferroviários, Travessa Dr. Temístocles e Rua Dr. Ferreira.

A chegada da ferrovia e a instalação do Comando Militar em Campo Grande são fatores decisivos no processo de evolução urbana.

Estruturando-se como cidade moderna, gradativamente são incorporados espaços culturais, sociais e de lazer. Em 1924 é implantada a Loja Maçônica, na Avenida Calógeras, onde, com a Revolução Constitucionalista de 1932, instala-se a sede do governo do Estado de Maracaju, tendo Campo Grande como Capital, por três meses. Nesta mesma época ocorre a chegada dos padres salesianos que constroem o Oratório como primeiro instrumento de sua ação religiosa e educativa, e uma capela anexa, em área próxima à atual Praça do Rádio Clube.

Ainda na década de 1930 algumas iniciativas de registro da história foram concretizadas resultando em monumentos que passaram a ser símbolos. É o caso do Obelisco, onde está inserido medalhão com a figura do fundador da cidade. A obra foi implantada em agosto de 1933, na Avenida Afonso Pena, esquina com a Rua José Antonio.

No final da década de 30 o município tem proposta para expandir o serviço de água e implementar a rede de esgotos, além da efetivação de uma política para o uso do solo. Um escritório de engenharia é contratado para elaborar a planta da cidade que se torna o primeiro mapeamento a conter traçado e locação das construções.

A verticalização nas edificações ocorre nos anos de 1940 com os prédios Nakao, Olinda e Korndorfer destacando-se no centro da cidade. É deste período a implantação de Destacamento da Base Aérea na área militar que atualmente sedia importantes esquadrões da Força Aérea Brasileira.

A década de 1970 é, sem sombra de dúvida, um momento particularmente privilegiado para o desenvolvimento da cidade quando, cogitada pelo governo central, a divisão do Estado de Mato Grosso passa a receber maciços investimentos em infra-estrutura, de modo a dotá-la dos equipamentos e serviços indispensáveis para torná-la Capital. A sua inclusão no Programa de Cidades de Porte Médio, mantido pelo Ministério do Interior, por meio do qual se obtém financiamentos para a abertura do anel viário e canalização dos córregos Maracaju e Segredo, permite a rápida expansão urbana.

Na década de 80 surgem loteamentos e conjuntos habitacionais.

Com a instalação do governo do estado, são construídos edifícios pra abrigar órgãos da administração pública no Parque dos Poderes, em meio á reserva de cerrado em torno da cidade. O Palácio popular da Cultura e Palácio das Comunicações são pontos de atração por suas propostas arquitetônicas contrastando com a vegetação circundante.

5.12.1 FESTA DE SÃO BENEDITO

Todos os anos, no mês de maio, acontece em Campo Grande a Festa de São Benedito. Com rezas, fogos, bailes, leilões e brincadeiras típicas de quermesse, um grande número de pessoas comemora o santo numa tradição que integra o calendário de eventos da cidade e que teve início com uma promessa de Tia Eva, ex-escrava que aqui chegou no início do século.

Eva Maria de Jesus Vida nasceu em Mineiros, Goiás, em 1847. Quando a Lei Áurea foi assinada, em 1888, ela estava com 41 anos de idade e nunca soube quem foram seus pais.

Com uma chaga na perna direita, que a medicina da época não conseguiu curar, partiu de Mineiros em 1905 à procura de um bom lugar para recomençar a vida. Vinha num carro puxado por dois bois e trazia suas três filhas ainda crianças: Sebastiana, Joana e Lazara. Sobreviveu às dificuldades do caminho enfrentando a fome e as doenças da época. Trazia consigo uma imagem esculpida em madeira de São Benedito, seu protetor e a quem havia feito a promessa de que construiria uma capela em sua homenagem quando fosse curada da chaga na perna.

Já curada, chegou à Vila de Campo Grande no mesmo ano de 1905. Para se fixar escolheu uma área afastada do centro, nos altos do atual Bairro São Francisco, onde construiu um pequeno rancho e começou a nova vida.

Procurando trabalho para seu sustento e de suas filhas, bateu de porta em porta oferecendo seus serviços. Foi parteira e benzedeira fervorosa e dedicada procurada para curar quebrantos, picadas de bichos, cobreiro e outros diversos tipos de males. E assim a fama de Tia Eva, como era conhecida, foi se espalhando e o respeito aumentando. Não cobrava por seus serviços, mas ganhava muitos presentes que ajudavam na sua sobrevivência.

Também com o auxílio de doações Tia Eva promovia festas no pátio de seu rancho com o objetivo de arrecadar fundos para a construção da Capela de São Benedito. Foram necessárias muitas festas e muita gente ajudou nesta construção.

Em 13 de maio de 1919, Tia Eva cumpriu sua promessa: a Igreja estava pronta e foi inaugurada. Os festejos duraram nove dias com rezas, fogos, leilões, pau-de-sebo e bailes de catiras, chotes e valseados dançados no pátio de terra batida. O prefeito da época, Dr. Arlindo de Andrade Gomes, fez a doação definitiva da área onde estava construída a Igreja.

Eva Maria de Jesus faleceu em 1926 e foi enterrada em frente à Capela que construiu com tanto amor. Aos seus descendentes deixou a tarefa de dar continuidade à festa de São Benedito, tradição que perdura até hoje, praticamente nos mesmos moldes de outrora. Na hora da Salve Rainha, na reza do terço, os festeiros explodem três fogos saudando São Benedito, conforme ensinou Tia Eva.

Mas nem tudo permanece como em seu tempo. A Igreja foi descaracterizada, com a ampliação da parte dos fundos; a colocação de janelas modernas, pisos de cerâmica, forro de madeira e telhas romanas; a substituição das torres de madeira por concreto armado; e a mudança da inscrição "1919", que marca o ano da inauguração da Igreja, de reboco para metal.

O pequeno cemitério em frente à Igreja, que guardava os restos

mortais de Tia Eva e de suas três filhas, hoje é um campo de terra preparado para receber os participantes da festa de São Benedito. Com tábuas foi construído um salão paroquial e um guichê para vender ingressos nos dias de festas, e até mesmo uma churrasqueira tomou o lugar do cruzeiro onde os devotos acendiam velas.

A Igreja hoje está rodeada de calçada de alvenaria e sem a varanda que Tia Eva tanto apreciava: uma espécie de sacada ornamentando a rua estreita de chão batido, antiga estrada boiadeira.

Pode-se dizer que a maioria dos negros de Campo Grande são seus descendentes. A devoção a São Benedito vem passando de geração em geração e os festejos nunca foram interrompidos pois a fé que Tia Eva plantou os anos não podem apagar.

5.12.2 Festa dos Santos Reis

Pertence ao ciclo natalino e é comemorada no dia 6 de janeiro, data em que os Reis Magos chegaram a Belém para visitar o Menino Deus. O período que antecipa essa data é destinado às folias, denominadas Folias de Reis. Cada Folia é composta por foliões, compreendendo: mestre, contra-mestre, músicos, alferes, palhaços. Todos saem em cortejo no dia 25 de dezembro, levando a bandeira da Sagrada Família, cantando e visitando inúmeras casas, louvando os presépios, recebendo óbulos para o dia da festa.

Em Campo Grande e no interior do Estado, principalmente nos municípios que fazem limite com o Estado de São Paulo, comemora-se a Festa dos Santos Reis. Geralmente essa festa acontece nos bairros, pois guarda características culturais das zonas rurais e do interior.

5.12.3 Festa de Nossa Senhora de Caacupé

Santa trazida da cultura religiosa paraguaia, Nossa Senhora de Caacupé equivale à Nossa Senhora da Conceição dos brasileiros. Cultuada no dia 8 de dezembro, a *Virgencita de Caacupé* recebe homenagens durante as missas e rezas, culminando com almoços ou jantares à base de pratos usuais da cozinha paraguaia e bailes ao ritmo de polca, chamamé, exibição da *galopeira* e outros. A principal manifestação dessa festa acontece entre os membros da Associação da Colônia Paraguaia, na Vila Pioneira, embora existam cultos particulares, reunindo familiares, distribuídos por diversos bairros de Campo Grande.

Dos vocábulos da cultura indígena, **Caá** – significa erva e **Cupé** significa atrás, forma-se a palavra Caacupé, cuja tradução é *atrás da erva-mate*. Conta uma lenda indígena, que um índio caçado por seus patrões, lembrou-se de pedir socorro à Virgem. Escondendo-se atrás de um pé de erva-mate, ficou a rezar durante todo o tempo da perseguição, até que os patrões desistiram da busca. Acreditando ele, ter sido salvo pela Virgem, resolveu esculpir uma imagem à semelhança da santa, utilizando-se da madeira da erva-mate. Os fiéis comentam que a primeira imagem encontrada da santa é uma escultura feita em madeira de erva-mate.

Essa festa também se realiza em outros municípios do Estado, como Porto Murtinho e Ponta Porã.

5.12.4 Bon-Odori

Festa promovida pela Associação Esportiva e Cultural Nipo-brasileira, reunindo cerca de três mil pessoas, entre descendentes de japoneses e de outros brasileiros que acorrem ao local para participarem da grande festa. Comemorada próximo ao dia 26 de agosto, aniversário da cidade de Campo Grande, realizam um resgate cultural dos antepassados japoneses. Os mais velhos ensinam aos mais jovens os delicados movimentos da dança,

que são conduzidos pelas *obaasans*, as quais utilizam-se de gestos leves e cadenciados de pés e de mãos, ao som de violino, trompete (popularmente conhecido como pistão) e *taikô* (bumbo). Grande parte dos dançarinos apresentam-se com trajes usuais da cultura oriental. Essa festa relembra o ritual religioso praticado por agricultores do mundo antigo, no qual as pessoas, portando lanternas nas mãos e seguindo em procissão, rezavam e pediam aos deuses proteção às suas plantações, castigadas pelas fortes chuvas e ventos.

5.12.5 A Feira Central

A partir da construção da Estrada de Ferro da Noroeste do Brasil, no começo do século, a migração cresce na região de Campo Grande e chegam os primeiros japoneses oriundos de São Paulo, passando a se dedicar à horticultura e à fruticultura. A princípio, na Rua do Mangue, perto do córrego, e posteriormente, em chácaras na região do Segredo, norte da cidade.

Ali concentrados, começam a produzir hortigranjeiros que seriam comercializados na cidade, em pontos desordenados e dá-se início ao processo de abastecimento local.

Na década de 20, por razões econômicas, Campo Grande passou por uma pequena crise no abastecimento. A lavoura entrou em queda e gêneros alimentícios em falta provocaram o surgimento da idéia de criar uma Feira Livre com a finalidade de organizar o suporte para o abastecimento local e criar estímulos para a comercialização livre de produtos.

Surge então, dentre uma gama de bens culturais que Campo Grande possui: Pensão Pimentel, Estação ferroviária etc, um dos mais importantes que é a Feira Livre Central por suas características próprias, por seu ar de encanto mas, principalmente, por sua tradição e democracia. Estes são os segredos da Feira Livre Central. Democracia é o seu ponto forte, o ponto de magia.

Lá sentam à mesma mesa, para saborear as comidas típicas, ricos e pobres; brancos e negros; ateus e cristãos. Lá se realizam pequenas manifestações políticas; se expõem arte popular; vendem-se frutas, verduras, legumes, aves, peixes, carnes, plantas, flores, doces e, principalmente, pode-se comer o espetinho de carne e o *sobá* (*Patrimônio Imaterial de Campo Grande*) em barracas ao ar livre, cujos proprietários são japoneses.

5.12.6 Culinária Campo-Grandense

Como em todo o Brasil, aqui também, tudo começa com o índio. No peixe, na caça, no milho e na mandioca.

De qualquer forma, com ou sem o tempero dos negros, dos paulistas ou paraguaios, a mandioca, o peixe, o milho e a banana continuaram, durante muito tempo, sendo a base da alimentação das populações locais. A não ser nas mesas privilegiadas onde menus especiais incluíam, já no século 18, assados de carnes brancas e vermelhas, ensopados variados, bolos, compotas, vinhos e licores.

A presença da banana frita, cozida, assada, em farofa, doce ou com sal, é um dos traços mais distintivos da culinária de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Há ainda o palmito e o pequi, muito valorizados também na cozinha goiana.

Quanto ao palmito, o mais valorizado pela culinária local é o da variedade guariroba, cujo gosto, mais amargo, distingue-se dos demais.

O palmito sempre foi um importante componente da dieta dos índios brasileiros, principalmente nas viagens. Tanto pela abundância e diversidade quanto pela praticidade, pois pode ser extraído e comido na hora, puro ou

acompanhando qualquer outro alimento. O palmito doce até hoje é comido cru, em saladas. Mas, em Campo Grande e toda região sul-mato-grossense ele é mais freqüente cozido, enriquecendo recheios de tortas, empadas e pastéis.

Na nossa culinária, os alimentos básicos são o arroz, o feijão, a carne, a mandioca e a farinha de mandioca.

Aqui, mais do que em qualquer lugar, a mandioca cozida tornou-se item indispensável como acompanhamento nas refeições diárias e nas festas de praticamente todos os segmentos da população. E a não ser em algumas cidades na divisa com São Paulo e outros estados, onde é freqüente encontrar-se nas mesas a mandioca branca, em todo Mato Grosso do Sul a preferência absoluta é pela mandioca amarela.

A culinária aqui, destaca-se mais pelo conjunto de seus atrativos do que por um prato em especial. Mais pela maneira particular de selecionar e combinar sabores do que pela originalidade da criação culinária. É uma riqueza ensejada notadamente pela simplicidade e pelas sutilezas da diversidade. Fronteira com certeza, cosmopolita certamente, brasileira sem dúvida alguma.

O processo de povoamento da região intensificou-se após a Guerra do Paraguai. Fazendas e cidades começaram a surgir a partir da segunda metade do século 19, com a chegada de mineiros, paulistas, goianos, gaúchos e outros brasileiros que vinham desbravar e viver nestes sertões. E apesar da importância das intenções e contribuições agrícolas resultantes desse processo, a pecuária mostrou-se, desde cedo, a verdadeira vocação econômica da região.

Comer na estrada tornou-se, portanto, cena constante na vida de qualquer indivíduo que para cá viesse abrir ou trabalhar nas fazendas de gado. Fosse nas longas viagens de chegada, geralmente em comboios de carros de boi, que traziam famílias e mais famílias, fosse na condução das boiadas pelas enormes distâncias que se abriam.

Até quarenta, cinquenta anos atrás, era coisa comum por todo o Mato Grosso levar dias de viagem para chegar a São Paulo, Cuiabá ou Corumbá. E se nas viagens mais rápidas, de dois ou três dias, uma matula com chipas, frango, pão, mandioca frita, frutas e biscoitos era suficiente, nas viagens mais longas, de várias semanas a cavalo ou carro de boi, tinha-se que cozinhar na estrada, geralmente duas vezes ao dia.

O arroz carreteiro, o feijão tropeiro, o macarrão boiadeiro, a galinhada, a linguçada, apresentavam-se então e se justificavam em toda sua plenitude. Na simplicidade da mistura de algum tempero (geralmente sal, cebola, alho e uma pimenta) com alguma carne de boi ou de frango mais o arroz, ou feijão, ou farinha, ou macarrão, tinha-se a vantagem de uma refeição completa, saborosa, consistente e muito prática, pois tudo era preparado numa só panela, que, muitas vezes, era a única que se tinha.

No começo do século, com o trem vieram também, além das receitas e dos gostos especiais, os ingredientes utilizados e apreciados pelos imigrantes. E a facilidade de se obter em poucos dias qualquer ingrediente que se precisasse. Com isso, além de possibilitar a perpetuação em nosso meio das práticas culinárias de origem árabe, japonesa e de outras origens, o trem abarrotou o comércio, os bares, empórios e bazares de novidades, novos gostos, novas manias. De refrigerantes e bolachas a enlatados e destilados, tudo se tornou possível para a gastronomia local. Com uma tal facilidade só superada sessenta ou setenta anos depois, quando uma rede rodoviária pavimentada passou a permitir o transporte por caminhões de maior faturação de comércio de alimentos do que o feito até então pelo trem.

Mas, não há como falar da gastronomia do campo-grandense e do

sulmatogrossense sem citar os mais típicos hábitos populares e apreciados :

- **O tereré** - a erva-mate, planta nativa das regiões do sul do estado, desidratada, moída e apertada numa *guampa* feita de chifre de bovino, reage no contato com a água fria (muitos preferem bem gelada) que, sorvida pelo canudo de uma *bomba* de metal, proporciona ao usuário imenso prazer, refrescando, saciando a sede e recompondo energias. Nas casas, à sombra de mangueiras, as famílias interrompem as tarefas para cultivar esse costume, que chegou às praças, escolas, dando margem à criações musicais exaltando o tereré.
- **O espetinho** derivado do churrasco, popularizou-se de tal forma que, pode ser encontrado em qualquer esquina de qualquer cidade da capital do estado ;
- **O sobá** , trazido pelos japoneses, consiste num macarrão fino colocado numa espécie de cumбуca, acrescido de caldo, fios de ovos, pedaços de carne de porco, cheiro verde, shoyu e gengibre ralado.

De tamanha popularidade, alcançada principalmente na Feira Livre Central de Campo Grande, o Sobá foi tombado como Patrimônio Imaterial da cidade morena.

Alguns dos Principais Pratos da Culinária Campo-Grandense e Sulmatogrossense:

- **Farofa de banana** – criada e difundida em todos os pantanais de Mato Grosso do Sul, a mistura de farinha de mandioca torrada com banana da terra frita e picadinha, faz desse complemento alimentar um dos preferidos pelas pessoas que nasceram no Estado.
 - **Chipa** – assim como a sopa paraguaia, a chipa é aculturação da fronteira que se espalhou por todo o Estado. Feita de polvilho e queijo, é uma espécie de pão de queijo, cujo formato assemelha-se a uma ferradura.
 - **Sopa paraguaia** – uma espécie de bolo salgado feito com fubá, óleo, queijos, cebola, leite ou água, assado no forno. De sopa nada tem a não ser o nome, pois seu aspecto assemelha-se à polenta no ponto de cortar. Aculturada do povo paraguaio desde o final do século XIX, é prato obrigatório em todas as casas, principalmente durante a Semana Santa. Vendida em bares, lanchonetes, servida como aperitivo, todos encontram um motivo para saboreá-la.
 - **Arroz carreteiro** – entre os variados pratos, feitos com arroz, o carreteiro (na capital e nas regiões do cerrado e sul do Estado, o nome é arroz carreteiro e na região do pantanal é carne com arroz) é o mais usado, utilizando-se da carne seca picadinha e frita, cozida junto com o arroz.
 - **Arroz com pequi** – é um prato preparado com o fruto do cerrado de sabor forte – o pequi.
 - **Arroz com guaríroba** – preparado com a mistura de um palmito amargo, da planta de mesmo nome.
 - **Arroz com galinha** – feito com pequenos pedaços de galinha frita e cozida com o arroz.
- Já o feijão, além do temperado comum, que é o mais usado no Estado, também tem suas variações, podendo cozinhá-lo com um pedaço de carne, principalmente, a carne seca.
- **Feijão empamonado** – preparado com tempero comum e um pouco amassado, deve ser engrossado com farinha de mandioca.
 - **Feijão tropeiro** – temperado sem amassar e engrossado com farinha de mandioca, servido com torresmo e couve picadinha.

As carnes, com algumas exceções, geralmente não faltam à mesa dos sul-mato-grossenses.. Assim, as carnes se destacam nos seguintes pratos:

- **Churrasco** – a carne é, geralmente, assada em grandes pedaços e servida com mandioca e molho a vinagrete. Nas fazendas, costuma-se assar a carne em varas de bambu, cuja churrasqueira é preparada em um buraco escavado no chão.
- **“Puchero” ou Cozido** – é um prato da cozinha dos países da Bacia do Prata, trazido para Mato Grosso depois da Guerra do Paraguai; feito à base de carne bovina cozida com legumes variados (cenoura, vagem, batata, batata-doce, milho cortado em rodela, chuchu), folhas de couve, banana da terra e muito caldo.
- **Carne-seca** – com ela faz-se paçoca. Depois de bem frita em pequenos pedaços, é levada ao pilão, socada com farinha de mandioca e pedaços de gordura, para não ficar muito seca. Esse prato é usado para quem precisa fazer longas viagens a cavalo, pois se conserva por muitos dias fora da geladeira. É levada como **matula** (provisões de alimentos para jornada) de todo bom peão de comitiva boiadeira. A carne-seca também pode ser frita, cozida ou assada (churrasco).
- **Peixes** – pintados, pacus, dourados, curimatás, piraputangas, piranhas e tantos outros peixes são preparados fritos, assados, ensopados e com caldos. **O caldo de piranha** é um prato que o turista sempre experimenta, pois todos afirmam que é afrodisíaco.

Doces – o doce preferido é o de leite cremoso, seguido daqueles feitos das frutas de época como: caju, goiaba, abóbora, e o tão conhecido *furrundum*, feito de doce de mamão verde ralado e rapadura derretida, misturados até *dar o ponto*, servido com queijo. Acrescentam-se à lista os doces: arroz-doce, canjica, curau de milho verde,

Bebidas – *guaraná em pó* (ralado) - é estimulante; *licor de pequi*, tradicional na região e, o mais conhecido de todos, **é o tereré** – erva-mate preparada em cuia com água fria ou gelada e sorvida por meio de uma bombilha..

Também os japoneses trouxeram seus costumes alimentares para a população poder saborear o **sobá**, o **yakimexi**, o **yakisoba** e outros pratos nas feiras livres de Campo Grande e casas especializadas.

5.13 Educação Patrimonial

Considerando o rápido desenvolvimento do município de Campo Grande e sua população essencialmente urbana, há necessidade de que as ações de preservação do patrimônio cultural acompanhem tal processo, visando ao atendimento do crescimento das áreas ocupadas e à priorização na preservação das Áreas de Especial Interesse Cultural traçadas no Plano Diretor local.

Sabendo-se que o patrimônio cultural é um fruto coletivo, formado pelo conjunto das realizações sociais construídas ao longo da história da cidade, caberia à educação a sua defesa por intermédio da formação de conceitos culturais que fortaleceriam a identidade cultural desde a infância e, consequentemente, a valorização do Patrimônio Cultural. Sendo assim, a escola despertaria nos alunos o interesse pelo conhecimento e pela preservação de nossos bens culturais.

A Educação Patrimonial também facilita a conservação dos bens tombados, pois a comunidade passa a ver o patrimônio como parte de sua própria história, alimentando, assim, a memória coletiva.

Portanto, acreditamos que, além dos mecanismos de preservação mais usuais como o tombamento, o inventário, o cadastramento, o registro e

toda a legislação existente seja federal, estadual ou municipal, a educação patrimonial é, com certeza, um caminho eficaz para a preservação.

5.14 PATRIMÔNIO CULTURAL – DESAFIOS DO PLANO NACIONAL DE CULTURA

5.14.1 *Proteger e promover o patrimônio artístico e cultural e dinamizar a atuação dos museus*

A preservação do patrimônio material e imaterial brasileiro representa um dos pontos centrais de atuação das políticas culturais. Na base dessa atuação está uma noção de patrimônio que busca contemplar, atualizar e valorizar a percepção histórica e artística da diversidade cultural, étnica e social do país, bem como seus documentos arqueológicos e etnológicos. A renovação das estratégias de reconhecimento e registros, que reserva atenção aos conhecimentos e saberes locais das populações, dá mostras da importância e do estágio de desenvolvimento das políticas nessa área. Atualmente, entre os desafios para o campo do patrimônio, figuram o estreitamento dos laços entre reconhecimento, tombamento e salvaguarda do patrimônio material e as formulações desenvolvidas no campo da economia da cultura, além da ampliação de seu conceito em direção aos bens intangíveis.

No que diz respeito aos museus, é necessário integrar seus sistemas de gestão e reduzir o atual índice de concentração regional desses espaços, de modo a garantir o direito à memória dos diferentes grupos sociais e elevar a importância das paisagens naturais e culturais, museus comunitários, ecomuseus e museus de território, entre outros.

5.14.2 *Reconhecer e promover as condições de produção e fruição das culturas populares*

O Brasil conta com uma imensa e variada gama de manifestações de cultura popular. Do ponto de vista operacional da ação do poder público, trata-se de um universo bastante amplo, diversificado e complexo que não está contemplado de forma completa em outras esferas das políticas públicas de cultura. Nesse sentido, podemos considerar que a cultura popular se constitui das maneiras de ser, agir, pensar e se expressar dos diferentes segmentos da sociedade, observadas tanto em áreas rurais quanto urbanas. O campo engloba, portanto, do artesanato e das festas populares aos movimentos de cultura de jovens das periferias.

A implementação de programas de direitos autorais e a preservação e difusão das expressões populares devem procurar corrigir os processos que marginalizam os seus agentes e produtores, hoje afetados pelas implicações locais da globalização da indústria cultural e das novas tecnologias de informação e comunicação. Em vista desse panorama, as políticas de cultura devem ser implementadas de forma adequada, de modo a preservar a dinâmica transformadora da cultura popular.

Ao mesmo tempo, é necessário que a intervenção do Estado impeça, sempre que possível, sua alienação ilegítima e transformação em matéria-prima da reprodução midiática de novas mercadorias. A gestão pública tem como um grande desafio reduzir os entraves burocráticos de seus mecanismos de fomento e incentivo, para facilitar seus usos e o diálogo com grupos informais que historicamente não se relacionam com o Estado.

5.14.3 *Reconhecer e apoiar as expressões e o patrimônio cultural afro-brasileiro*

A cultura afro-brasileira se impôs apesar dos quase quatro séculos de escravidão e de inúmeras tentativas de obliteração social e simbólica. A matriz africana foi fundamental na formação de todo o universo simbólico que nos constitui como nação, marcando e influenciando a cultura do país em campos muito diversos. Hoje, incorporou-se na vida cotidiana dos brasileiros

das mais diversas matrizes cromáticas, que assumem esses aportes como parte integrante da sua cultura.

Apesar da nossa diversidade, a língua, a religiosidade, a música, a dança, a culinária, a literatura e, praticamente, todas as dimensões que nos fazem brasileiros remetem, de alguma maneira, à herança proveniente da África, que é um de nossos traços mais marcantes.

Nossa africanidade tem maior ou menor intensidade dependendo do estado e da região. As regiões economicamente mais excluídas são os territórios onde essa cultura está mais preservada e resistente, seja no quilombo numa região rural do Nordeste ou na periferia de uma capital do Sudeste. A exclusão torna-se mais evidente quando observamos a distribuição de recursos, públicos ou privados, para incentivo à cultura.

As estratégias das políticas culturais voltadas a essa população devem, portanto, associar a equiparação de oportunidades para negros e brancos à conservação e proteção do extenso patrimônio cultural afro-brasileiro e quilombola e à garantia de acesso e inclusão de negros nas universidades, no mercado de trabalho e nas redes de circulação das manifestações simbólicas, fazendo com que se estabeleçam mecanismos econômicos, sobretudo de auto-sustentação, educacionais e científicos, a fim de preservar e intensificar a sua abrangência na sociedade brasileira. A implementação dessas ações deve ainda reservar atenção especial ao atendimento das comunidades das periferias dos grandes centros urbanos, em sua grande maioria jovens.

5.14.4 *Reconhecer e valorizar as culturas indígenas e suas expressões simbólicas como vetor de enriquecimento humano*

A população indígena brasileira vem apresentando índices de crescimento superiores à média total do país. O fato contraria os diagnósticos fatalistas de 1970, que previam a extinção de todos os seus grupos. No contexto contemporâneo, torna-se, desse modo, cada vez mais urgente o combate ao preconceito que leva a identificar as culturas indígenas como mero obstáculo ao desenvolvimento socioeconômico e como resquício primitivo de práticas exóticas e anacrônicas.

Falta à sociedade reconhecer que essas culturas também são dinâmicas e se transformam ao longo do tempo. Suas diversas variantes presentes no território brasileiro são complexas e estão entre as mais preservadas do mundo, apesar do genocídio durante a colonização, das constantes agressões aos povos e aos recursos naturais das terras onde habitam e das ameaças permanentes de aculturação.

No que diz respeito às políticas públicas de cultura, é indispensável promover o reconhecimento dos indígenas, em todas as suas sofisticadas manifestações arquitetônicas, medicinais e estéticas. Essas populações, isoladas, em contato ou integradas, precisam ter a autonomia e o direito à autodeterminação identitária e à liberdade de se relacionarem em diversos níveis com as demais comunidades da sociedade brasileira. Cabe ao Estado combater o uso ilícito, não autorizado e com fins comerciais do patrimônio imaterial dos saberes e conhecimentos das coletividades indígenas. Seu imenso patrimônio etnológico e arqueológico, a sua memória viva e soterrada e suas múltiplas contribuições para a organização do vasto território do país precisam ser valorizados. Programas, concursos e editais feitos com o envolvimento direto dos povos beneficiados, e com mecanismos de financiamento abertos ou exclusivamente dedicados a sua participação, são caminhos promissores para ampliar a visibilidade e o respeito social às culturas indígenas. De iniciativas como essas dependem a preservação, a reinterpretção e a circulação das manifestações e patrimônios culturais desses povos.

5.14.5 Promover a culinária como registro e expressão da diversidade brasileira

A cozinha brasileira é formada pelo intercâmbio das práticas culturais de vários segmentos da população. A formação de pratos como símbolos regionais e nacionais reforça a dimensão da culinária como representação da diversidade. A culinária de um país é o registro de sua história e da intensidade das trocas entre diferentes culturas em um território. Os desafios centrais colocados para as políticas públicas de cultura são os de registrar e preservar a memória dos costumes brasileiros, diagnosticar nacionalmente as diversas culinárias existentes, difundir o conhecimento da culinária nacional e garantir condições de segurança alimentar por intermédio de uma política de difusão da nossa culinária que garanta a apropriação, real e simbólica, por parte da população.

6. VISÃO DE FUTURO PARA A CULTURA EM CAMPO GRANDE - 2020

Em Campo Grande, após a criação de uma política cultural e de mecanismos que permitiram sua viabilização, com destaque para a efetivação do 1% do orçamento do município para a cultura, registramos sucessivos anos de implementação de programas e projetos com características inovadoras e singulares que fomentaram a produção artística e cultural e contribuíram para o fortalecimento da identidade cultural da cidade e de sua população. Atualmente a cultura está devidamente incluída entre os vetores determinantes do meio social que compõem um ciclo virtuoso do desenvolvimento da cidade junto com o econômico e o ambiental.

Hoje, em Campo Grande, após a adequação dos espaços físicos de cultura e Construção de outros como o Teatro Municipal e Centros Culturais Regionais, todos, inclusive as escolas, têm atividades culturais de formação e difusão das diversas linguagens artísticas em caráter contínuo e periódico, realizadas com artistas e produtores locais que com uma visão de cultura ampla e democrática, agregaram tanto valores simbólicos de nossas tradições culturais quanto valores e linguagens globais de outras regiões e tradições.

A cultura de Campo Grande conquistou espaços valiosos em todos os meios de comunicação e atingiu projeção nacional e internacional, que proporcionaram a todos os artistas, produtores e agentes culturais do município, os verdadeiros e legítimos protagonistas dessa cena, a valorização e o reconhecimento devido.

7. DIRETRIZES DO PLANO

As Diretrizes definem, com foco nos objetivos propostos no Plano, qual o sentido ou direção de atuação das políticas públicas de cultura e os principais entraves que deverão ser enfrentados pelos programas, projetos e ações das cinco áreas Estratégicas do Plano Municipal de Cultura.

1. Priorizar ações de implementação e fortalecimento da política pública de cultura, sobrepondo a realização de eventos pontuais e isolados.
2. Garantir no município de Campo Grande, a implementação das ações do Plano Municipal de Cultura e as do Plano Nacional de Cultura condizentes com a realidade local;
3. Realizar a implementação da Política de Cultura de Campo Grande de

modo integrado à Política do Governo Federal e Governo Estadual;

4. Democratizar e Descentralizar as ações da cultura no município, priorizando ações nas escolas e comunidades de todas as regiões da cidade;
5. Promover o intercâmbio cultural com outras cidades do Brasil e do mundo, valorizando a cultura local;
6. Democratizar o acesso aos recursos destinados à cultura, favorecendo e valorizando todas as formas de manifestação cultural do município;
7. Promover ações destinadas à formação, qualificação e profissionalização de artistas, produtores e todos os agentes culturais do município;
8. Promover a atuação transversal da Política de Cultura com outras Políticas Públicas, como: Educação, Turismo, Meio ambiente, Desenvolvimento sócio-econômico.;
9. Fortalecer a importância da cultura atrelada ao turismo, como vetor de desenvolvimento sócio-econômico e ambiental;
10. Garantir o repasse de recursos públicos que atendam as demandas da cultura no município;
11. Fomentar a diversificação das fontes de financiamento e atrair recursos da iniciativa privada para as ações culturais no município;
12. Investir em ações voltadas para a educação patrimonial nas escolas e comunidades;
13. Fortalecer a cultura afro-brasileira no município;
14. Fortalecer a cultura indígena no município;
15. Promover o acesso da população aos equipamentos culturais;
16. Valorizar e Proteger o patrimônio cultural do município;
17. Aprimorar a relação e forma de atuação da cultura com os meios de comunicação;
18. Investir na produção de materiais e divulgação da cultura do município;
19. Adequar equipamentos públicos para receber produções culturais;
20. Garantir espaços físicos adequados para fruição das produções culturais
21. Democratizar a gestão da cultura no município, através do fortalecimento e consolidação do Conselho e Fórum Municipal de Cultura;
22. Garantir espaços para a participação da sociedade nas discussões voltadas para políticas públicas da cultura;
23. Fortalecer a estrutura da instância pública gestora da cultura no município;
24. Valorizar os servidores públicos que trabalham com cultura no município.

8. PROPOSTAS DO PLANO MUNICIPAL DE CULTURA DE CAMPO GRANDE

8.1 INCENTIVO, PROTEÇÃO E VALORIZAÇÃO DA CULTURA CAMPO-GRANDENSE

8.1.1 Proteção e valorização da cultura

As políticas públicas de cultura devem adotar medidas, programas e ações para reconhecer, valorizar, proteger e promover a diversidade cultural. Esse é o primeiro passo para que se construa uma cidade forte e principalmente a cidade dos sonhos de qualquer cidadão. Uma cidade independente e auto-suficiente que defende suas raízes, defende suas riquezas naturais, defende sua economia.

Pensar na cultura como fator de desenvolvimento significa valorizar identidades individuais e coletivas, promover a coesão em comunidades e levar em consideração que as características da cultura podem ser um fator de crescimento para Campo Grande com seus costumes e paisagens aproveitadas pelo turismo e pela transversalidade com as demais políticas públicas.

QUADRO 1 – Propostas - Proteção e Valorização da Cultura campo-grandense

1. Elaborar um Plano de Marketing da Cultura campo-grandense;
2. Formar e capacitar agentes de cultura para fazer mapeamento das manifestações culturais de Campo Grande;
3. Fomentar a regionalização da produção artística e cultural campo-grandense, por meio do apoio à criação, registro, difusão e distribuição de obras e expressões;
4. Incentivar a aproximação entre as ações de promoção da cultura dos órgãos federais, estaduais e municipais e das iniciativas similares realizadas em escolas, museus, universidades, publicações e meios de comunicação;
5. Fomentar a pesquisa, o registro e a preservação das práticas socioculturais, valorizando a diversidade e a inclusão social em espaços como as universidades públicas, os museus e outras instituições vinculadas à memória.
6. Estimular a realização de projetos e estudos que visem a pesquisa sobre a diversidade e memória cultural campo-grandense, por meio da concessão de prêmios, linhas de financiamento e bolsas de estudo. Fomentar especialmente a reflexão e o debate público sobre questões de cidadania e economia da cultura, as cadeias produtivas e as atividades de inovação e criação relacionadas às artes e manifestações culturais.
7. Estabelecer programa contínuo de premiações para pesquisas e publicações editoriais que estimulem o trabalho na área de crítica, teoria e história da arte;
8. Estimular e reconhecer a atuação dos artistas, produtores e agentes culturais locais através de premiações concedidas pelo poder público por obras realizadas;
9. Cadastrar e catalogar as diversas manifestações culturais de Campo Grande (Mapeamento da Cultura Local);
10. Incluir os produtores culturais de comunidades étnicas na agenda de eventos da FUNDAC
11. Incentivar e fomentar a realização de festivais, feiras, festas, mostras, semanas, apresentações, encontros e programas itinerantes de produção artística e cultural.
12. Criar calendário de oficinas, palestras, workshops com profissionais de renome regional e nacional nas diversas áreas culturais;
13. Promover o intercâmbio cultural com os municípios de MS e do País a fim de fortalecer a cultura local;

14. Incentivar o estudo e a preservação das culturas de imigrantes, tão importantes na formação cultural da cidade.
15. Criar espaços para divulgação da cultura de todas as colônias residentes em Campo Grande;
16. Intensificar a produção e o registro dos diversos eventos, festas e promoções artístico-culturais de Campo Grande (dvds, álbuns, folhetos etc.)
17. Fortalecer programas voltados à preservação da memória social, artística e cultural campograndense;
18. Proporcionar à população atividades periódicas e pré-agendadas, englobando todas os segmentos culturais;
19. Investir na profissionalização da produção cultural no município;

8.1.2 Descentralização da Cultura

O grande desafio é buscar a implantação de uma política de democratização da cultura que agregue ações e projetos de identificação da cultura como um direito social básico atendendo todas as regiões do município e permitindo que os cidadãos que historicamente foram excluídos do acesso aos bens culturais, tenham acesso às ações, atividades artísticas e aos projetos culturais em nossa cidade ao mesmo tempo em que incentiva novas manifestações culturais e estimula o diálogo sobre cultura no município.

A descentralização cultural é indispensável para levar a cultura ao encontro dos cidadãos e promover a preservação dos valores regionais. Os gestores e agentes públicos devem incorporar uma nova visão sobre a preservação dos valores e da identidade cultural do município que, aliada à participação da sociedade civil organizada e dos agentes culturais, permite desenvolver um trabalho insubstituível na defesa da nossa memória e riqueza histórica

É extremamente importante que os campograndenses e os turistas que nos visitam sintam orgulho e se encantem com nossa cidade, mas para isso é necessário que tenham o conhecimento sobre as nossas riquezas.

QUADRO 2 – Propostas para Descentralização da Cultura

1. Incentivar as atividades com artistas locais nas escolas municipais, centros comunitários e outros espaços públicos de todas as regiões da cidade, como forma de socializar e atrair valores artísticos potenciais que garantam a preservação da identidade e produção cultural.
2. Criar uma comissão que articule, organize e viabilize manifestações artísticas e culturais em todas as regiões do município;
3. Estabelecer critérios de avaliação de cumprimento de metas anual da comissão;
4. Priorizar os bairros na programação das manifestações culturais em Campo Grande
5. Promover o financiamento de bibliotecas volantes, círculos de leitores, cineclubes e videoclubes.
6. Criar espaços multiculturais nas praças da cidade;
7. Inserir as manifestações artísticas e culturais na programação escolar;
8. Implementar atividades e eventos nos Centros Culturais criados;
9. Valorizar a diversidade cultural através de manifestações artísticas/culturais multidisciplinares;

10. Criar unidades móveis com infra-estrutura adequada à criação e à apresentação artística, garantindo atendimento às comunidades de todos os bairros da cidade;

8.1.3 Diversidade Cultural

O conceito de Diversidade Cultural, no contexto atual refere-se à diversidade dentro de uma sociedade específica, em que seus indivíduos possuem características culturais heterogêneas que, em conjunto, constroem uma identidade nacional, cuja preocupação é a manutenção dos seus direitos, da democracia cultural, da busca da igualdade das minorias e à troca dos bens e serviços culturais em busca de um intercâmbio equilibrado entre nações.

No Brasil, a grande dimensão territorial, configura uma vasta diversidade cultural no seu povo, daí a importância do reconhecimento de culturas "diferentes", especificamente, das comunidades tradicionais brasileiras, para que a diversidade cultural seja preservada e, conseqüentemente, para que o patrimônio seja protegido, em nome das presentes e futuras gerações.

Em Campo Grande, aspectos como a culinária, danças e religião são elementos advindos dos imigrantes paraguaios, italianos, portugueses, japoneses, alemães, árabes, além de indígenas, entre outros, que contribuíram para a diversidade cultural do município.

A necessidade de compreensão dessas culturas e o constante diálogo intercultural são fundamentais para a nossa afirmação como uma sociedade verdadeiramente multicultural e que precisam ser garantidas, pois sem a manutenção da identidade cultural do nosso povo, feita principalmente através de políticas públicas, as nossas expressões culturais não conseguirão ser produzidas, o que empobreceria o diverso mundo das trocas, das experiências, dos locais, dos indivíduos.

QUADRO 3 – Propostas para Valorização da Diversidade Cultural

1. Incentivar a realização de produções e atividades artísticas integrando públicos específicos como: deficientes físicos, visuais, auditivos e mentais.
2. Elaborar programas e ações culturais, assim como projetos de formação de profissionais e de público, que levem em conta as demandas e as características específicas de pessoas com deficiência.
3. Elaborar programas e ações culturais, assim como projetos de formação profissional e de público, que levem em conta as demandas e as características específicas de diferentes faixas etárias (infância, juventude e terceira idade).
4. Realizar concursos e premiações que visem não apenas o estímulo ao talento de artistas e produtores, como também o intercâmbio de experiências e ações coletivas entre diferentes faixas etárias e gerações.
5. Criar Feira Cultural Internacional em Campo Grande
6. Realizar o Festival Municipal de Gastronomia
7. Realizar exposições itinerantes de artes plásticas em todas as regiões do município, atrelada à oficinas de arte.
8. Promover o intercâmbio e a divulgação do artesanato local em feiras estaduais, nacionais e internacionais;
9. Realizar Feira de Artesanato em locais públicos;

10. Fortalecer a realização do Festival de Teatro e garantir apresentações em todos as regiões.
11. Realizar o Festival de Circo - Tradicional e Novo - (mágica, palhaçaria, acrobacia, trapézio, perna de pau, monociclo, bazarismo, faquirismo, equilibrista, globo da morte e outros.)
12. Realizar o Festival Municipal e Estadual de Manifestações Folclóricas (capoeira, maculelê, puxada de rede, instrumentos de percussão e outros..)
13. Fortalecer as manifestações/expressões da cultura popular e das artes populares integradas (festejos, folguedos etc..) e reconhecer os mestres da cultura popular;
14. Realizar Festival Estadual de Dança de campo Grande;
15. Realizar a Feira Nacional do Livro;
16. Realizar os Festivais Municipal, Estadual e Nacional da Literatura, simultaneamente à realização de concursos de contos, poesias, crônicas, biografias, etc..
17. Realizar o Encontro Nacional de Escritores;
18. Incentivar e apoiar a realização de recitais de poesia nas escolas;
19. Viabilizar através de edital a produção de Cds, DVDs, Shows e Vídeos-clipes
20. Fortalecer a Noite da Seresta nos bairros;
21. Valorizar e profissionalizar as Escolas de Samba e blocos carnavalescos;
22. Incentivar a realização de produção de curtas metragens (documentários, ficção e infanto-juvenil);
23. Apoiar o desenvolvimento de roteiros – via edital
24. Apoiar a realização anual de 01 longa metragem de Campo Grande ;
25. Fortalecer a realização do Festival de Cinema de Campo Grande;
26. Fomentar, por meio de seleções públicas, a produção regional e independente de programas culturais para a rede de rádio e televisão pública, (DocTV).

8.2 – Economia da Cultura

O Estado tem um papel vital no fortalecimento da economia da cultura, seja no levantamento do potencial, seja no planejamento das ações, na articulação dos agentes econômicos e criativos, na mobilização da energia social disponível, no fomento direto, na regulação das relações entre agentes econômicos, na mediação dos interesses dos agentes econômicos e dos interesses da sociedade, assim como na fiscalização das atividades. É um papel múltiplo, que exige vontade política, qualificação institucional e recursos.

O Estado pode e deve estimular um ambiente favorável ao desenvolvimento de empresas e criadores, para que o mercado possa ampliar-se e realizar seu potencial, não apenas de auto-sustentabilidade, mas de ganhos sociais (emprego, renda, inclusão ao consumo de bens culturais).

O desenvolvimento da economia da cultura exige mecanismos diversificados de fomento, diferentes da política de apoio via leis de incentivo fiscal. É preciso formular ações integradas e contínuas que enfrentem os principais gargalos do setor.

Implantar uma estratégia para esse setor - envolvendo financiamento, legislação, capacitação e regulação - é um desafio imediato se quisermos aproveitar oportunidades geradas pelas novas tecnologias que estão alterando modelos de negócio e formas de acesso a mercados. Esse desafio envolve Estado, entidades setoriais e iniciativa privada.

8.2.1 Fomento e Financiamento à Produção Cultural

A política pública de cultura sempre foi uma das menos privilegiadas em termos orçamentários, embora demais áreas, também enfrentem um acúmulo de problemas que demandam recursos.

A diversificação das fontes de financiamento depende essencialmente da presença do Estado. Quanto mais força o poder público apresenta em seu orçamento público em uma área, mais ativa é a participação de outras fontes de recursos, privadas, mistas e de ajuda internacional.

QUADRO 4 – Propostas para Fomentar e Financiar a Produção Cultural

1. Implementar o Orçamento da Cultura através de Lei orçamentária onde 1% do orçamento do município de Campo Grande deve sustentar a curto e médio prazos todas as atividades do Plano Municipal da Cultura.
2. Capacitar técnicos para fazer gestão junto à órgãos financiadores públicos e privados, visando viabilizar recursos para produções artísticas.
3. Incentivar e apoiar a realização de programas, projetos e ações com o uso da compensação fiscal e recursos do Fundo Municipal.
4. Criar uma assessoria na Fundac para orientar a elaboração de projetos culturais;
5. Criar um corpo de pareceristas ad-hoc para analisar e avaliar a viabilidade dos projetos culturais;
6. Criar mecanismos de financiamento e co-produção para facilitar o acesso de artistas e produtores culturais à materiais e equipamentos de suas atividades;
7. Criar mecanismo de certificação de valores de obras de arte locais;

8.2.2 Turismo Cultural

O turismo cultural se caracteriza pelo interesse na obtenção de novas informações, conhecimentos, o encontro com outras pessoas, comunidades e lugares, a fim de se conhecerem os costumes, tradições, enfim, a identidade cultural do local visitado. Este segmento proporciona um elo entre o passado e o presente, o contato e a convivência com a cultura local, através de cada particularidade do lugar. Pode ser compreendido como uma forma de turismo alternativo que pressupõe o consumo da cultura.

Sendo assim, a prática compreende as atividades turísticas relacionadas à vivência do conjunto de elementos significativos do patrimônio histórico e cultural e dos eventos culturais, valorizando e promovendo os bens materiais e imateriais da cultura local.

Ao se optar pelo desenvolvimento deste tipo de turismo nota-se o intuito de, através da cultura local e do seu patrimônio, promover também o desenvolvimento social e econômico do município, porém, é preciso observar quais são os limites para a utilização turística dos bens culturais do município.

Devem ser criadas condições para que as manifestações possam ser apreciadas por turistas, sem que essa seja reproduzida exclusivamente para o turista. Por isso, ao se desenvolverem projetos turísticos, principalmente os voltados para o turismo cultural, é preciso buscar manter a dinâmica independente das manifestações culturais, para que não sejam simplesmente

vendidas como mercadorias.

QUADRO 5 – Propostas para Incentivar e Fortalecer o Turismo Cultural

1. Articular e viabilizar uma política de compensação e integração, voltada ao aproveitamento dos recursos do turismo cultural, para incremento das atividades culturais;
2. Incentivar a vinculação de atividades culturais ao turismo rural e de eventos e negócios;
3. Instituir em parceria com a Secretaria de Turismo, programas integrados que preparem as localidades para a atividade turística por meio do desenvolvimento da consciência patrimonial, formação de guias e de gestores.
4. Criar eventos permanentes em locais históricos para mostra da cultura do município aos turistas e moradores locais;
5. Criar programas de circulação de atividades de conhecimento e mostras da produção cultural local em espaços turísticos dentro e fora do país;
6. Criar mecanismos que facilitem a implementação de estruturas culturais em empreendimentos rurais detentores de potencial turístico.
7. Fortalecer a inserção da cultura como fator de fomento ao turismo, possibilitando maior oferta e promovendo maior permanência do turista na capital;
8. Eleger através de concurso e integrado com poderes executivo e legislativo, as referências culturais nas artes que caracterizem a cidade e eleger um ícone físico que se torne marco de identificação da cidade.
9. Investir na melhoria da sinalização dos equipamentos culturais do município;
10. Realizar em parceria com Secretaria de Turismo, campanha de orientação a todas as categorias de profissionais que atendem ou se relacionam com o turista direta e indiretamente para melhor recebê-los promovendo a melhoria da imagem da cidade;

8.2.3 Sistema de Incentivos à Cultura

Os fundos de investimento foram pouco efetivos até o momento, embora guardem grande potencial para o aporte adicional de recursos para a cultura. A construção de um Sistema de Financiamento Cultural deve dispor de indicadores e de acompanhamento oportuno, capaz de avaliar o desempenho das sucessivas políticas: se elas atingiram seus objetivos declarados, quais meios acionaram para atingi-los e os resultados alcançados, enfim, esforço do setor público.

Na gestão dos recursos incentivados, o gestor deve ter as mesmas atribuições de definição compartilhada de diretrizes e estratégias em um plano de prioridades, tanto para projetos de investimento e serviços culturais permanentes quanto no financiamento de eventos.

O incentivo a projetos deve ser estimulado, por serem extra-orçamentário, e por tal razão não sofrerem riscos de contingenciamento. A existência de um plano de prioridades para os recursos incentivados, negociado entre segmentos, entre eles empresas estatais e privadas, gestores públicos e privados e produtores culturais, possibilita harmonizar os diversos interesses em uma orientação geral e de diretrizes factíveis de execução no prazo do plano.

QUADRO 6 – Propostas para Fortalecer o Sistema de Incentivos Culturais

1. Reestruturar o FMIC com participação da sociedade;
2. Aprovar na íntegra os valores propostos nos projetos;

3. Organizar os fundos setoriais para elaboração de orçamentos por linguagem artística;
4. Adotar a "quarentena" para produtores que sejam contemplados em editais públicos, ficando impossibilitados de serem contemplados com novos recursos pelo prazo de vigência do projeto aprovado.
5. Limitar em 30% do orçamento, os recursos da cultura destinados para realização de eventos com artistas e produtores de outras localidades;
6. Estabelecer percentuais mínimos da publicidade dos órgãos públicos para a produção cultural.
7. Instituir contrapartida temporária obrigatória de projetos contemplados com 100% de recursos do Fundo, para exibição e distribuição gratuita nas escolas, rádios, Universidades, outros municípios e países, sendo, parte através do produtor e parte pelas Fundações, Secretarias de Cultura, Educação e Turismo.
8. Criar agência de negócios e investimento para macro projetos, visando gerar/gerir recursos para os artistas/produtores e FUNDAC, dentro das perspectivas de auto-sustentabilidade

8.2.4 Sistema Municipal de Informações Culturais

Conhecer os principais aspectos da oferta e da demanda de bens e serviços culturais de Campo Grande, a posse de bens duráveis relacionados à cultura pelas famílias campo-grandenses os gastos públicos com cultura, e o perfil socioeconômico da mão-de-obra ocupada em atividades culturais no município, é fundamental para subsidiar gestores, técnicos, artistas, pesquisadores, estudantes e demais pessoas que atuam no campo cultural, além de democratizar o acesso a informação para todos os usuários.

QUADRO 7 – Propostas para o Sistema Municipal de Indicadores Culturais

1. Promover um levantamento detalhado e objetivo dos agentes da cultura e seus currículos, visando a criação de um cadastro que servirá de base para o reconhecimento do artista/produtor.
2. Criar um site com web canal para a FUNDAC com o cadastro de todos artistas de todas as áreas com contato, "endereço"(e-mail), descrição das atividades do que faz, e outras informações necessárias para a sociedade (endereços de espaços culturais, programação de eventos, editais, prestações de contas, sugestões, etc), com possibilidade de atualização pelo artista e avaliações dos contratados.
3. Adquirir material iconográfico e catalogar o acervo cultural.;

8.3 PATRIMÔNIO CULTURAL

8.3.1 Patrimônio Cultural Material e Imaterial

O patrimônio cultural é formado por bens de natureza material e imaterial, tomadas individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade, nos quais se incluem: as formas de expressão; os modos de criar, fazer e viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico; O Patrimônio Cultural enquanto responsável pela preservação da identidade popular é uma das funções do Estado e um dever de toda sociedade.

Deverá, dessa forma, o poder público, com a colaboração da

comunidade, promover e proteger o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação e de outras formas de acautelamento e preservação.

Além do Poder Público, todos os cidadãos devem promover a proteção do patrimônio cultural da cidade, provocando os institutos próprios de preservação, ligados à Prefeitura Municipal, ao Estado, ou, ainda, à União. A sociedade pode, ainda, organizar-se em associações ou fundações com tais finalidades.

As ações públicas municipais devem estar atentas a necessidade de educar a sociedade e promover a valorização e preservação do patrimônio cultural existente, que transmitirá às gerações futuras o sentido dos valores e da identidade atuais. Ter uma cidade preservada, através de iniciativas públicas e privadas, demonstra consciência cultural, dando oportunidade de transmitir às gerações futuras o que somos hoje, dando-lhes referências históricas e fortalecendo os laços em comum.

QUADRO 8 – Propostas para Proteção e Valorização do Patrimônio

1. Integrar a ação dos órgãos gestores do patrimônio do município, do estado e da união.
2. Ampliar a divulgação da importância do Patrimônio e o conhecimento da Lei de Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural da cidade;
3. Discutir e reformular as Leis municipais de Preservação – Lei n. 3525/1998 e Decreto 8085/2000 com adoção de medidas punitivas a quem causar danos ao patrimônio
4. Desenvolver e implementar políticas públicas que contemplem o patrimônio imaterial e as paisagens culturais urbanas e rurais;
5. Fortalecer a representatividade dos grupos envolvidos com a memória, as tradições e expressões da cultura campo-grandense;
6. Criar sistema de interligação do inventário e cadastro do patrimônio material e imaterial;
7. Registrar e divulgar o patrimônio imaterial;
8. Utilizar de forma efetiva as ferramentas de preservação do patrimônio cultural;
9. Criar um selo/marca de preservação do patrimônio;
10. Incluir as datas comemorativas dos grupos étnicos no calendário oficial da cultura;
11. Articular a criação de lei que vincule a nomenclatura de logradouros e equipamentos públicos a ações de educação patrimonial para a população;
12. Estabelecer critérios para ocupação, conservação e preservação dos bens tombados (imóveis) na Lei de Proteção Municipal, priorizando entidades e instituições sem fins lucrativos de produção, fomento e difusão cultural.
13. Identificar e Tombar prédios importantes para a história da capital (antigos e modernos);
14. Estimular a participação dos idosos no debate em torno dos processos de tombamento do patrimônio material e registro do patrimônio imaterial.
15. Proteger e valorizar festas e manifestações culturais tradicionais;

16. Dinamizar o "Calçadão da Barão" como espaço cultural ;
17. Fazer parcerias com guarda municipal e polícia militar para intensificar a fiscalização e preservação dos bens e monumentos;

8.3.2 Patrimônio Cultural Afro-Brasileiro

As culturas tradicionais de afro-descendentes em suas múltiplas manifestações, são parte relevante da cultura e da diversidade cultural campograndense e constituem um patrimônio fundamental para o município e para o país.

A Lei nº. 3.198/00 em seu artigo 18 diz que: A população afro-brasileira tem o direito a participar de atividades educacionais, culturais, esportivas e de lazer adequadas a seus interesses e condições, garantindo sua contribuição para o patrimônio cultural de sua comunidade e da sociedade brasileira (Estatuto da igualdade racial brasileira-2003).

A partir do que dispõe a lei, acima citada, torna-se necessário que as instituições educacionais incluam em seus currículos a história da África e desperte em seus alunos a cultura da consciência negra, como forma de construir valores de justiça e democracia, dando lugar a multiplicidade e unicidade da identidade dos cidadãos brasileiros.

Para isso, faz-se necessário que o Poder Público invista na realização de programas de *revalorização*, preservação e difusão da memória artística e cultural dos grupos que compõem a sociedade, especialmente aqueles que tenham sido vítimas de discriminação e marginalização, como os afro-brasileiros.

QUADRO 9 – Propostas para o Patrimônio Cultural Afro-Brasileiro

1. Viabilizar parcerias para elaborar e executar projeto de restauração e Preservação das Igrejas das comunidades negras e quilombolas;
2. Fortalecer as Festas Tradicionais e Religiosas nas comunidades negras;
3. Realizar exposições itinerantes da cultura afro nos bairros de campo grande;
4. Criar a " Casa da África" (Memorial , Museu da Cultura Negra etc..)
5. Promover atividades de capacitação de afro-brasileiros, para a elaboração, proposição e execução de projetos culturais financiados pelo Estado e entidades civis ou privadas;
6. Identificar áreas onde habitam populações afro-brasileiras e investir na implementação e na gestão de equipamentos culturais nesses locais;
7. Fomentar o intercâmbio cultural com outros estados, a formação e a manutenção de grupos de produção e difusão das artes e expressões culturais afro-brasileiras ;
8. Desenvolver e ampliar programas dedicados à capacitação de professores para o ensino de história, arte e culturas afro-brasileira;
9. Viabilizar junto à FUNDAC, a elaboração e disponibilização de material de divulgação da cultura negra.

8.3.3 Patrimônio Cultural Indígena

Os povos indígenas continuam sofrendo intensa discriminação, com impactos agravados quando se encontram em situação de minorias, étnicas e lingüísticas. O próprio desconhecimento a respeito da diversidade desses povos e de sua cultura, acentua ainda mais esse quadro. No Brasil, segundo o

IBGE – Censo 2000, mais de 700 mil pessoas se declararam "indígenas", abrangendo um numeroso contingente indígena que vive em centros urbanos, como é o caso de Campo Grande que totaliza mais 8000 índios.

O fato é que os índios saíram do isolamento, integrados como estão aos sistemas sociais, econômicos e políticos, em âmbito regional ou nacional. Uma integração que se realiza por meio de relações profundamente desiguais, às vezes no limite da exclusão. Enquanto minorias, os povos indígenas se vêem forçados a negociar constantemente seus interesses diferenciados com as mais diversas instâncias de poder, locais, nacionais e internacionais. Nesses contextos, aprenderam a gerir tanto suas especificidades culturais quanto seu posicionamento face às exigências do desenvolvimento.

As dificuldades remetem, sobretudo, às condições disponibilizadas para a proteção do patrimônio cultural, o qual é formado pelas danças, música, mitos, história, língua, organização social, moradia, artesanato e demais manifestações culturais que necessitam ser valorizadas e melhor tratadas pelos próprios indígenas, poder público e pela sociedade através de políticas públicas e ações específicas para suas demandas.

QUADRO 10 – Propostas para o Patrimônio Cultural Indígena

1. Fomentar a formação e a manutenção de grupos de produção e difusão das artes e expressões culturais indígenas;
2. Incluir a comunidade indígena nas ações públicas de cultura;
3. Incluir a comunidade indígena na gestão e administração do Memorial e Museu da Cultura Indígena
4. Formar acervo de implementação do Museu no Memorial da Cultura Indígena;
5. Promover atividades de capacitação de índios, para a elaboração, proposição e execução de projetos culturais financiados pelo Estado e entidades civis ou privadas;
6. Realizar exposições itinerantes da cultura Indígena nos bairros de Campo Grande;
7. Implementar o Centro de Criação Indígena;
8. Realizar programas de valorização da língua indígena, estimulando a produção e a tradução de documentos oficiais nesses idiomas ;
9. Realizar campanhas nacionais, regionais e locais de valorização das culturas indígenas, por meio de conteúdos para o rádio, internet, televisão, revistas, materiais;
10. Realizar estudo sobre a participação de mais de 137 índios na história da construção da ferrovia: (maquinista, foguista, feitor, dormiteiro, trolista, portador, garçons, agente de estação etc...)
11. Promover aos povos indígenas e comunidades detentoras de conhecimentos e expressões tradicionais o direito sobre a exploração comercial de suas culturas;
12. Estimular a participação dos indígenas na elaboração de instrumentos legais que garantam a repartição equitativa dos benefícios resultantes da exploração de suas culturas;
13. Viabilizar e disponibilizar materiais e equipamentos para produção indígena;
14. Viabilizar e disponibilizar estrutura na FUNDAC para preparação de material para divulgar a cultura indígena;

8.3.4 Resgate da Memória da Ferrovia

A ferrovia esteve profundamente integrada às estruturas urbanas e determinou processo de formação da cidade de Campo Grande, configurando uma determinada paisagem cultural. A ferrovia teve papel importante principalmente durante primeiras décadas do século 20, como apoio à economia de base rural e ao início dos processos industriais, mas praticamente perdeu sua função no decorrer do tempo, até a sua desativação.

Compreender a cultura e os modos de vida dos ferroviários, as redes de solidariedade e as vivências do cotidiano no trabalho, analisando a organização e a construção de toda uma "cultura" singular à categoria e entender como os ferroviários, ao construir sua identidade, situam o lugar da rede ferroviária e deles próprios no contexto das transformações do Brasil contemporâneo é compreender parte da formação da cultura do campo-grandense.

Atualmente, muito se sugere em relação ao resgate da memória da ferrovia e dos ferroviários, de como recuperar e tornar a utilizar os espaços que um dia já significaram o "desenvolvimento da cidade morena" e não devem se perder na memória do campo-grandense.

Entre as propostas de novos usos destes espaços, estão, discutir o efetivo uso museológico e cultural das estações ferroviárias com o objetivo de revitalizá-las e inseri-las no contexto da população local. O poder público e a sociedade devem continuar a preservar esse patrimônio sem mudar as características arquitetônicas, mantendo os valores memoriais, estéticos, históricos e simbólicos de interesse da coletividade de forma viva.

QUADRO 11 – Propostas para o Resgate do Patrimônio da Rede Ferroviária

1. Criar o museu e Ponto de Memória da Rede Ferroviária;
2. Organizar e salvaguardar o acervo das extintas NOB e RFFSA através de buscas, empréstimos, cedências e repatriações;
3. Realizar atividades relativas à memória ferroviária;
4. Incentivar a produção cultural e acadêmica voltada para o tema "Ferroviários"
5. Inserir o dia 30 de abril - Dia dos Ferroviários - no calendário oficial. (Data alusiva à Inauguração da primeira linha ferroviária no Brasil em 1854)

8.3.5 Dinamização da atuação dos Museus, Bibliotecas, Arquivos e Centros de Memória

A similaridade existente entre Arquivos, Bibliotecas, Museus e Centros de Documentação está na responsabilidade conjunta dessas no processo de recuperação da informação, beneficiando a divulgação científica, tecnológica, cultural e social, e dando testemunho jurídico e histórico. É a maneira como se alcança esses objetivos, ou seja, a aplicação de procedimentos técnicos ao material e as necessidades específicas de cada um que faz a distinção dessas instituições.

Em relação aos museus, é necessária a requalificação e valorização, numa perspectiva de torná-los com maior capacidade de atração de fluxos de visitantes, com o duplo objetivo de junção econômica e social ao levar a população a usufruir do patrimônio museológico, por um lado, e de contribuir para a diversificação na oferta de produtos turísticos, por outro lado.

Desta forma, faz-se necessário a recuperação das instalações físicas, a adaptação de espaços para utilização pública, bem como, serem desenvolvidas ações para valorizar e divulgar os acervos de referência de cada

um dos museus, numa perspectiva de intercâmbio com outras entidades nacionais ou internacionais (universidades, institutos especializados, museus estrangeiros, etc.) e ainda, a divulgação da informação relativa aos acervos que são tarefas essenciais à preservação e revitalização desse patrimônio. Quanto às bibliotecas, é reconhecida a existência de inúmeros obstáculos à sua utilização e ao uso intensivo dos livros e da leitura sobretudo por parte das populações mais desfavorecidas e distanciadas do centro.

Ampliar a leitura de livros e fazer deles um artigo de primeira necessidade, implementar a criação de círculos de leitura e fortalecer a infraestrutura de bibliotecas e arquivos, transformando-os em verdadeiros centros culturais deve ser objetivo de qualquer gestão pública. Faz-se necessário buscar alternativas para fortalecer a produção literária e lançar edições populares, que possam atingir o maior número de pessoas, ampliando a leitura de livros no município. Para a realização desse projeto, será preciso a busca de parcerias para a captação de recursos, sejam através dos fundos municipais, estaduais e federais, ou da participação de entidades privadas e outras organizações, que podem ser parceiros conscientes desta nova postura da gestão pública da cultura em Campo Grande.

É importante que o poder público e seus gestores voltem suas atenções para a recuperação da memória histórica, através não apenas da documentação oficial, mas também da herança oral, do saber e de outras iconografias que contribuíram para a formação do povo campo-grandense. O arquivo municipal poderá igualmente ser divulgado com ações específicas, junto dos estabelecimentos de ensino com vista à criação de novos utilizadores. A conservação e o tratamento técnico dos documentos de arquivo é uma base de trabalho para divulgar o patrimônio de Campo Grande.

Cabe assim, aos Museus, Bibliotecas Públicas e Arquivo Municipal, a missão de contribuir para o desenvolvimento do nível sociocultural da população, de modo que estes acompanhem as rápidas mudanças econômicas, sociais e culturais impostas pela sociedade do conhecimento e desenvolvam competências individuais que contribuam para uma maior autonomia e participação social.

QUADRO 12 – Propostas para dinamização de Museus, Arquivos, Bibliotecas e Centros de Memória

- 1 Criação de Rede de Bibliotecas, Pontos de Memória, Pontos de Cultura e Demais Equipamentos
- 2 Implementar, revitalizar e dinamizar bibliotecas, pontos de memória e pontos de cultura de Campo Grande;
- 3 Promover programa de identificação e catalogação em rede de arquivos públicos e privados de interesse social, que contribuam para a construção da memória e da identidade dos diferentes grupos formadores da sociedade campograndense.
- 4 Implementar o Sistema Municipal de Arquivos;
- 5 Dar efetividade à lei nº 8.159, de 08/01/1991, sobre a política nacional de arquivos públicos e privados; que dispõe sobre a gestão documental e a proteção especial a documentos de arquivos, como instrumento de apoio à administração, à cultura, ao desenvolvimento científico e como elemento de prova e informação;
- 6 Implementar acervo digitalizado no arquivo histórico de Campo Grande ;
- 7 Disponibilizar e divulgar amplamente o acervo do Arquivo Histórico de Campo Grande;
- 8 Implantar ações de visitação, difusão e divulgação dos equipamentos culturais como: museus, bibliotecas, centros de documentação etc..

- 9 Ampliar a capacidade de atendimento educacional dos museus e oferecer condições permanentes para que as comunidades reconheçam os bens culturais materiais e imateriais de sua região, visando disseminar noções de identidade e zelo.
- 10 Fomentar a criação de museus e centros culturais que trabalhem no campo da memória, com a finalidade de promover ações de preservação e dinamização dos bens patrimoniais locais
- 11 Explorar o potencial turístico e cultural do museu José Antonio Pereira;
- 12 Incluir roteiro turístico e cultural do município no itinerário das empresas de transporte coletivo público ;
- 13 Promover intercâmbio e integração entre as diversas comunidades e colônias existentes no município;
- 14 Incrementar a política de gestão das bibliotecas;
- 15 Implantar Bibliotecas itinerantes;
- 16 Realizar fornecimento regular de livros e periódicos às bibliotecas públicas municipais e arquivos, para atender todos os perfis de público;
- 17 Ampliar a abertura das bibliotecas às comunidades, aliando programa de incentivo à leitura;
- 18 Divulgar as bibliotecas e salas de leitura do município;
- 19 Ampliar o acervo de obras, principalmente as de escritores locais;
- 20 Efetivar parcerias com editoras e escritores para a obtenção de obras;

8.3.6 Educação Patrimonial

Quando falamos em Educação Patrimonial não se trata apenas de legislação específica e verbas, mas da consciência histórica que permite valorizar/preservar a cultura material e a memória da nossa sociedade e de outras que nos precederam .

O desenvolvimento de programas de Educação Patrimonial, envolvendo não só a rede escolar, mas também as organizações da comunidade local, as famílias, as empresas e, principalmente, as autoridades responsáveis, contribuiu para a ampliação de uma nova visão do Patrimônio Cultural em sua diversidade de manifestações, tangíveis e intangíveis, materiais e imateriais, como fonte primária de conhecimento e aprendizado, a ser utilizada e explorada na educação de crianças e adultos, inserida nos currículos e disciplinas do sistema formal de ensino, ou ainda como instrumento de motivação, individual e coletiva, para a prática da cidadania e o estabelecimento de um diálogo enriquecedor entre as gerações.

É importante lembrar que a educação patrimonial se dará de forma mais abrangente e concreta, a partir da experiência e do contato direto da população com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados; o trabalho da Educação Patrimonial deve levar as crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural.

QUADRO 13 – Propostas para Educação Patrimonial

1. Implementar programa de educação patrimonial nas comunidades e centros comunitários do município
2. Inserir a educação patrimonial e transmissão de saberes e conhecimentos tradicionais nos currículos escolares;
3. Promover ação conjunta entre educadores, agentes culturais e entidades comunitárias, visando a preservação e valorização do Patrimônio Cultural do município;

4. Realizar programas de educação patrimonial e incentivo à conservação;

8.4 FORMAÇÃO PROFISSIONAL E DE PÚBLICO

8.4.1 Formação Profissional

Ainda hoje, a visão tradicional dos profissionais que atuam na área de arte e cultura considera que sua atividade é governada por princípios diferentes daqueles da economia de mercado e a adoção de métodos adotados pelas empresas significará a perda da identidade de seu projeto artístico-cultural.

No Brasil, as dificuldades e os riscos associados aos empreendimentos culturais fizeram com que as organizações ou grupos de artistas se habituassem à prática de garantir antecipadamente a cobertura de seus custos de produção por meio de recursos públicos diretos ou de patrocínios incentivados. Com isso, pouca importância tem sido atribuída ao desenvolvimento de competências necessárias para gerir o empreendimento de um modo que gere um fluxo de receitas constante e autônomo, visando sustentação no médio e longo prazos.

Há, no entanto, uma parte do setor cultural que está voltada para a geração de renda e de trabalho. Para esses grupos, eficiência administrativa, comercial e mercadológica torna-se imperioso, tanto mais que as tentativas de reproduzir modelos de empresas de outros setores não têm dado certo no setor cultural, o que é demonstrado pela vida curta de boa parte dos grupos, associações e cooperativas culturais.

Somente formando profissionais com capacidades de reflexão sobre a sua área e com conhecimentos teóricos, analíticos e práticos de técnicas e instrumentos para lidar com a cultura é que o campo cultural poderá ter em vista a sua crescente profissionalização e crescimento.

QUADRO 14 – Propostas para Investimento na Formação Profissional

1. Incentivar e apoiar a formação e capacitação contínua de agentes de cultura para fomentar, identificar e valorizar a cultura nas regiões de Campo Grande.
2. Incentivar a realização de oficinas e cursos, em todos os espaços culturais já existentes ou que venham a existir, ministrados por profissionais qualificados;
3. Efetivar a capacitação contínua dos artistas e produtores para gestão cultural nas diversas áreas ;
4. Efetivar parcerias com entidades educacionais de nível superior e técnico na área cultural, como por exemplo: cinema e artes cênicas;
5. Criar programas para estimular e incentivar a pesquisa de grupos, coletivos culturais e artistas;
6. Fomentar programas de ensino de capacitação profissional nas áreas específicas das artes (curso técnico)
7. Estabelecer parcerias entre os órgãos de educação, cultura, Sistema S e ONGs para a realização de cursos de capacitação em centros culturais e outros espaços e formar agentes de propagação de atividades artísticas e culturais.
8. Apoiar a criação de escola permanente para formação profissional do artesanato;
9. Apoiar a criação de escola permanente para formação profissional em

	artes da comunicação visual;
10.	Incentivar e articular a criação de cursos de formação universitária para arquivologistas, museógrafos, restauradores, agentes culturais, produtores, guias etc.)
11.	Realizar em parceria com o Ministério do Trabalho programas de redução da informalidade entre artistas, técnicos, produtores e demais agentes culturais, estimulando o registro formal desses trabalhadores e difundindo, junto aos empregadores e contratantes do setor público e privado, informações sobre os direitos e obrigações legais decorrentes das relações de trabalho.
12.	Coordenar junto ao Poder Legislativo e ao Ministério do Trabalho a regulamentação das atividades profissionais da área cultural, garantindo aos trabalhadores condições para negociação de contratos e acesso aos serviços de assistência social.
13.	Estimular a adesão de artistas, técnicos, produtores e demais trabalhadores da cultura ao CulturaPrev que oferece planos de previdência e aposentadoria específicos para esse público;
14.	Determinar a obrigatoriedade do recolhimento do INSS dos serviços prestados por artistas ao poder público ;

8.4.2 Formação Cultural e de Público

Mesmo nas classes de maior poder aquisitivo, o público que 'consome' cultura no País é restrito. Não são poucos os méritos da iniciativa, que adota um novo foco para a política pública na área de cultura. Porém, a limitação econômica para acessar os bens culturais é apenas uma face do problema da formação de públicos no Brasil. A ausência de uma formação educacional voltada para a degustação da cultura, como complemento da construção do sujeito crítico e cidadão é um dos fatores limitantes. Poucas escolas formais incorporam em sua estrutura pedagógica esse elemento. Não apenas nas escolas públicas, mas também no ensino privado esse valor cultural é menosprezado.

Outro aspecto que contribui para a baixa presença de públicos é a concentração da maioria dos equipamentos culturais (teatros, shows, cinemas, museus) em regiões centrais dos grandes centros urbanos, que são de difícil acesso aos moradores dos bairros mais distantes.

É necessário investir na formação cultural do cidadão, valorizando os costumes, história, símbolos, tradições, artes, através de oficinas e cursos de artesanato, música, teatro, dança, artes plásticas, folclore, literatura, etc. proporcionando oportunidades de aquisição de novos conhecimentos e novas vivências de experimentação e de contato com as mais diversas formas de expressão em cultura possibilitando a formação de público e até de profissionais para o setor cultural.

A cultura, em todos os seus aspectos, artísticos ou outros, tanto de criação, quanto de admiração e divulgação, tem como resultado fortalecer a identidade pessoal e social do indivíduo, bem como de integrá-lo em sua comunidade, fornecendo-lhe, através do bem estar mental e social, condições de bem estar no mundo.

QUADRO 15 – Propostas para Investimento na Formação Cultural e de Público

1	Articular junto à Secretaria de Educação, a inclusão nos currículos escolares, de conteúdos que tenham enfoque nos movimentos culturais regionais e nacionais nas suas mais diversas manifestações;
---	---

2	Estabelecer parceria com a Secretaria de Educação para potencializar apresentações, exposições, discussões e diálogos culturais nas escolas, envolvendo toda a comunidade escolar;
3	Fomentar a cultura popular e suas múltiplas manifestações nas comunidades, em feiras, praças, etc., visando o envolvimento comunitário;
3	Incentivar a realização de ações e eventos voltados para o público infanto-juvenil como : Gincanas, concursos etc.. com temática cultural local;
4	Estabelecer programas de estímulo ao acesso de crianças, jovens e idosos aos bens culturais de suas comunidades, por meio da oferta de transporte, descontos e ingressos gratuitos e a realização de atividades
5	Instituir um calendário regular de apresentações artísticas de notória qualidade proporcionando á população, atividades periódicas e pré-agendadas, englobando todas os segmentos culturais;
6	Criar kit de difusão para centralizar a distribuição de produtos culturais para a mídia
7	Elaborar e Disponibilizar material sobre a cultura local em quantidade, para atender a demanda escolar municipal;
8	Proporcionar o acesso da comunidade escolar aos teatros, museus, cinemas e galerias;
9	Implementar o Programa Bolsa Cultura, que concede um vale-ingresso para pessoas carentes em eventos e atividades culturais, democratizando o acesso e formando público.
10	Democratizar o acesso às bibliotecas para as comunidades carentes, desburocratizando os empréstimos dos livros.
11	Realizar periodicamente exposições artísticas nas dependências das bibliotecas e salas de leitura, para a fomentação de público;
12	Incentivar a leitura com linguagem do publico alvo (crianças, adolescentes, adultos e idosos).
13	Efetivar parcerias para ministrar aulas de informática com textos ou informações sobre as opções culturais da cidade para incentivar o aluno a ser ativo na escolha de suas atividades;
14	Regulamentar as atividades dos corpos estáveis já existentes (orquestra sinfônica, coral municipal, etc), e outros que venham a ser criados.

8.4.3 Cultura e comunicação

Um dos pontos mais problemáticos, hoje, na cultura brasileira é sua relação com a mídia e a chamada indústria cultural. Os meios de comunicação estão fundamentalmente dirigidos para o entretenimento e cada vez mais cartelizados ou monopolizados.

A diversidade cultural ainda não é satisfatoriamente representada nos meios de comunicação do País.

A mídia não conhece a variedade da cultura brasileira e, segundo especialistas, está transformando-a em um espetáculo, um produto comercial e os profissionais da mídia não sabem lidar com as expressões populares e acabam por modificar o real significado dessas culturas.

A mídia no Brasil já tem um padrão do que os espectadores gostam de ver. Dessa maneira, ela não educa e reforça os estereótipos.

A concentração empresarial dos meios de produção e distribuição da informação e do audiovisual restringe a socialização democrática dos valores plurais da sociedade brasileira.

Há uma enorme produção de artistas em todas as manifestações culturais, a maioria financiados pelo Ministério da Cultura e empresas estatais que não conseguem furar o monopólio das grandes editoras, rádios, redes diversas de entretenimento etc..

Para reverter essa situação, o poder público deve adotar iniciativas voltadas à expansão das estruturas de difusão e à regionalização dos conteúdos veiculados.

O campo público da comunicação e a convergência digital são temas prioritários para a implementação da política cultural, bem como o estímulo à disseminação de conteúdos artísticos e culturais. É preciso fortalecer as empresas públicas de comunicação como um agente estratégico, e promover a qualificação de todo o campo público de radiodifusão, de forma horizontal e democrática.

QUADRO 16 – Propostas para Integração Comunicação e Cultura

1. Ampliar o espaço de divulgação cultural dentro dos veículos de comunicação;
2. Capacitar os profissionais na área de comunicação cultural;
3. Capacitar o profissional de comunicação social na área de apreciação a arte;
4. Estimular a crítica de arte em revistas, jornais, rádio, televisão e internet;
5. Fomentar a criação de programas para rádio e televisão que abordem as diversas áreas culturais e seus artistas;
6. Fomentar a divulgação do conteúdo cultural na internet e nas mídias impressas;
7. Efetivar cursos de capacitação e palestras para os profissionais de comunicação social com o tema "cultura";
8. Implementar mecanismo de formação profissional de comunicação para uma mentalidade analítica e crítica;
9. Criar uma gravadora e produtora pública em parceria com a TVE;
10. Articular e exigir das rádios comunitárias e comerciais, o cumprimento da lei estadual que obriga a execução mínima de 30% de músicas de artistas regionais em sua programação;
11. Implantar Projeto Piloto de TV Comunitária que abranja as principais regiões da capital em parceria com universidades e governo do estado;
12. Criar um jornal/informativo de distribuição gratuita, específico para divulgação das produções culturais locais;
13. Implementar o Webcultural- proporcionando á todas as linguagens da produção cultural o espaço em rede aberta de veiculação.

8.5 GESTÃO PÚBLICA E DEMOCRÁTICA DA CULTURA

8.5.1 Democratização da Gestão

Uma questão importante a ser tratada na gestão da cultura, se refere ao fato de que nesse campo, em geral, é a oferta que determina a procura, mais do que o inverso. Isso cria a necessidade de programas sustentados por políticas públicas destinadas àqueles modos e práticas não cobertos habitualmente pelas diversas ramificações do mercado cultural.

Em todo o mundo, os caminhos apontam para o uso dos recursos públicos destinados à cultura, de modo que resultem em ações ou produtos capazes de se propor como multiplicadores dos ativos culturais, em vez de perseguir-se uma política de pulverização de recursos, que, mesmo cobrindo

amplos espaços territoriais, não evita a falta de consistência cultural como, por exemplo, o financiamento de uma série de eventos em diversas localidades que se apresentem de maneira isolada e como simples forma de entretenimento.

Desta forma, para mudar essa prática, um dos grandes desafios da gestão pública da cultura é o envolvimento dos diversos agentes sociais e o fortalecimento de canais de participação democrática. É necessária uma maior interação, por exemplo, com o Conselho de Cultura, Fórum Municipal e setores artísticos, além de instituições da iniciativa pública e privada, terceiro setor e representantes da população, no planejamento das ações da cultura, tanto na produção, circulação e consumo de produtos, quanto na formação e aprimoramento de produtores e agentes culturais garantindo a validação, implementação, gestão e avaliação social de programas, projetos e ações.

QUADRO 17 – Propostas para Democratização da Gestão da Cultura

1. Reformular a representação e forma de atuação do Conselho Municipal de Cultura e Fórum Municipal de Cultura, tendo como referência o Sistema Nacional de Cultura, valorizando a criação de câmaras setoriais independentes por segmentos e atividades.
2. Criar um Conselho Fiscal dos recursos da cultura com representantes do Conselho de Cultura e outras entidades que possam garantir transparência na execução dos recursos da Cultura;
3. Criar espaços para incluir a comunidade/sociedade nas decisões culturais de sua região (gestão participativa);
4. Capacitar conselheiros regionais na temática cultural;
5. Realizar audiências públicas para ampliar a participação da sociedade nos rumos da cultura no município;
6. Promover espaços permanentes e fóruns de debate sobre a cultura e avaliação do Plano Municipal de Cultura, com a participação de artistas, produtores e população;
7. Estimular e articular nas Casas Legislativas, a formação de frentes parlamentares dedicadas à cultura;
8. Fomentar a elaboração de planos setoriais, conferências e fóruns, de modo a fortalecer a formulação e o acompanhamento participativos das políticas culturais.
9. Dar transparência na gestão dos recursos da Cultura;
10. Fomentar encontros e discussões e efetivar parcerias entre a iniciativa privada, produtores culturais e órgãos representativos da cultura;
11. Proporcionar a participação do Conselho Municipal no Planejamento das ações da Fundac;
12. Proporcionar a participação do Fórum Municipal de Cultura na articulação das políticas de ação da FUNDAC;
13. Informar de forma clara a população sobre as Leis de Incentivo à Cultura

8.5.2 Fortalecimento do órgão de Gestão Pública da Cultura

A criação da Secretaria Municipal de Cultura de Campo Grande, mais que um apelo da classe artística e recomendação do Ministério da Cultura é fator determinante para a constituição do Sistema Municipal de Cultura, que

integrado aos Sistemas Estadual e Nacional de Cultura, dará agilidade nas demandas do Plano Nacional de Cultura e na elaboração de uma política pública de gestão da cultura voltada para a viabilização da proposta de execução articulada de programas orçamentários, parcerias com o setor privado e a consolidação dos espaços de participação social.

Para isso, é imprescindível que tanto a Secretaria Municipal de Cultura como a FUNDAC, sejam dotadas de infra-estruturas e recursos humanos, legais e organizacionais qualificados para que possam atender cada vez melhor às demandas dos usuários (artistas, produtores, cidadãos e empresas) por mais e melhores serviços, com eficiência, transparência e participação.

QUADRO 18 – Propostas para Fortalecimento do Órgão de Gestão Pública da Cultura

1.	Criar na estrutura administrativa municipal, a Secretaria de Cultura de Campo Grande e garantir a permanência da FUNDAC;
2.	Integrar a Cultura com outros setores públicos e privados para execução de ações conjuntas;
3.	Proporcionar aos servidores concursados da FUNDAC, o acesso a intercâmbio cultural com outros Estados e Países ;
4.	Capacitar continuamente o corpo técnico da FUNDAC;
5.	Abrir concursos públicos com exigência de formação específica na área de atuação;
6.	Contratar curadores via editais;
7.	Realizar acompanhamento e monitoramento dos eventos e ações realizados pela FUNDAC, através de indicadores de resultados e critérios de avaliação.
8.	Desenvolver ações conjuntas entre a FUNDAC, as associações culturais e as redes pública e particular de ensino;
9.	Estabelecer diálogos e parcerias entre a FUNDAC e outras secretarias e empresas do setor privado para implementar ações concretas de revitalização, valorização e divulgação das unidades da FUNDAC como: a Biblioteca Pública Municipal, Arquivo histórico etc..
10	Aumentar o orçamento da FUNDAC, para despesas com atividades meio e específicas de manutenção, estrutura física e de pessoal ;

8.5.3 Editais Públicos

O objetivo principal é garantir o acesso democrático de todas as pessoas aos investimentos governamentais e fomentar a atividade de produtores culturais, artistas e grupos artísticos.

O Ministério da Cultura, desde 2003 vem ampliando e fortalecendo sua política de editais e destina cada vez mais recursos para os processos de seleção pública de projetos culturais, sejam os de sua iniciativa, com recursos do Fundo Nacional de Cultura, sejam os de iniciativa de entidades culturais e dos patrocinadores, com utilização do mecanismo de incentivo fiscal da Lei 8.313/1991 (Lei Rouanet).

Os editais fazem com que a destinação dos recursos públicos para a área cultural seja feita de forma transparente e aberta, com regras claras e critérios objetivos, tornando as políticas públicas de cultura mais difundidas e mais acessíveis a produtores e grupos culturais, incentivando-os ao protagonismo e colocando-os na condição de co-participes na construção e concretização das políticas públicas de cultura. A essa ampliação do alcance

das políticas culturais corresponde uma maior capacidade de promover uma distribuição equilibrada dos recursos públicos entre os segmentos culturais, realizando a desconcentração dos investimentos e reforçando áreas com dificuldade de captação permitindo a sua adequação às particularidades e à diversidade de grupos e formas de expressão.

Este procedimento amplia não só a responsabilidade quanto à avaliação e acompanhamento das iniciativas culturais apoiadas, mas também permitem que a FUNDAC passe a ter uma presença significativa em todo o município em busca de contribuir para a valorização das artes e para a inserção da cultura como fator de desenvolvimento social e econômico das diversas regiões de Campo Grande.

QUADRO 19 – Propostas para Fortalecer a Realização de Editais Públicos

1	Promover editais para todos os segmentos artísticos, buscando-se a democratização de acesso aos recursos públicos e o fortalecimento de todas as linguagens;
2	Abrir editais para produção de grandes espetáculos com artistas locais;
3	Criar editais bimestrais para fomentar e financiar a participação e apresentação dos artistas e profissionais da cultura local em eventos realizados fora de Campo Grande e do estado;
4	Realizar por edital, exposições individuais, temáticas e multimeios;
5	Criar modalidade de edital de continuidade de projetos;
6	Fomentar, por meio de editais de concessão de recursos e premiações às iniciativas de promoção, fortalecimento, circulação, intercâmbio e a divulgação das culturas indígenas.
7	Criar programa de estímulo e incentivo à pesquisa (bolsas de pesquisas) à grupos culturais e artistas nas diversas linguagens e manifestações por meio de editais e prêmios;
8	Selecionar e proporcionar espetáculos periódicos em todas as regiões do município por meio de editais públicos;
9	Garantir produções a população através de seleções e convites;

8.5.4 Equipamentos Culturais

São considerados equipamentos culturais os espaços que se destinam à produção, guarda, gestão e exibição de produtos culturais dos mais diversos gêneros. Tanto aqueles de produção denominada erudita, quanto popular.

Em linhas gerais, no Brasil pode-se identificar uma grande desigualdade na distribuição de equipamentos culturais. Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 73,2% dos municípios brasileiros não possuem sequer um museu e apenas cerca de 7% possuem cinema. Em relação às bibliotecas públicas e às livrarias, a situação não é muito diferente: somente cerca de 10,9% possuem duas ou mais bibliotecas, sendo que apenas 35,3% possuem livreria

Em Campo Grande, como resultado de uma formação histórica, como na maioria das cidades, tais equipamentos se concentram nas regiões mais centrais ou próximas das regiões mais ricas . Se por um lado, acompanharam naturalmente o desenvolvimento da cidade; de outro, foram construídos em função de demandas das populações que foram preparadas e acostumadas ao consumo de cultura, que são, geralmente, os de maior escolaridade e renda.

Desta forma, tanto os equipamentos culturais públicos quanto os privados, muitas vezes construídos e mantidos com recursos de incentivo fiscal, que de toda forma são recursos públicos , acabam por caminhar no sentido oposto da discussão em torno da democracia cultural ao excluir a população ao invés de incluir.

A grande preocupação atual é com as políticas culturais capazes de promover a utilização e ocupação dos equipamentos culturais públicos, pelos cidadãos, com atividades onde se apropriem do lugar, no sentido físico e simbólico, criando uma identidade com o espaço, onde esses passem de espectadores para protagonistas.

Para a concretização disso, alguns pontos críticos em relação aos equipamentos culturais públicos precisam ser resolvidos, como: Construção de espaços públicos específicos para atividades culturais, recuperação dos espaços existentes, melhoria da segurança e acessibilidade entre outros.

QUADRO 20 – Propostas para Valorização e Preservação dos Equipamentos Públicos de Cultura

1	Ampliar horário de funcionamento de espaços públicos que possam servir de base para realização de atividades em horário alternativo ao das aulas, abrindo escolas nos fins de semana, tomando praças e áreas livres para ações efetivas de difusão, pesquisa e reconhecimento de aspectos culturais inerentes àquela comunidade específica;
2	Cadastrar todas as escolas, museus, centros comunitários, associações e parques;
3	Potencializar espaços existentes com atividades culturais;
4	Incentivar a ocupação da capacidade ociosa das salas de cinema existentes, reabilitar os cinemas de bairro e apoiar a expansão e a dispersão geográfica do circuito de exibição.
5	Adequar todos os espaços públicos para proporcionar melhoria no acesso e acomodação de pessoas com deficiência física nos eventos;
6	Criar um Centro de Referência Cultural no centro da cidade que tenha atividades permanentes de todos os segmentos;
7	Criar espaços físicos e revitalizar os já existentes, como: escolas e centros comunitários;
8	Incrementar a criação de bibliotecas e gibitecas
9	Adequar e estruturar Museus e Patrimônios culturais para receber produções culturais;
10	Construir o Teatro Municipal;
11	Construir o Museu do Folclore;
20	Criar o Centro Municipal de Produção Artesanal;

9. Acompanhamento e Avaliação do Plano Municipal de Cultura de Campo Grande 2010 – 2020

Assim como qualquer outro programa ou projeto que envolve recursos públicos, o Plano Municipal de Cultura também necessita de gestão, acompanhamento e avaliação da implementação de suas políticas, para que as propostas nele contidas, não passem apenas de uma carta de intenções, mas sim de bases fortalecidas para dirigir as ações.

Desempenharão um papel essencial na operação desse sistema de avaliação e acompanhamento o Conselho Municipal de Cultura, os fóruns, câmaras e sistemas setoriais, a Câmara de Vereadores e a sociedade civil, reunida em entidades representativas e nas Conferências Municipais de Cultura, que deverão ter constantemente à disposição, informações como: metas, indicadores e requisitos de eficiência, eficácia e efetividade e os dados e análises qualitativas e quantitativas fornecidos pelo Sistema de Indicadores e

Informações Culturais para que possam realizar o monitoramento do Plano e embasarem sua tomada de decisão sobre a revisão periódica dos rumos das políticas em andamento, conforme se alterem as circunstâncias e condições de produção e fruição cultural e os interesses e demandas da sociedade.

Aos órgãos públicos gestores da cultura, Secretaria de Cultura e FUNDAC, caberá o importante papel de indutor e promotor de cooperação técnica e financeira ajudando a elevar a qualidade geral do acesso à cultura e aos recursos públicos destinados ao desenvolvimento sociocultural e à valorização da diversidade.

BIBLIOGRAFIA

AMERICANA (SP). **Regimento Interno do Conselho Municipal de Cultura. Decreto n. 6217/04.** Disponível em < <http://www.jusbrasil.com.br> >. Acesso em 02 set. 2009.

ARCA. **Revista ARCA.** De Vila a Capital, Patrimônio conta a história e testemunha a transformação de Campo Grande. Campo Grande, n.8, p.3-6, mar. 2002 - Anual.

_____. **Revista ARCA.** Mistura de Povos e Cultura influenciou a estrutura populacional. Campo Grande, n.10, p. 7-11, 2004 - Anual.

_____. **Revista ARCA.** A Herança Musical, Campo Grande, n.11, p. 7-8, 2005- Anual.

_____. **Revista ARCA.** Música Sertaneja reúne gêneros diversos, Campo Grande, n.11, p. 11, 2005 - Anual.

_____. **Revista ARCA.** Música mobiliza lazer na cidade, Campo Grande, n.11, p. 52, 2005 - Anual.

_____. **Revista ARCA.** Som das Tribos faz a cena atual, Campo Grande, n.11, p. 56, 2005 - Anual.

_____. **Revista ARCA.** A Música nas Escolas e a moda de viola, Campo Grande, n.11, p. 13, 2005 - Anual.

_____. **Revista ARCA.** Em Cena, O Teatro de Campo Grande, Campo Grande, n.12, p. 4-11, 2006.

_____. **Revista ARCA.** FUNDAC, Campo Grande - n.13, p.64, 2007 - Anual.

ARRUDA, Ângelo Marcos. A Feira é Livre?. **Revista ARCA**, Campo Grande, n.5, p.59-61, out. 1995 - Anual.

BAHIA. **Fundo de Cultura da Bahia.** Lei n. 9.431/05. Disponível em < <http://www2.casacivil.ba.gov.br> >. Acesso em 03 set. 2009.

BITTAR, Marisa. Uma Cidade Multicultural. **Revista ARCA**, Campo Grande, n.10, p. 54-60, 2004 - Anual.

BOTELHO. Isaura. **Os equipamentos culturais na cidade de São Paulo: um desafio para a gestão pública.** Disponível em < <http://www.centrodametropole.org.br> >

BUARQUE, Sérgio C. **Metodologia de Planejamento do Desenvolvimento Sustentável**, IICA (mimeo.). Recife, 1995.

_____, Sérgio C. **Manual de Planejamento Metropolitano**, IPEA-Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Diretoria de Estudos Regionais e Urbanos, Recife, p.43, Setembro de 2003.

CAMPO GRANDE. Câmara Municipal de Campo Grande, Associação de Cinema e Vídeo de Mato Grosso do Sul, AMP, FESMAT, AVIMIT – **Documento 1º para a Cultura – Uma Causa de Futuro** – Campo Grande – MS.

CAMPO GRANDE – **Danças Típicas.** Disponível em < <http://br.geocities.com> >. Acesso em 28 jul. 2009.

CAMPO GRANDE – Prefeitura Municipal de Campo Grande - SEPLANFIC. LOA – LDO – PPA – Contas Públicas. Disponível em < <http://www.pmcg.ms.gov.br> >. Acesso em 29 e 30 set. 2009.

CAMPOS. Alexandre Humberto. **(De)Formação Cultural.** Disponível em < <http://www.gazetadotriangulo.com.br> >. Acesso em 21 ago. 2009.

CAMPOS, Renato Márcio Martins. **Indústria cultural e cultura da mídia: produção e distribuição do entretenimento na sociedade global**. Disponível em < <http://www.facasper.com.br> >. Acesso em 25 jul. 2009.

CARVALHO, José Jorge. **Antropólogo critica relação da mídia com a cultura popular brasileira**. Disponível em < <http://www.agenciabrasil.gov.br> >. Acesso em 16 ago. 2009.

CASA FERROVIA - CAMPO GRANDE (MS). Disponível em < <http://entrevistas.emmy.com.br> >. Acesso em 10 jul. 2009.

COMCULTURA. **Revista COMCULTURA**. Cinema, Fotografia e Vídeo, Campo Grande, Ano I, n.1, p.53-55, 2005 - Anual.

_____. **Revista COMCULTURA**. O Fazer Artesanal em Campo Grande, Campo Grande – MS, Ano II, n.2, p.29-34, 2006 - Anual.

COSTA, Najara Lima. **Liceu de Artes: Agregação, Formação e Sociabilidade em Cultura**. Disponível em < <http://www.otaboanense.com.br/> >. Acesso em 14 ago. 2009.

CULTURA NO CEARÁ. Disponível em < <http://www.ceara.gov.br> >. Acesso em 24 jul. 2009.

FIGUEIREDO, Roberto. O encontro do Teatro com seu público. **Revista ARCA**, Campo Grande, n.12, p. 29, 2006 - Anual.

FORUM ESTADUAL DE CULTURA – **Políticas de Cultura para Mato Grosso do Sul**, Anais do 1º Seminário Estadual do Fórum Estadual de Cultura de Mato Grosso do Sul, novembro, 2002.

FRANSCISCO, Wagner de Cerqueira. **A diversidade cultural no Brasil**. Disponível em < <http://www.brasilescola.com> >. Acesso em 12 jul. 2009.

FUNDAC. **Revista Projeto de Educação Patrimonial** — A Rua da Minha Escola, Campo Grande-MS, 2005.

FUNDAC, SEMED. **Revista Projeto de Educação Patrimonial** — Histórias que os Bairros Contam, Campo Grande – MS, 2007.

FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA. Disponível em < <http://www.casaruibarbosa.gov.br> >. Acesso em 03 jul. 2009.

FUNDAÇÃO CULTURAL DE JOINVILE – **Projetos**. Disponível em < <http://www.joinvillecultural.sc.gov.br> >. Acesso em 14 jul. 2009.

FUNDAC FARÁ PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO – Disponível em < <http://www.fundac.pi.gov.br> >. Acesso em 28 jul. 2009.

GUIZZO, José Otávio. **A Moderna Música Popular Urbana de Mato Grosso do Sul, Campo Grande**. Fotocópia, 1982.

HISTÓRIA DE CAMPO GRANDE. Disponível em < <http://www.geocities.com> >. Acesso em 09 ago. 2009.

HISTÓRIA DA FUNDAÇÃO DE CAMPO GRANDE. Disponível em < <http://www.campograndems.net> >. Acesso em 29 jul. 2009.

MATO GROSSO. **Fundo Estadual de Fomento à Cultura do Mato Grosso**. Portaria n. 001/2007. Disponível em < <http://www.mt.gov.br> > Acesso em 29 de 2009.

MARTINS, Doralice. Festa de São Benedito – A Fé de Tia Eva. **Revista ARCA**, Campo Grande, n. 5, p.54-56, out. 1995 - Anual.

MENEGAZZO, Maria Adélia. Artes Plásticas em Mato Grosso do Sul. **Revista ARCA**, Campo Grande, n. 5, p.39-42, out. 1995 - Anual.

NATAL (RN). **Nova Redação ao Regulamento do Programa Municipal de Incentivos Fiscais a Projetos Culturais – Djalma Maranhão**. Decreto n. 8.749/09. Disponível em < <http://www.natal.rn.gov.br> >. Acesso em 02 set. 2009.

NATAL – SECTUR - **Planejamento Estratégico 2004-2007**. Disponível em < <http://natal.rn.gov.br> >. Acesso em 05 ago. 2009.

NUSSBAUMER, Gisele Marchiori; RATTES, Plínio César. **Equipamentos Culturais de Salvador: Públicos, Políticas e Mercados**. Disponível em < <http://www.cult.ufba.br> >. Acesso em 24 ago. 2009.

PARANÁ. **Programa Estadual de Incentivo à Cultura do Paraná, vinculado à secretaria de Estado da Cultura**. Lei 13.133/01. Disponível em < <http://www.teatroderuido.com.br> >. Acesso em 03 set. 2009.

PLANO NACIONAL DE CULTURA, Diretrizes Gerais, **Texto atualizado com revisão do Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC)**, 2.ed. Brasília, agosto.2008.

1ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE CULTURA EIXOS TEMÁTICOS. Disponível

em < <http://www.circuitoliberalidade.mg.gov.br> >. Acesso em 08 jul. 2009.

1ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE CULTURA DE CAMPO GRANDE (MS) - FUNDAC – Relatório, Campo Grande, out.2005.

PROJETOS. **Apresentação de Projetos Culturais a serem beneficiados pelo Programa Municipal de Incentivo a Cultura**. Disponível em < <http://www3.uberlandia.mg.gov.br> > Acesso em 30 ago. 2009.

PROJETO EU FAÇO CULTURA. Disponível em < <http://www.eufacocultura.com.br> >. Acesso em 12 ago. 2009.

PROPOSTA DE ESTRUTURACAO, INSTITUCIONALIZACAO E IMPLEMENTACAO DO SISTEMA NACIONAL DE CULTURA. Disponível em < <http://blogs.cultura.gov.br> >. Acesso em 29 ago. 2009.

RAMOS, Clériston Ribeiro. **A biblioteca incumbida no processo de educação e formação cultural dos cidadãos de baixa renda , Rio Grande, 2006 (circulação restrita)**. Disponível em < <http://www.indumatxo.org> >. Acesso em 18 jul. 2009.

ROSA, Maria da Glória Sá, MENEGAZZO, Maria Adélia, RODRIGUES, Idara Negreiros Duncan. **Memória da Arte em Mato Grosso do Sul**, Campo Grande, 1992.

SAMPAIO, Iracema. **Cheiros e Sabores de Mato Grosso do Sul**, 2.ed. Campo Grande, ed.Saber, 2001

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E CULTURA DO ESTADO DE TOCANTINS – **Plano de Metas e Plano de Suporte Estratégico 2009**. Disponível em < <http://www.seduc.to.gov.br> >. Acesso em 22 jul. 2009.

SIGRIST, Marlei. **Chão Batido - A Cultura Popular de Mato Grosso do Sul, Folclore e Tradição, Campo Grande**, ed. UFMS, Fotocópia, 2000.

_____, Marlei. Na diferença, os diversos grupos sociais se reconhecem. **Revista ARCA**, Campo Grande, n.10 , p. 54, 2004 - Anual.

ANEXOS

SÍMBOLOS DE CAMPO GRANDE

Brasão Municipal

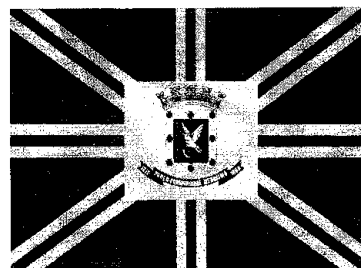


A Coroa Mural, na parte superior, classifica a cidade na segunda grandeza, isto é, sede de Comarca. A águia simboliza poder, prosperidade e altruísmo.

O berrante, sob suas garras, lembra a pecuária, umas das principais atividades econômicas da região. As faixas onduladas abaixo da águia representam os córregos Prosa e Segredo.

Na parte de baixo desdobra-se uma faixa, em cujas extremidades estão realçados os anos: 1872 (Fundação do Município) e 1899 (elevação à categoria de Município).

Bandeira Municipal



- A Bandeira de Campo Grande foi oficializada no ano de 1967.
- O brasão, ao centro, simboliza o Governo Municipal. O retângulo, a cidade de Campo Grande.
- As faixas, simbolizam o Poder Municipal, que se irradia, como os raios do sol, para todos os quadrantes e as oito figuras geométricas, as

regiões rurais do Município.

HINO DE CAMPO GRANDE

Hino Municipal

Letra:
Campo Grande outrora um deserto,
Transformou-se em cidade primor,
É de jóias escriptorio aberto,
É uma gema de fino lavor!

(Estrilho:)
A cidade onde todos vivemos,
Aprendemos fiéis defender!
Nosso afeto a ela sagremos
E felizes assim hemos ser.
Nosso afeto a ela sagremos
E felizes assim hemos ser.

Quanta luz, quanto gozo sem par!
Nos legou nosso amado Pais!
Ó! que terra ditosa é meu lar!
Campo Grande é feliz, é feliz!

Estrilho

Mato Grosso do Sul, Campo Grande,
E Brasil eis a tríade sagrada,
Em louvâ-los minh'alma se expande
Morrerei pela Pátria adorada.

Estrilho

*Hino de Trajano Balduino de Souza
Letra por Maestro Vitor Marques Diniz
Melodia por Prof. Hildebrando Campestrini*

LEI n. 4.788, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2009.

**DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL
A ASSOCIAÇÃO CAMPO-GRANDENSE DE
ORQUIDÓFILOS - ACO.**

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu, **NELSON TRAD FILHO**, Prefeito Municipal de Campo Grande, Capital do Estado de Mato Grosso do Sul, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica declarada de Utilidade Pública Municipal a **ASSOCIAÇÃO CAMPO-GRANDENSE DE ORQUIDÓFILOS-ACO**.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CAMPO GRANDE-MS, 23 DE DEZEMBRO DE 2009.

NELSON TRAD FILHO
Prefeito Municipal

LEI n. 4.789, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2009.

**DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DA SEMANA DO IDOSO
NO ÂMBITO DA CIDADE DE CAMPO GRANDE-MS.**

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu, **NELSON TRAD FILHO**, Prefeito Municipal de Campo Grande, Capital do Estado de Mato Grosso do Sul sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica instituída no Município de Campo Grande a **SEMANA DO IDOSO**, a ser comemorada anualmente na semana do dia 1º de outubro, data em que se comemora o Dia Internacional do Idoso.

Parágrafo único. Os órgãos públicos responsáveis pela coordenação e implementação da Política Municipal do Idoso ficam incumbidos de promover a realização e divulgação de eventos que valorizem a pessoa do idoso na sociedade.

Art. 2º. As comemorações farão parte do calendário da Cidade.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CAMPO GRANDE-MS, 23 DE DEZEMBRO DE 2009.

NELSON TRAD FILHO
Prefeito Municipal

LEI n. 4.790, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2009.

**DISPÕE SOBRE A INCLUSÃO DO FESTIVAL DO
PASTEL NO CALENDÁRIO CÍVICO E CULTURAL DO
MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.**

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu, **NELSON TRAD FILHO**, Prefeito Municipal de Campo Grande, Capital do Estado de Mato Grosso do Sul sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica incluído no calendário cívico e cultural do Município de Campo Grande o **FESTIVAL DO PASTEL**, que se realizará anualmente, no mês de outubro, no Mercado Municipal Antônio Valente.

Art. 2º. O evento instituído pelo artigo 1º fica incluído no Calendário Oficial de Eventos do Município de Campo Grande.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CAMPO GRANDE-MS, 23 DE DEZEMBRO DE 2009.

NELSON TRAD FILHO
Prefeito Municipal

LEI n. 4.791, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2009.

**AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A DESAFETAR E
DOAR ÁREAS DE DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL À
AGÊNCIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO - EMHA E DÁ
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu, **NELSON TRAD FILHO**, Prefeito Municipal de Campo Grande-MS, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a desafetar e doar à Agência Municipal de Habitação - EMHA, áreas de domínio público municipal, a seguir descritas:

ITEM	LOCAL
I	Área de Domínio Público Municipal - Lote 07 da Quadra 13 Parcelamento: Jardim das Virtudes - Bairro: Santo Amaro
II	Área de Domínio Público Municipal - Lote 16 da Quadra 10 Parcelamento: Residencial Sírio Libanês - Bairro: Santo Amaro
III	Área de Domínio Público Municipal - Lote 01 da Quadra 03 Parcelamento: Residencial Sírio Libanês II - Bairro: Santo Amaro